

A Classe Operária



ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Cz\$ 240,00

ANO 64 — VI FASE — Nº 9 — DE 07 DE DEZEMBRO DE 1988 A 11 DE JANEIRO DE 1989

1988

Rumo ao grande naufrágio



Fim de ano, momento de balanço e reflexão. Em retrospectiva política (págs. 4 e 5), passamos em revista as lutas da Constituinte, a crise de governo, as lutas da oposição democrática e progressista, os resultados eleitorais e o deslocamento de forças no cenário nacional. Em entrevista com João Amazonas (págs. 20 e 21), o presidente do PCdoB aponta o fortalecimento do partido em 1988. Este número traz ainda um balanço do movimento previsto (pág. 15) e uma profunda análise das dificuldades econômicas do governo, fator de instabilidade permanente (págs. 10 e 11).

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

A CLASSE OPERÁRIA

Diretor e Jornalista responsável: João Amazonas

Editor: José Reinaldo Carvalho

Redação: Antônio Martins, Carlos Pompe, Umberto Martins

Diagramação e Arte: Mazé Lopes Leite

Fotografia: Aguinaldo Zordevoni

Arquivo: Rute Imanishi Rodrigues

Administração e Assinaturas: Jeosafá Gonçalves

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53 Bela Vista — CEP 01318 — S. Paulo/SP

Telefone: (011) 36-7531

Telex: 11-32133

Nas capitais: ACRE — Rua Rio Grande do Sul, 65, CEP 69900, fone (068) 224-7329, Rio Branco; ALAGOAS —

Av. Thomás Espindola, 314, CEP 57060, fone (082) 223-7128, Maceió; AMAPÁ — Av. Mendonça Furtado, 762, CEP 68900, fone (096) 231-3370, Macapá; AMAZONAS — Rua

Itamaracá, 124, CEP 69007, Manaus; BAHIA — Av. Cons. Junqueira Ayres, 41, Barris, CEP 40115, fone (071) 241-6522, Salvador; CEARÁ —

Rua São Paulo, 1037, CEP 60000, fone (085) 221-4090, Fortaleza; DISTRITO FEDERAL — HIGS — 704, Bloco G

Casa 67, CEP 70302, fone (061) 225-8202, Brasília; ESPÍRITO SANTO — Rua Prof. Baltazar, 152, CEP 29020, fone (027) 222-8162, Vitória;

GOIAS — Av. Alfredo Nasser, 356, CEP 74000, fone (062) 223-5571, Goiânia; MARANHÃO — Rua Osvaldo Cruz, 921, CEP 65000, fone (098) 221-5440, São Luiz; MATO GROSSO — Rua Comandante

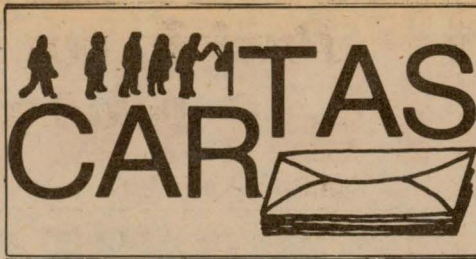
Costa, 548 fundos, CEP 78030, fone (065) 321-7908, Cuiabá; MATO GROSSO DO SUL — Rua Rui Barbosa, 2500, CEP 79010, Campo

Grande; MINAS GERAIS — Rua Padre Belchior, 285, CEP 30190, fone (031) 222-3161, Belo Horizonte; PARÁ — Rua Manoel Barata, 993, CEP 66800 fone (091) 223-8911, Belém; PARAÍBA — Praça 1817, 80, 2º andar, CEP 58020, João

Pessoa; PARANÁ — Rua Dr. Pedrosa, 249, CEP 80420, fone (041) 222-9120, Curitiba; PERNAMBUCO — Rua do Sossego, 53, CEP 50750, fone (081) 222-3418, Recife; PIAUÍ —

Rua Desemb. Freitas, 1216, CEP 64020, fone (086) 222-2044, Teresina; RIO DE JANEIRO — Rua 13 de Maio, 33, 16º andar, sala 1608, CEP 20031, fone (021) 252-9935, Rio de Janeiro; RIO GRANDE DO NORTE — Rua Prof. Zuzá, 99, CEP 59020, fone (084) 222-6323, Natal; RIO GRANDE DO SUL — Rua Santo Antônio, 254, CEP 90220, fone (0512) 28-5152, Porto Alegre; RONDÔNIA — Rua José Bonifácio, 787, fundos, CEP 78900, Porto Velho; RORAIMA — Rua Major Williams, 434, CEP 69300, Boa Vista; SERGIPE — Rua Itabaianinha, 145, sala 104, CEP 49010, Aracaju; SANTA CATARINA — Praça 15 de Novembro, 21, sala 703, CEP 88010, Florianópolis.

A CLASSE OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição, past-up, fotolito e impressão: Cia. Editora Joruês. Fone: 815-4999 — São Paulo.



Fortuna elogia edição sobre eleições-88

Excelente a edição da "Classe Operária" sobre o resultado das últimas eleições: texto de primeira qualidade, informações que a grande imprensa não deu, análises precisas, boas fotos, boa diagramação, boa apresentação gráfica. Tenho recomendado a leitura desse número aos amigos e eles também ficam surpresos. Abraços pra todos.

Fortuna
SP, 1 dez. 88

Documento rico sobre experiência eleitoral

Parabéns aos camaradas que fazem "A Classe Operária", em particular aos que a redigem. Todas as edições da VI Fase estão fora-de-série, mas a edição com a cobertura das eleições está "mais que demais". Mas isso é sintomático, pois somente aqueles que vêm a vida pela lente da ciência do proletariado, o marxismo-leninismo, são capazes de avaliações tão amplas e profundas dos fatos.

Parabéns ao PCdoB a nível nacional, com destaque para o da capital paulista que, com o êxito obtido, comprovam haver reencontrado o seu verdadeiro caminho.

A referida edição é um extraordinário documento das experiências vividas nos mais diversos rincões do nosso país e das quais devemos tirar proveitosas lições. É também um retrato da abnegação revolucionária, cujo exemplo mais comovente foi o de D. Cordolina, em Belém, conforme relato do camarada Neuton Miranda.

P.S. A "Classe" precisa ter mais ilustrações e voltar a ostentar junto ao logotipo a nossa bandeira "Proletários de todos os países, unidos" (Evandro da Costa Favacho, Ribeirão Preto, SP)

Um exército de valentes

Fabriqueei o aço das esporas e da jaula fabriqueei o aço da faca e da baioneta fabriqueei o aço do "urutu" e do "caça" fabriqueei o aço, bisturi e também do marca-passo.

Fabriqueei o aço da colher e do garfo fabriqueei o aço do relógio e da chave fabriqueei o aço da alça do caixão fabriqueei o aço dos portões do meu país.

Fabriqueei, em síntese, o bem-estar social, os ornamentos da vida e da morte.

Usam as esporas e as jaulas contra mim A faca e a baioneta tiram-me a vida O urutu e os caças perseguem-me e nem o bisturi ou o marca-passo adiantam.

Almoço e janto com as mãos sem talheres A posição do sol ou da luta são meus relógios O meu caixão não tem alças e os portões do meu país fecham-se às minhas costas.

Em síntese, vivo à margem da sociedade os ornamentos da minha vida são: a miséria, a fome e o desespero e a minha morte encontro nas mãos de um Exército de covardes na ponta da baioneta da qual produzi o aço, à porta da fábrica onde vivi... (Geraldo Ailton Soares, São Paulo/SP)

Não pagar a dívida, recuperar estradas

Domingo, dia 27/11 fui para casa mais cedo, porque estava interessado no que ia mostrar sobre as estradas brasileiras o "Fantástico" da Rede Globo

De 1948 a 1965 eu vivi na roça. Depois que meu pai voltou da cadeia, preso que fora como subversivo em abril de 1964, passamos a morar na cidade, e começa aí minha convivência com caminhões.

Puxei toras de dentro da mata para as serrarias e também cereais, café, algodão etc., dentro das roças, sempre por estradas ruins.

Trabalhei na carga pesada e me lembro da "Castelo Branco", logo depois de concluído o trecho Avaré-Osasco, e outras que passaram no programa.

Quanta riqueza criada pelos trabalhadores brasileiros passaram e passam por essas estradas, e estão abandonadas... Penso eu que se o povo brasileiro eleger em 1989 um presidente comprometido com os interesses do Brasil, e suspendendo-se o pagamento da dívida externa, e aplicando-se 40% dessa riqueza na recuperação das estradas, não só há condições de recuperá-las todas como se criaria milhões de empregos.

(Ermani Fernandes de Oliveira, secretário da Associação dos Motoristas de Táxi de Altamira — PA)

Publiquem a letra da "Internacional"

Já faz quase um ano que eu assinei uma ficha de filiação ao PCdoB, atendendo ao chamado feito pelo programa do partido na noite anterior, via televisão.

Apesar de, na época, eu ter 17 anos, e isso não iria ajudar o Partido oficialmente (pois era necessário filiações de pessoas com mais de 18 anos e que tinham o título de eleitor), eu fui muito bem recebido na sede, e logo me ofereceram um exemplar da "Tribuna Operária", que imediatamente eu aceitei.

Lendo o jornal eu me admirei, pois jamais havia lido algo parecido, um jornal que analisava os fatos, não com a mentalidade conciliadora da imprensa burguesa cada vez mais decadente, mas com uma visão revolucionária e um discurso forte e consistente.

Devido às Resoluções do 7º Congresso, a "Tribuna Operária" saiu de circulação e eu só não senti mais a falta da "Tribuna" porque a "Classe Operária" vem cumprindo bem o seu papel de imprensa proletária, em contraste com a decadência da grande imprensa burguesa.

Sem mais, gostaria que vocês publicassem a letra do hino dos comunistas de todo o mundo, a gloriosa "Internacional". Agradeço a atenção que vocês têm dado à causa operária e é um prazer ler um jornal com um nível tão alto.

(Fábio Alves Silveira, vice-presidente Regional Litoral da União Paulista dos Estudantes Secundaristas)

Continua a polêmica sobre rock brasileiro

Li a reportagem publicada na CO n° 05 e também a carta do leitor Pedro C. Lopes, publicada na CO n° 06 e não pude me furtar em tecer alguns breves comentários sobre o assunto tratado.

Entre a música brasileira e a música internacional em geral não há nada a reprovar, desde que o encontro entre ambas se dê em igualdade de condições, de tal modo que a música internacional sirva para elevar a um nível superior a música brasileira.

Porém, o que qualquer pessoa com um mínimo de senso crítico pode observar é que tal fa-

to não ocorre. A música internacional é-nos brutalmente enfiada goela abaixo como mais um produto qualquer pelas potências centrais, que detêm o monopólio da divulgação cultural no mundo. Portanto, não é verdadeira a afirmação feita pelo Arnaldo Antunes, dos Titãs, de que quem é bom se impõe. O que nos é imposto, e não se impõe por si só, é lixo que pode ser vendido facilmente. Por ex.: as rádios tocam o que lhes pagam para tocar e, com isso, divulgam apenas uma tendência do movimento musical. O resto é exceção a confirmar a regra.

Quanto à afirmação feita por Pedro C. Lopes de que o rock nacional é a quinta-coluna do imperialismo não é verdadeira. Assim como também não é verdade que toda a música nacional seja boa e voltada para os interesses do povo. Dentro do movimento musical há diversos tipos de composições e a mensagem a ser transmitida depende de quem a compõe.

Porém, é notório que o imperialismo instrumentaliza o rock para atingir seus objetivos. Por exemplo, quando Granada foi invadida, pouco antes o Exército dos EUA interferiu na programação das rádios locais e passaram a transmitir rock, tentando, desse modo, preparar a população da ilha para a invasão iminente. Com isso procurou associar o exército dos EUA com as músicas "libertárias".

Não devemos também gastar o pouco espaço disponível na imprensa partidária para fazer apologia ao rock, pois já tem quem o faça, e pelo que vejo, com bastante competência, pois estão "ganhando" a todos.

É também inaceitável alguns escorregões deixados passar pela redação da CO, sem nenhuma observação à parte, entre eles de quem defende sua cultura é retrógrado. Se tal fato é aceito passivamente, corresponde a uma capitulação vergonhosa. Outra é a colocação num mesmo nível, o rock imposto pelas potências centrais, e a música brasileira que se forjou pelo tempo e conquistou espaço neste país de modo natural, através, ai sim, de sua qualidade. Músicas e culturas que vieram com os imigrantes e com os negros trazidos da África. Outra coisa: o rock existe em todo o mundo, assim como existem as multinacionais, o que não as faz melhor, apenas demonstra ser um ritmo dos dominantes imposto sobre os dominados. No Brasil, os primeiros a aplaudirem o rock foram as classes dominantes, e não poderia ser de outra forma, pois elas procuram imitar em tudo os seus patrões imperialistas.

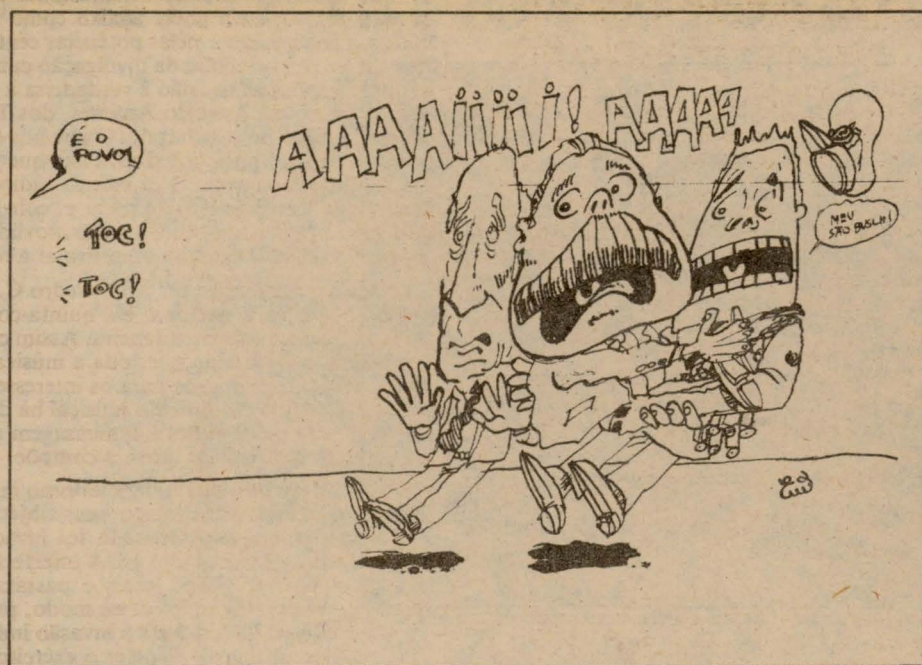
Para concluir, acredito que, nesta confusão toda, devemos buscar o que realmente há de bom em nossa música (incluindo a A. Latina), aceitar e aplaudir a boa música que vem de fora (principalmente países centrais), brigar para que esta música sirva para enriquecer a música nacional e elevá-la a um novo patamar, superior. Porém não devemos nunca, jamais, aceitar coisas como a música de fora excluindo, asfixiando o que temos de bom, pois se assim for, realmente, em breve só ouviremos rock. Queiramos ou não. (Sidnei S. Fava — Nioaque-MS)

A "Classe" retifica

A carta publicada na "Classe" n° 7, a respeito de ataques à Constituição nas indústrias paulistas, saiu com duas incorreções. A fábrica a que o leitor se refere e que desrespeita abertamente os direitos trabalhistas que a nova Carta assegurou, é a Finoplast, e não Piroplastic, e fica em Guarulhos, não Osasco.

Por sinal, os ataques continuam. No último dia 29, o mesmo operário comunicou-se com a "Classe" para denunciar que a empresa está ameaçando implantar o sistema de turnos fixos de serviço, para burlar o dispositivo que estabelece a jornada máxima de 6 horas nas indústrias com turnos de revezamento. Aliás, irregularidades semelhantes estão sendo praticadas por outras empresas do município.

Desejamos aos nossos leitores documentação e memória com o livro: Voltaremos em 11 de janeiro.



EDITORIAL

Conservadores em pânico

A vitória popular e democrática nas últimas eleições, responsável por mudanças na correlação de forças e por um deslocamento do quadro político nacional para a esquerda, continua repercutindo amplamente e determinando o comportamento das diversas correntes de opinião e agremiações partidárias.

O resultado mais visível e significativo é o pânico gerado no governo e nos conservadores.

Nos últimos dias, o presidente da República, além dos presidentes do PMDB, do PDS, e do PFL, deram declarações bombásticas prevendo o "caos", a tomada do poder pela esquerda e a revolução socialista. Em vista disso refazem seus planos, reagrupam suas forças, buscam recuperar cacife, elaboram novas táticas para a sucessão presidencial. Sem abrir mão de interesses menores e pessoais, de grupo e facção, articulam composições, lançam balões de ensaio sobre eventuais chapas concorrentes à disputa pela Presidência.

O fulcro da pregação desses setores é a recomposição do centro, na verdade do centro-direita, com alguns penduricalhos "liberal-progressistas".

A primeira lição a tirar de todo esse alarido é que as classes dominantes brasileiras, os políticos que as representam, não têm a necessária sensibilidade para compreender o fenômeno de fundo dos enfrentamentos políticos no país, que as recentes eleições mostraram com a maior nitidez.

Em 15 de novembro o povo votou não só contra a política de fome e entreguismo do governo Sarney, contra a crise conjuntural que afeta por inteiro a vida da nação. A visão popular teve um mais longo alcance. O protesto se dirigiu em boa medida contra a política em geral das classes dominantes, con-

tra a crise estrutural e os fatores que a condicionam. Na verdade, o voto de protesto à esquerda demonstrou que o povo não acredita mais nas forças representativas das classes sociais que levaram o país ao atoleiro.

O PMDB e o governo de Sarney foram os maiores derrotados pois, estando no poder, expressam, na conjuntura atual, essas classes. Por isso, a batalha eleitoral não foi outra coisa senão o reflexo ao nível de massas e institucional do entrelaçamento da crise estrutural com a conjuntural. Essa interseção é precisamente o ponto de partida para embates ainda maiores.

Daí a segunda lição — é inócua a tentativa de reconstituir o centro. Nas condições de entrelaçamento da crise estrutural com a conjuntural, e considerado o deslocamento de forças havido, o centro tende cada vez mais para a direita. Representando o mesmo espectro de forças que sustenta o regime sócio-político-econômico atual, e voltado para a contenção das forças progressistas, este centro é politicamente inviável. Está fadado a colher novos e mais contundentes fracassos.

Com a vitória conquistada, coloca-se para o povo resolver desafios históricos. O mais promissor reflexo dos resultados das urnas é o avanço do grau de consciência política do povo, a compreensão, que ele vai obtendo através do acúmulo de experiências, de que sua luta passa por caminhos complexos e se apresenta agora em patamar superior e com exigências maiores. Compreender que estamos no início de uma nova fase da luta e ajudar a fazer com que o povo desenvolva sua experiência, reforçando a tendência de deslocamento à esquerda evidenciada nas urnas é o que devemos fazer. Não basta saudar a vitória popular, mas transformá-la em ponto de partida para lutas de maior envergadura.

Punição aos responsáveis pelo massacre

Edmilson Valentim*

Correspondendo a uma expectativa de toda a nação brasileira, requeri no último dia 23 de novembro, junto à Mesa da Câmara dos Deputados, a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar as responsabilidades pelos incidentes ocorridos durante a greve dos metalúrgicos da Companhia Siderúrgica Nacional, dia 9 de novembro, em Volta Redonda, quando vários operários foram assassinados por tropas do Exército.

O Código Penal brasileiro é taxativo quando se refere a crimes de morte (artigo 121: matar alguém corresponde à pena de reclusão de seis a 20 anos). Se assim ocorreu, necessariamente existem criminosos, os quais devem ser identificados e punidos. Diante dessa inquestionável realidade, e após ter sentido de perto a truculência e a insanidade que caracterizaram o comportamento dos militares naquela noite, em Volta Redonda, tomei a iniciativa de requerer a CPI, contando com o apoio de 170 parlamentares que subscreveram o requerimento.

O que ocorreu em Volta Redonda foi um verdadeiro massacre contra os trabalhadores indefesos que estavam em greve apenas para reivindicar melhorias sa-

lariais, direito elementar assegurado na nova Constituição da República. Houve um total desvirtuamento do papel das Forças Armadas, que não têm o direito de intervir numa greve de trabalhadores, nem muito menos de abrir fogo contra eles.

Em pelo menos três momentos houve ação ilegal do Exército na invasão da CSN. O juiz Moisés Cohen, que segundo se diz requisitou formalmente a intervenção militar na usina, não tem autoridade para representar qualquer Poder da República. E quanto a isto a Constituição é clara. A intervenção de tropas federais está condicionada à requisição de um dos Poderes Constituídos. Em segundo lugar, a Constituição foi rasgada pelas baionetas em relação ao direito de greve e de livre manifestação e organização. Em terceiro lugar, a ação das unidades militares em Volta Redonda desrespeitou o próprio manual militar, no tocante aos "Distúrbios civis e calamidades públicas", evidenciando ato de pura irresponsabilidade.

A nação quer saber a verdade, identificar os assassinos e vê-los punidos. O assassinio dos operários de Volta Redonda é grave precedente. Os patriotas não podem deixar o crime impune.

* Deputado Federal — PCdoB/RJ

Legislação distorce vontade do eleitor

Edson Silva*

É merecedor de reflexão o resultado eleitoral em Porto Alegre. Evidencia a flagrante distorção do código eleitoral. Por ele, Jussara Cony, como muitos candidatos pelo Brasil a fora, deixa de se eleger, contrastando com a enorme votação que fez (ver matéria à pag. 6). O ato soberano do eleitor foi deformado. Cerca de 10 mil eleitores de Porto Alegre (para não falar de outros milhares cujos votos foram contabilizados em outras legendas por um evidente erro no preenchimento da cédula) asseguram um honroso primeiro lugar à vereadora do PCdoB. Mas a legislação vigente deu outro veredito, já que o Partido não alcançou o "quociente eleitoral". Diga-se de passagem, uma legislação caduca, da época da ditadura militar.

Argumenta-se que o "quociente eleitoral" é um instrumento necessário ao fortalecimento dos partidos. Cínica ironia num país em que o ranço autoritário das classes dominantes comprometeu o florescimento da democracia, limitou o quanto pôde a vida partidária, males que só agora, aos poucos, começam a ser reparados. Basta ver que o presidente da República que assinou esse código foi o mesmo que fechou os partidos e ditou a camisa-de-força do bipartidarismo.

É artificial a associação entre a expressão eleitoral do centro de preferência do eleitor pelo partido. Dito de outra forma, é uma característica intrínseca identidade estabelecida pelo código eleitoral entre candidato e

partido. Quantos candidatos, dos 448 que disputaram o mandato de vereador em Porto Alegre leram os programas de seus partidos? Quantos deles têm militância partidária? Quantos se subordinam às orientações do partido? Dezenas deles seguramente sequer nunca puseram os pés na sede do partido.

Mas a legislação, passando por cima da realidade, relaciona candidato e partido, fazendo este se beneficiar daquele, enfeixando essa relação com o "quociente eleitoral". Isso faz com que os partidos, movidos a muito dinheiro, apresentem enormes listas de candidatos, muitos sem qualquer possibilidade de eleição. É que seu desempenho na campanha pode ajudar a eleição do candidato majoritário e contribui para o Partido chegar ao "quociente eleitoral". De tal sorte que por vezes se elegeram precisamente os figurões que o eleitor gostaria de derrotar.

Tudo se deforma com este tipo viciado de prática política. Não se justifica, nas condições de liberdade partidária, uma tal imposição. Só em caso excepcional, a legislação se despe de seu autoritarismo. Diz seu artigo 111: "Se nenhum partido alcançar o quociente eleitoral, considerar-se-ão eleitos, até serem preenchidos todos os lugares, os candidatos mais votados". (grifo nosso).

O que deveria ser a regra, respeitando a vontade do eleitor, é exceção, deformando o resultado das urnas.

Centro de Documentação e Memória
Maurício Grabois
Membro da Direção Nacional do
PCdoB e presidente do DRJ Rio
Grande do Sul

Ficou a descoberto, naquele vergonhoso dia, o que disse Swift em sua aventura liliputiana: "o hábito infernal de mentir, trapacear, enganar, prevaricar", tão característico dos políticos das classes dominantes, acostumados a usar golpes baixos para manter o seu domínio sobre a sociedade civil.

Somou-se a tudo isso a posição do PT e do PDT, que, objetivamente, ajudaram a direita nesse episódio, votando pelo presidencialismo.

Apesar da derrota, a campanha parlamentarista teve significado histórico. A opinião pública se esclareceu sobre o papel exercido pelo presidencialismo ao longo de quase 100 anos de vida republicana. Ficou patenteada a inadequação desse sistema à vida nacional, sua função de instrumento das oligarquias e das Forças Armadas. O PCdoB contribuiu decisivamente nessa histórica batalha.

O embate presidencialismo versus parlamentarismo desnudou o perfil do Congresso, a existência de uma maioria conservadora, reacionária, incapaz de defender o regime democrático, pusilânime, sujeita às injunções dos potentados, de costas para os interesses do país e do povo.

Governo corrupto

Tão logo passou essa disputa, outra luta política de envergadura teve início. O Planalto começou a articular o adiamento das eleições municipais. Previa, por certo, uma derrota, pressentia que o descontentamento popular iria transbordar nas urnas de 15 de novembro e preparar um golpe de mão para evitar o pronunciamento soberano do povo.

Em abril, ouvidos os primeiros depoimentos, a CPI da corrupção mostrou ao país que o centro da corrupção estava no Planalto. Os ministros ouvidos pela CPI, caídos em desgraça, não tiveram dúvida em acusar Sarney e seu restrito grupo palaciano de crimes de responsabilidade.

Momento especial

Para o movimento democrático e popular e em particular para os comunistas, o ano de 1988 registrou um grande acontecimento político: o coroamento da campanha dos 100 mil filiados e a realização do 7º Congresso do Partido Comunista do Brasil (ver entrevista com João Amazonas às páginas 20 e 21). Os delegados ao Congresso discutiram não só questões da vida interna do Partido, mas passaram em revista a situação nacional, tirando de sua análise signifi-

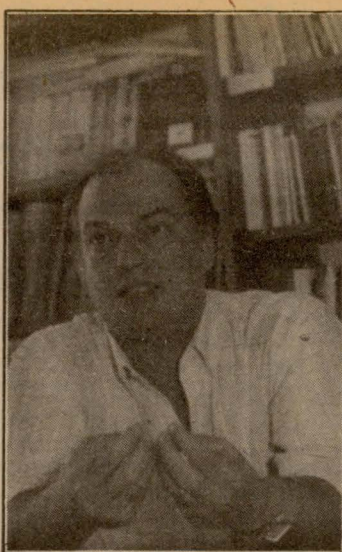
cativas conclusões: "O Brasil encontra-se numa encruzilhada histórica. Ou rompe radicalmente com o atual estado de coisas e assegura um desenvolvimento econômico independente, abre clareiras para o progresso efetivo, para a democratização e a modernização da vida nacional ou afunda-se no pântano da decadência e da submissão à oligarquia financeira imperialista", diz o documento aprovado no Congresso do PCdoB.

Alterações partidárias

A instabilidade política gerada pelo entrelaçamento da crise estrutural da sociedade brasileira com a desagregação do governo Sarney vai determinando diferenciações no espectro partidário e tendências à rearmarção de forças. O senador Jarbas Passarinho, prócer do PDS, percebendo o desgaste do governo e de suas bases de sustentação e os riscos que isso representa para o futuro do regime, propõe em meados do ano a formação de um "partidão" de centro-direita, a partir da articulação do PDS com o PFL e o PTB. Vendo que o "Centrão", baseado no fisiologismo, é fluido e incapaz de uma unidade doutrinária e programática, o senador pedessista quer, assim, recompor as bases da direita reciclando-a. Na área do centro também operam-se mudanças. Parte do PMDB retirou-se do partido e forma um novo agrupamento — o PSDB.

Governo enfrenta Constituinte

O segundo semestre voltaria a viver grandes acontecimentos no âmbito da Constituinte, com reflexos diretos na crise política. A votação do texto em segundo turno marcou o maior entrevero entre o Palácio do Planalto e a Assembléia e, em meio a pressões e contra-pressões, o país viveu em julho um dos mais graves momentos da crise política. Às vésperas da votação do texto em 2º turno, ocorreram manobras e ameaças para evitar sua aprovação. O PFL, através de seu líder, o deputado José Lourenço, propôs o adiamento da votação para depois das eleições municipais de novembro. Como alternativa, se isto não desse certo, sugere a adoção da tática obstrucionista. O bruxo Saulo Ramos, eminência parca da "Nova República", propõe que no 2º turno os Constituintes votem tudo de novo, artigo por artigo. Só abandonou a idéia quando o fiel escudeiro de Sarney, o ministro Ronaldo Costa Couto, adver-



Apesar do desgaste, o PCB de Freire queria "apoio crítico" e união nacional.

tiu que isso reabriria a discussão do mandato presidencial. Toda a manobra implicava, na prática, "zerar os trabalhos".

Mas não ficaram por aí as pressões contra a Assembléia Constituinte. A União Brasileira de Empresários e a UDR promoviam intensas articulações, as multinacionais apresentaram em cadeia de rádio e tv um filme milionário, em horário nobre, para defender que "se não houvesse multinacionais, não haveria desenvolvimento industrial nem mercado de trabalho". E bombardearam conquistas obtidas no 1º turno, como a nacionalização da exploração do subsolo, a definição do conceito de empresa brasileira de capital nacional, a prioridade dessas empresas para a venda de bens e serviços ao governo etc.

"Presidente, só não vamos admitir o caos e a desordem, e se este país ficar realmente ingovernável, teremos de intervir". Esta foi a senha que Sarney recebeu em reunião com os militares, aprovando seu discurso que seria transmitido em cadeia nacional a brasileiras e brasileiros um dia antes da votação da Carta em 2º turno. Sarney fez um pronunciamento patético. Arrogante, referiu-se à "Constituinte que eu

convoquei", como se a convocação da Assembléia emanasse de sua vontade e não das lutas de milhões de brasileiros nas ruas em manifestações antitatoriais e pelas Diretas. "A Constituição não pode ser de uma facção", estocou, contrariado com o fato de que a sua facção, o "Centrão", não se deu tão bem como esperava. Fechando os olhos para o presente desgoverno, vaticinou, catastrófico: "essa Constituição vai tornar o país ingovernável". E alinhou em seu auxílio contas mal feitas, cálculos apressados para "provar" a inviabilidade de o Estado arcar com o incremento das despesas acarretado pelos novos benefícios sociais.

Mas não teve jeito. A Constituinte decidiu por esmagadora maioria aprovar o texto no segundo turno, pelo placar de 403 a 13. O PT, que tinha dado declarações "principistas", ameaçara votar contra. Diante do risco de isolamento e de se confundir com a direita, mudou de posição antes que soasse o gongo final.

Novas lutas

Agosto, setembro, outubro e novembro também viveram grandes acontecimentos políticos. Na área da Constituinte, faltava a redação final do texto e a promulgação, que veio a ocorrer em 5 de outubro. Em Declaração de Voto, a bancada do Partido Comunista do Brasil afirmou sua posição crítica: "Para que seja definitivamente banida da vida política nacional a Constituição de 1967/69, escrita e outorgada ao país pelos militares, a bancada do Partido Comunista do Brasil aprovará, em votação final, o Projeto de Constituição"... "Inegavelmente, nesta Constituição há relativos avanços em face às Cartas anteriores que nosso país já teve"... "Mas a nova Carta é essencialmente conservadora, retrógrada, aquém das expectativas

Foto: Arquivo



Guerra aberta contra a classe operária. O Exército invadiu a fábrica e massacróu trabalhadores. Para eles ficou claro o que é luta de classes.

populares e das necessidades do país".

Poucos dias depois de promulgada a nova Constituição, o país viveu o momento mais crítico do período da "Nova República". Uma onda de greves, sobretudo no funcionalismo federal, paralisou a máquina burocrática do governo. Os ministros brigavam entre si. Empresários e pelegos sindicais ensaiavam encenação chamada "pacto social", e o presidente, sem nenhuma autoridade nem credibilidade, deixava o país, acompanhado por uma numerosa comitiva de mais de 150 pessoas, entre elas o líder do partido revisionista, Roberto Freire, para uma viagem à Europa, uma verdadeira orgia que escandalizou a nação. O vazio de poder fez as forças populares reafirmarem a palavra de ordem "Fora Sarney" e exigir a substituição do governo, questão que permanece na ordem do dia.

Às eleições municipais se aproximavam. Uma campanha que parecia morna reservava uma surpresa para o governo e o PMDB, co-responsável pelo caos em que mergulhou o país, com uma vitória de forças de esquerda nas principais capitais.

Dias antes do pleito, o Exército promove a sétima ocupação da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda (RJ), e um massacre que resulta na morte de vários operários, no espancamento e prisão de centenas de pessoas. A Constituição é francamente desrespeitada, a onda grevista se avoluma e novas ameaças de golpe pairam no ar.

Neste final de ano duas batalhas no terreno institucional mantêm aberta a crise de poder: a CPI da corrupção, em que Sarney é formalmente acusado por crime de responsabilidade, e o conflito entre a Presidência da República e os governadores dos Estados em torno do novo Orçamento da União (ver matéria às páginas 10 e 11).

O ano de 1988 chega ao fim mostrando que eram infundadas as esperanças da direita e do governo. Foi, na verdade, o ano em que o governo afundou, em que cresceu o nível de consciência política do povo brasileiro e em que sua luta atingiu novo patamar. O Brasil entra em 1989 com a perspectiva de viver grandes tormentas. A sucessão presidencial, já deflagrada, aponta para uma intensificação das lutas populares. O agravamento da crise econômica e social exige do povo a única atitude capaz de salvar o país: lutar decididamente pelos seus direitos, pela liberdade, pela independência nacional e por um novo regime.

NAS ENTRELINHAS DA NOTÍCIA

Grande imprensa: contra ou a favor de Sarney?

Ao aprovar, no último dia 30, o relatório do senador Carlos Chiarelli, a CPI da Corrupção entregou à sociedade brasileira um amplo dossiê com denúncias minuciosas sobre as atividades ilegais praticadas pelo presidente Sarney, quatro de seus ministros e inúmeros assessores. As irregularidades em que se envolveu o presidente são flagrantes a ponto de terem levado a CPI a indiciá-lo em crime de responsabilidade, algo tão grave que ocorreu poucas vezes ao longo da história da República, e que sujeita Sarney ao impeachment e à perda do mandato. É sempre educativo observar de perto o comportamento da imprensa diante do fato.

A "Folha" ficou sempre ao lado do presidente

Com uma única e honrosa exceção, os grandes veículos procuraram reduzir as dimensões da denúncia, para que, abafada, ela caísse no esquecimento. Um dos exemplos mais marcantes foi a "Folha de S. Paulo".

A "Folha" atacou abertamente, em editorial do dia 1º/12, o relatório da CPI, dizendo que refletia "intuítos puramente políticos", e visavam simplesmente garantir aos que denunciavam "o êxito fácil de um lance elementar de demagogia".

É um direito do jornal expressar uma posição pró-Sarney. O problema é que, além disso, a "Folha" manipulou deliberadamente a cobertura do fato, para que os leitores fossem levados a tirar conclusões idênticas à sua. Um dia antes da CPI dar aval às denúncias de Chiarelli, publicou com amplo destaque, na página 3, uma entrevista coletiva concedida pelo ministro Antonio Carlos Magalhães, em que este lançava acusações genéricas e incomprovadas contra o senador denunciante.

No dia seguinte, quando saíram as provas contra Sarney, o procedimento foi o oposto. A notícia sobre a conclusão dos trabalhos da CPI foi publicada na página 7, sem destaque e com tratamento extremamente formal, que evitou até mesmo descrever por inteiro as acusações feitas contra o presidente.

E "Veja" destacou as "qualidades" de A.C.M.

A "Folha" só não fez jus à honra duvidosa de ter sido a publicação que melhor defendeu Sarney porque foi ultrapassada, de longe, por "Veja".

A revista chegou ao requinte de não publicar uma única linha sobre as centenas de páginas de denúncias aprovadas pela CPI. Em contrapartida, dedicou uma página inteira, com tratamento editorial nitidamente favorável, às acusações do ministro Antonio Carlos Magalhães contra o senador Chiarelli.

A matéria, por sinal, é encerrada com uma comovente declaração de fé na honestidade do ministro, que segundo "Veja" não encontrou "na história recente" ninguém capaz de levá-lo aos tribunais.

José Inácio acusa: os jornais não quiseram ver

A matéria publicada por "Isto É" de 7/12 demonstra, por outro lado, que a grande imprensa teria à sua disposição farto material, se estivesse de fato disposta a informar seus leitores. Ao longo de quase cinco páginas, "Isto É" demonstra que tanto o senador Carlos Chiarelli quanto seu colega José Inácio Ferreira não produziram frases ocas, e sim uma vasta lista de denúncias importantes, todas amplamente circunstanciadas. Eles verificaram, por exemplo, que Sarney cometeu "nada menos de 14 crimes de responsabilidade", demonstram que o presidente "sabia que iria assinar decretos inconstitucionais" e comprovam que também houve "inconstitucionalidade acintosa" em decretos favorecendo setores capitalistas.

O senador José Inácio, aliás, comparece às páginas da revista para cutucar os grandes jornais: "ou não leram, ou não quiseram ler os autos da CPI", acusa ele.

PCdoB avalia resultados no RS

Dois resultados se sobressaem no desempenho eleitoral do PCdoB no Rio Grande do Sul. O primeiro é a expressiva votação de Jussara Cony na capital. Ela foi a mais votada, com 9.847 sufrágios. O segundo é que na cidade de maior concentração operária do Estado, Caxias do Sul, Elói Frizzo foi eleito, em primeiro lugar, com 3.538 votos. O Partido elegeu ainda um vereador e o vice-prefeito em Rio Grande e um vereador em Cruz Alta.

Este julgamento das urnas só pode ser interpretado como um inquestionável reconhecimento dos eleitores pela lisura e coerência com que os mandatos dos dois comunistas foram exercidos ao longo de seis anos.

A votação dos dois parlamentares do PCdoB aumentou significativamente este ano. Elói Frizzo, agora reconduzido à Câmara Municipal de Caxias do Sul, se elegeu em 1982 pelo PMDB, como o terceiro mais votado da cidade, com 1.909 votos, ao passo que Jussara, eleita no mesmo ano, também pelo PMDB, alcançou 3.938 votos.

Os dados falam por si. Foram obtidos apesar das inúmeras dificuldades, sobretudo materiais, com que se defronta um partido operário, como o PCdoB. Há ainda o fato de que, nestas eleições, a disputa foi mais renhida, devido ao maior número de candidatos, sendo que o eleitorado pouco cresceu. Os indicadores são ainda mais relevantes se se tem em conta que o eleitor promoveu uma sensível renovação das Câmaras Municipais — em Porto Alegre, 60% dos vereadores não se reelegeram e em Caxias do Sul mais de 70%.

Protesto e homenagem

O Partido Comunista do Brasil realizou na noite de 1º de dezembro, no plenário da

Câmara Municipal de Porto Alegre, uma reunião com a presença de lideranças democráticas e militantes do partido para expressar de público seu repúdio ao fato de ter tido a candidata mais votada da Capital, com 9.847 votos e, apesar disso, não conseguir reeleger-se. Na reunião prestou-se uma calorosa homenagem à vereadora Jussara Cony. Ela recebeu de seus companheiros, pelas mãos de Maria do Rosário Nunes, da Executiva Regional, um buquê de rosas, num clima de emoção e entusiasmo.

O ato foi coordenado pelo presidente regional do Partido no Rio Grande do Sul, Edson Silva, tendo ainda na Mesa o dirigente sindical Omero Leitão, o vereador Caio Lustosa (sem partido), o vereador Pedro Ruas (PDT) e Cleci Keichel, da Ação da Mulher Trabalhista, além da vereadora comunista Jussara Cony.

"O coletivo de nosso Partido em Porto Alegre, dos militantes de base às direções, faz exaustiva análise procurando examinar os erros e deficiências, os fatores que nos levaram ao insucesso de perder o mandato que tínhamos nesta Casa" — disse Edson Silva no início do ato. "Não temos dúvida — prosseguiu — de que um desses fatores é a legislação eleitoral vigente, ainda evada de autoritarismo. Tanto que temos a campeã de votos em Porto Alegre e, devido ao 'coeficiente eleitoral' estabelecido por esta legislação, deixamos de ter um mandato de vereador na próxima legislatura".

O vereador Pedro Ruas, do PDT, fez questão de "prestar um depoimento de quem acompanhou o trabalho de Jussara na Câmara", considerando ser "inadmissível, por

mais esforço que se faça de entendimento, uma legislação anacrônica que determina anomalias deste tipo: a candidata mais votada não assumir o mandato". Ele disse ainda que a ausência de Jussara "será sentida em toda a Porto Alegre, mas temos de extrair uma lição desta eleição: a de sermos obrigados a nos organizar e lutar para pôr fim a esta legislação".

Para o vereador Caio Lustosa (sem partido), "a luta de Jussara continuará, mesmo não tendo sua cadeira na Câmara. Porto Alegre perde a vereadora mais combativa, que sempre esteve ao lado das lutas populares".

Omero Leitão disse sentir-se "honrado em cumprimentar a vereadora mais votada de Porto Alegre", salientando que "os votos recebidos pelo Partido servirão de mola propulsora para ele levar à frente a sua luta".

Última a se pronunciar, Jussara Cony falou com muita emoção, saudando a direção do Partido e seus militantes. "Não vai ser o resultado adverso deste embate que vai me afastar da luta pelo socialismo. Estarei onde tiver que estar para cumprir o compromisso que o PCdoB tem com o povo de Porto Alegre e do Brasil". Retribuindo as flores com que foi homenageada, Jussara acrescentou: "As rosas são para o povo de Porto Alegre que soube dar a resposta nas urnas, são para cada militante, para a direção regional e a direção nacional do Partido, em especial para João Amazonas, presidente do PCdoB. São rosas vermelhas como a cor de nossa bandeira".

(Do correspondente em Porto Alegre — RS)

Edson eleito no Rio

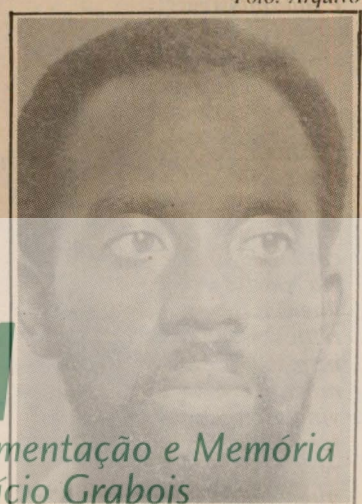
Foto: Arquivo

Eleito com o maior número de votos na Coligação Rio Amanhã Melhor (PSDB-PCdoB), o líder comunitário Edson Santos (8.679 votos) ratifica o prestígio do Partido Comunista do Brasil junto à população carioca. O único vereador negro entre os 42 eleitos em 15 de novembro último, Edson declara que pretende colocar o seu mandato como porta-voz dos oprimidos, dos discriminados e dos trabalhadores.

O vereador eleito diz que lutará para resgatar a credibilidade e a dignidade da Câmara

Municipal. Ser um instrumento do movimento negro contra a discriminação racial e de apoio às iniciativas culturais, que promovam e preservem as diversas manifestações existentes, são outras prioridades do mais novo parlamentar comunista do Rio de Janeiro.

Para Edson Santos, a vitória do PCdoB no Rio e no restante do Brasil "representa a resposta do povo contra Sarney e todos aqueles que têm responsabilidade com a política de arrocho salarial e de submissão da nossa economia aos interesses multinacionais".



Edson, vereador comunista

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

A luta contra o fisiologismo

Eduardo Bomfim*

O resultado das eleições municipais em Alagoas delineia, no geral, uma vitória das forças do centro-direita e da direita. O PTB fez 22 prefeituras, o PMDB ganhou em 30 municípios e o PFL arrebanhou cerca de 40 prefeituras, entre as quais a da capital, Maceió.

Em Maceió venceu por estreita margem de votos (3,5%) o candidato do PFL, Guilherme Palmeira, apoiado pelo governo Sarney e tendo ao seu lado o poder econômico dos usineiros, a utilização abusiva de órgãos federais e a repressão, que atuou de forma dura contra a coligação Frente Progressista (PSDB-PCdoB-PMDB-PDT e outros partidos menores).

Na capital alagoana repetiu-se o fenômeno que se registrou na grande maioria das capitais brasileiras: para mostrar o repúdio a Sarney, o povo votou contra os governos estaduais e, em Maceió, contra o prefeito Djalma Falcão (PMDB) — que apoiou, sem declarar publicamente, o candidato do PFL. O povo votou, principalmente, contra o PMDB e tudo o que se parecia com ele, embora este partido não tenha mais grande expressão em Alagoas, devido às diversas defecções que sofreu durante os trabalhos da Constituinte.

O candidato da Frente Progressista, deputado federal Renan Calheiros (PSDB) teve bom desempenho na campanha, com um discurso incisivo, avançado, assimilado pelo povo. Nessa performance progressista da candidatura de Renan, destaca-se a valiosa contribuição do PCdoB na campanha majoritária. O PCdoB ajudou a esclarecer o povo, mostrando a diferença de qualidade entre a atuação de Renan na Constituinte e a vergonhosa postura de Gui-

lherme Palmeira e de toda a bancada do PFL, que deu cinco anos a Sarney e votou contra os trabalhadores.

O que pode ser considerado o principal empecilho à vitória da Frente Progressista (uma aliança de 11 partidos, do centro à esquerda) foi sua composição eclética, heterogênea. Não houve, no todo da coligação, um discurso sintonizado, harmônico com a pregação da campanha majoritária. Havia setores fisiológicos e mesmo oportunistas em seu interior, e ainda hoje se comenta que vários candidatos a vereador da Frente Progressista não pediram votos para o candidato a prefeito, ou até mesmo apoiavam, às escondidas, o candidato adversário.

Antes de seladas as composições partidárias, o PCdoB trabalhou para a construção de uma frente com perfil mais definido, nitidamente progressista, em sintonia com o sentimento das ruas.

Como fatores da derrota, soma-se ainda a repressão policial contra a Frente Progressista, e em particular contra os militantes do PCdoB, e a censura aos programas eleitorais na televisão. Esta parecia algo surrealista. Cortavam-se, sem nenhuma justificativa, textos inteiros de programa. Até um **fac-símile** da Constituição foi tirado do ar pelo juiz! Era a página em que está o artigo 220, que aboliu "qualquer tipo de censura de natureza política, ideológica ou artística"... Censurou-se a proibição à censura na Carta Magna!

Há ainda outro fator importante na definição do resultado eleitoral. O candidato Dilton Simões (coligação PSB-PCB), ao invés de atacar o candidato da direita, procurou dividir o eleitorado democrático e progressista de Renan. Embora sem perspectiva de

boa performance, Dilton Simões, com os seus 14,4%, retirou votos da Frente Progressista, que ficou em segundo lugar com 31,8%, contra 35,3% do candidato vencedor, o pefelista Guilherme Palmeira.

O desempenho do PCdoB

O Partido Comunista do Brasil teve, no geral, um bom desempenho na campanha eleitoral em Maceió. Foi presença destacada na campanha majoritária, imprimindo um tom oposicionista e avançado à campanha de Renan Calheiros.

A campanha de Maceió colocou nas ruas os militantes do PCdoB de forma bem mais organizada e estruturada que na campanha de 1986. O Partido atuou de forma leninista, cobrindo as áreas de estudo, trabalho e moradia, fazendo arrastões nos bairros, corpo-a-corpo e minicomícios nas portas de empresas, visitando repartições públicas, escolas e comunidades.

A campanha nos meios de comunicação, sobretudo no horário gratuito na televisão, foi de boa qualidade e considerada a melhor entre as candidaturas a vereador. O visual da agitação de rua correspondeu à tradição do Partido, com criatividade e bom-gosto.

Houve falhas: a amarração de votos poderia ser melhor, sobretudo na reta final da campanha. Isto, ao lado da confusão política causada pela heterogeneidade da Frente Progressista (o eleitorado não conseguiu distinguir que ela era diferente dos governos estadual e municipal), prejudicou a votação do Enio Lins, que foi eleito, mas poderia ter obtido um maior número de sufrágios, e inviabilizou a reeleição de Jared Vianal.

Outra deficiência da campanha do PCdoB foi a pouca penetração nos bairros populares, onde campeou o mais rasteiro fisiologismo.

É preciso notar que, apesar de todas as dificuldades, o PCdoB foi a única força de esquerda a eleger um vereador em Maceió. O PCB não conseguiu reeleger seu único vereador e o PT continua sem representação na Câmara Municipal.

Para o PCdoB, a eleição resultou numa vitória parcial diante do quadro de dificuldades, da verdadeira maré de fisiologismo, repressão e das fraudes. Os comunistas foram alvo, principalmente na fase final da campanha, dos ataques mais ferozes da aliança de direita. Os comunistas souberam responder com maturidade, sem se deixar levar por provocações, mas, como sempre, de maneira firme e aguer-

* Deputado Federal (PCdoB-AL) e membro da Direção Nacional.

CONSCIÊNCIA SOCIALISTA

Os limites da social-democracia

Rogério Lustosa*

O sucesso eleitoral das forças progressistas merece uma avaliação cuidadosa dos comunistas. Algumas pessoas deixam-se levar pelo entusiasmo e esquecem a apreciação crítica do conteúdo social-democrata de certas correntes vitoriosas. Outras, a pretexto de zelar pela pureza ideológica do proletariado, esquecem o valor tático das alianças e desprezam a possibilidade de arrastar setores até então sob influência pequeno-burguesa para o campo da revolução.

SEM CONCESSÕES

A concepção social-democrata, mesmo sem dizer isto claramente, apóia-se na tentativa de modernizar o sistema de poder, em contraposição à visão revolucionária de conquistar um novo poder político. Com isto, freia o processo de elevação da consciência dos trabalhadores. E, se esta ilusão perdurar, conduz o movimento popular a um beco sem saída. A busca do "socialismo" no Chile, no governo Allende, via modernização, com aval dos revisionistas, foi um exemplo bastante claro.

Neste sentido, mesmo no caso de coligações eleitorais, não se pode descuidar um só momento da batalha ideológica. Se a política comporta e até exige concessões, no terreno das idéias fundamentais do proletariado, qualquer acordo é inadmissível.

ENTRE DOIS FOGOS

Mas, em particular, numa sociedade de formação tão complexa como a nossa, não há porque tratar tudo em bloco. Às vezes, uma sigla partidária abriga uma imensa diversidade de correntes — ainda que sob uma inspiração geral social-democrata. Com o desenvolvimento da luta de classes, a tendência é de se destacarem segmentos à esquerda que, embora vacilantes, aproximam-se da política

revolucionária da classe operária. Isto é fruto da própria situação da pequena burguesia, como camada que oscila entre o proletariado e a burguesia.

No Brasil — como em toda a América Latina — ainda merece atenção o fato da social-democracia ter uma base social relativamente reduzida. Ela tem sua origem com o advento das multinacionais, que dão condições de vida privilegiadas a uma estreita camada de trabalhadores, aproximando-os da pequena burguesia. Daí saem muitos sindicalistas que vão se formar como quadros social-democratas. Não se pode desconhecer que o acirramento da luta de classes pressiona estas lideranças e exige delas atitudes mais combativas. Ainda mais que a crise coloca em risco as posições da própria "aristocracia operária" em formação.

QUEM É QUEM

Até onde irão, nesta situação, as potencialidades progressistas destes grupos ditos de "esquerda"? Até onde o proletariado deve estabelecer alianças táticas com eles? Estas perguntas só podem ser respondidas com espírito dialético e não com soluções pré-fabricadas. A própria fase anterior, de estabelecer coligações aqui e negar acolá com essas correntes, mostrou a variedade de alternativas.

Dimitrov alertava que os comunistas não podem "renunciar um só momento sequer ao seu trabalho independente, em matéria de educação comunista". Mas insistia que "a fim de abrir de forma segura aos operários a via da unidade de ação, torna-se necessário trabalhar no sentido de se estabelecerem acordos" sobre ações comuns contra os inimigos de classe do proletariado. E que a experiência na luta de classes, no movimento de frente única, mostrará quem "se diz 'de esquerda' em palavras e quem é efetivamente de esquerda".

* Membro da Direção Nacional do PCdoB



Enio Lins: criatividade no repúdio a Sarney



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois



VIDA OPERÁRIA

Natal na Fábrica

Noite de dezembro. O lusco-fusco das lâmpadas do bairro operário avistadas de longe parecia uma grande árvore de natal disforme. Juliano observava as luzes do seu bairro enquadradas na moldura da janela do ônibus. Não sabia bem por que, mas todo ano, nessa época, era tomado de um sentimento estranho, um misto de ternura e desencanto. E costumava-lhe ficar muito pensativo, filosófico até. Quantas vezes não trocara impressões sobre a vida com seu amigo Valter: o ano que passara deixando-os mais velhos, as coisas que deixaram de fazer e as que foram feitas, os planos não concretizados, os sonhos...

Mas a fábrica esperava por ele. Ela sim, parece que não passava. É como se estivesse numa outra dimensão, fora do tempo, por trás dos grandes portões de ferro. Dia após dia, ano após ano, a grande engrenagem jamais parava. Para ela não tinha natal, carnaval, finados, aniversário. Fosse qual fosse o dia, arrancava dos braços das mães e esposas os filhos e os maridos necessários para mantê-la funcionando e saciar a sede insaciável de lucro dos grandes.

— ... que a estas horas estão se banquetando, pensou o operário.

Até onde a sua memória era capaz de lembrar, Juliano sempre acompanhara em casa, anualmente, uma certa movimentação fora de rotina, os preparativos para essa noite. E a movimentação era maior ou menor dependendo de como iam as finanças da casa. Sua mãe, exímia cozinheira dentro dos limites que a pobreza da família permitia, preparara nesta noite um frango assado no forno do fogão, à guisa de peru, e servira a ceia mais cedo por causa do filho mais velho que entrava às 10 na fábrica. O jantar tinha sido alegre e barulhento, como é de se esperar quando se tem à mesa um marido e sete filhos famintos.

Manejando a peça da sua máquina de trabalho, Juliano recordava-se destas cenas e ouvia de novo seu pai comentar entre as mastigadas no frango e os goles de cerveja que eles, os filhos, deviam aproveitar bem aquela ceia, pois como as coisas estavam indo ninguém podia prever o próximo natal.

— Tá tudo pela hora da morte...

O companheiro do lado, acordou-o dos pensamentos:

— Ô, peão, todo mundo enchendo a cara e nós aqui...

— É. É a vida... disse e teve que repetir a resposta aos gritos porque era assim que se falava lá dentro, sob o barulho enlouquecedor das máquinas esmerilhando o aço.

Januário completara neste ano, 23 como operário, 40 anos de idade. Parecia mais velho, apesar dos músculos fortes dos braços. O peso do trabalho e da vida que levava marcava-lhe o rosto com rugas profundas e dera-lhe uma cabeleira já quase toda branca. Juliano gostava dele e, além disso, respeitava-o. Era um bom profissional, sempre alegre, jeito meio malandro, alma boa. Mais de uma vez dera provas de solidariedade e companheirismo com colegas em dificuldades ou injustiçados. Não chegava a ser o que se chama de líder, mas era um bom amigo. De vez em quando tomavam juntos um trago, à saída. Conhecia quase todo mundo lá dentro e, pelo seu jeito alegre e meio malandro, era sempre o alvo preferido das gracinhas e chacotas dos operários, o que não o tornava menos respeitado.

— Será que eu vou acabar igual a ele? pensou Juliano, voltando à sua máquina. A vida inteira dando duro e chegar nessa idade sem ter nada de seu na vida, porque a vida toda seu trabalho enriquecera a outros...

— Mas um dia isso muda, peão! gritou de novo Januário, como se lesse os pensamentos do colega.

O bicho era danado de animado e otimista.

— Feliz natal, peão — gritou de volta Juliano, agora contagiado pela alegria do outro. Um bom ano prá nós!...

Januário respondeu com um sorriso. E voltou à sua máquina.

Clara Andrade

O fôlego de gato das oligarquias

José Carlos Ruy*

Corroído pela expansão capitalista, abalado pelo avanço da consciência do povo, o coronel ainda assim resiste, moderniza-se e conserva o poder em vários de seus antigos redutos.

Avaliando o resultado das eleições de 1982, o então governador eleito de Minas Gerais, Tancredo Neves, disse que o PDS — partido dos militares e seus aliados — ficou confinado aos grotões perdidos do interior do Brasil. A mudança que essa avaliação constatava acentuou-se nas eleições seguintes. Desde 1982, o conservadorismo parece ter sido obrigado a mudar seu padrão de alianças em muitos lugares — principalmente onde é mais forte, o Nordeste. Na Bahia, por exemplo, setores da oligarquia que estavam fora do governo aliaram-se ao PMDB em 1986, e apoiaram a candidatura de Waldir Pires; em Pernambuco, ocorreu a mesma coisa, e Arraes foi eleito com apoio de usineiros que estavam em oposição ao governo local.

Dessa forma, a eleição de 1986 provocou uma rotação geral nos quadros dirigentes estaduais, que manifestou-se sob três formas: algumas oligarquias foram derrubadas (como no Ceará ou em Sergipe), outras aliaram-se a candidaturas progressistas (como na Bahia ou Pernambuco) e finalmente outras foram substituídas por oligarquias que estavam na oposição (como no Rio Grande do Norte) (ver "O coronelismo sai de cena?", **Retrato do Brasil**, 30/11/1986).

As eleições do último dia 15 de novembro são particularmente apropriadas para uma avaliação mais correta das mudanças indicadas pelas eleições anteriores, pelo simples fato de terem sido eleições municipais. Os municípios são a base do poder dos oligarcas, onde estão os currais eleitorais mais renitentes, o clientelismo permitido pelo controle das máquinas municipais, o eleitorado mais atrasado, e é ali que as mudanças chegam mais tarde. No passado, o município foi o lugar por excelência do "coronel", formando a base de um sistema político elitista, que no máximo podia ser caracterizado como uma democracia de notáveis, onde o poder fluía dos chefes municipais para

chefes regionais e nacionais, culminando no controle do governo central. Esse sistema teve seu clímax na República Velha (1889-1930), e foi — em certo sentido — reforçado pelos militares depois de 1964. Estes grupos ainda exercem, em muitos lugares, uma ampla autonomia extra-legal, ao lado ou acima da autonomia legal, exercida por organismos públicos e autoridades reconhecidas legalmente.

Modernização obriga o coronel a mudar

A extensão do capitalismo sobre o país, acentuada depois da II Guerra Mundial, e as mudanças provocadas pela centralização do poder sob o domínio dos militares, depois de 1964, provocaram algumas mudanças nessa realidade. O poder dos antigos "coronéis" estava baseado no monopólio da posse da terra e no controle do comércio local. Frutos de uma época pré-capitalista, onde o exercício do poder público confundia-se com o mando pessoal de particulares poderosos, os "coronéis" tiveram uma sobrevida quando o capitalismo, desenvolvendo-se de forma desigual e regional no país, subordinou formas pré-capitalistas sob sua hegemonia. O domínio dos militares, desde 1964, paradoxalmente, apoiou-se no poder dos coronéis sobre o voto de multidões miseráveis e ignorantes dos sertões mais remotos, mas criou também as condições para sua derrota histórica, ao estender as relações capitalistas para o conjunto da sociedade brasileira, especialmente para o campo, acabando com a parceria rural, a relação contratual mais favorável ao domínio coronelístico. Aqueles coronéis que modernizaram-se (como os Coelho, de Petróli-

na, no São Francisco), conseguiram sobreviver, mudando e transformando a natureza política de seu domínio, combinando-a com o domínio mais propriamente econômico e social, característico do capitalismo. Outros, menos felizes, transferiram-se para a estrutura estatal, ocupando posições de destaque no funcionalismo público e transformando-se em intermediários locais do poder federal.

O resultado mais visível da transformação ocorrida na base da sociedade — que obriga os "coronéis" a se adaptarem para sobreviver — foi registrado pelo Censo de 1980: ele mostrou que metade da população nordestina vivia em cidades, principalmente nas capitais (que abrigavam um terço da população total da região). Essa mudança leva ao afrouxamento do controle direto sobre os eleitores e obriga os poderosos locais a assumirem máscaras populistas para obter nas urnas a ratificação de seu poder.

Em Natal ganham os Maia, com Brizola

Em Natal, a candidata Vilma Maia foi eleita por uma coligação que incluiu o PDT, o PDS, o PFL e o PCB. Ela é membro de uma família que domina o Rio Grande do Norte há muitos anos. Ela é prima dos senadores Agripino Maia e Lavoisier Maia; eles são donos da TV Tropical, e controlam delegacias de vários órgãos federais em Natal (MEC, Cobal, IAPAS, IBDF etc.). A aliança com o PDT e com o PCB não indica, porém, que Vilma Maia tenha aderido a teses da esquerda. Agripino Maia foi particularmente claro a esse respeito. "Os comunistas —



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Ciro Alves: aliança com poder econômico, para ganhar



Vilma, herdeira da oligarquia Maia, venceu

disse ele, que defendeu a manutenção da aliança com o PCB — decoram bem uma campanha. Dão um bom visual.”

Natal é um bom exemplo da rotação de oligarquias no poder. Ali, Vilma Maia venceu o candidato de outra família poderosa, os Alves — liderada pelo ministro Aluizio Alves, que controlam o governo do estado.

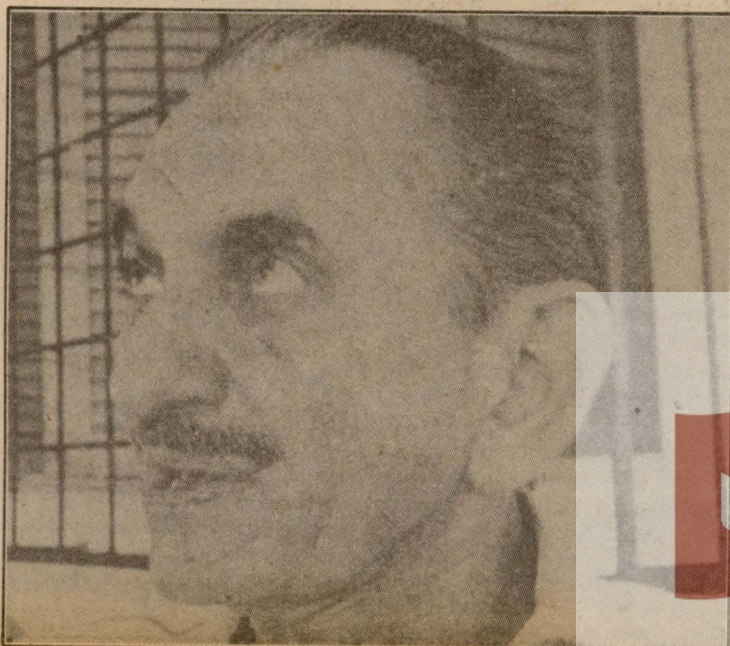
Na Bahia, a eleição mostrou o aprofundamento de uma tendência indicada na eleição de 1986, de aliança entre oligarquias dissidentes e setores progressistas. O PMDB elegeu mais de 150 prefeitos, quase a metade, além de ganhar quase em todas as cidades importantes. Foi uma derrota fragorosa para o grande cacique baiano, Antono Carlos Magalhães, que teve seu poder cevado durante a ditadura militar. Seus candidatos tiveram péssimo desempenho em Salvador e nos principais municípios baianos.

Avanços e recuos das famílias baianas

A situação do PMDB, porém, também não é cômoda. A vitória do partido no interior pode ser creditada ao governador Waldir Pires (que elegeu perto de 30 prefeitos de sua confiança), mas deve também ser dividida com as oligarquias encasteladas no PMDB baiano (os “vianistas”, os “jutahyistas” e os “prisquistas”). Deve ser dividida ainda com o empresário Pedro Irujo, que tem grande ascendência no PMDB baiano. Pedro Irujo elegeu por volta de 25 prefeitos no interior, além de ter levado a prefeitura de Salvador, cujo prefeito eleito, Fernando José, teve sua candidatura patrocinada pelo empresário e pelo atual prefeito Mario Kertsz. Além disso, para derrotar Waldir Pires, às vésperas da eleição, Antonio Carlos Magalhães orientou seus correligionários a votarem em Fernando José, num movimento que, depois da eleição, fez crescer as suspeitas da existência de al-

gum acordo entre o empresário e o ministro: depois de eleger Fernando José, o grupo de Kertsz e Irujo passou a apoiar o deputado estadual Clodoaldo Campos, lançado pelo deputado carlista Luiz Cabral, para a presidência da Assembleia Legislativa. Em Feira de Santana, por sua vez, os progressistas cravaram um ponto. A eleição foi vencida pelo deputado estadual Colbert Martins, ligado a Waldir Pires, que derrotou Sérgio Carneiro, apoiado pela UDR. Essa derrota foi muito lamentada por Ronaldo Caiado, que pretendia transformar Feira em uma base da UDR no Nordeste.

No Ceará, as três famílias que tradicionalmente dominam a política local (os Távora, os Cals e os Bezerra), perderam todas as eleições desde 1982. Este ano, o governador Tasso Jereissati — eleito em 1986 contra esses oligarcas, cujo domínio pretende erradicar — conseguiu eleger o prefeito de Fortaleza, Ciro Gomes, consolidando seu domínio no Estado. Ciro foi deputado pelo PDS, ligado a Cesar Cals; na eleição presidencial de 1985, ele rompeu com o partido e ligou-se ao PMDB e a Tasso, para lutar contra Paulo Maluf. Tasso Jereissati empenhou-se pessoalmente em



Coronel Lavoisier: “PCB dá bom visual à campanha”



A UDR: distribuindo até terrenos, em troca de votos

sua eleição e a identidade entre ambos é tamanha que Ciro declarou ser “da mesma marca do Tasso”. Sua vitória, contudo, foi apertada. O candidato do PDT, Edson Silva, foi apoiado pelas três famílias (a campanha foi dirigida por profissionais ligados a elas), tornando a disputa muito grande. Para vencer, Tasso teria abusado do poder econômico inundando Fortaleza de propaganda de seu candidato — diz a imprensa cearense.

Em Sergipe, outra derrota para as oligarquias. Ali, as famílias de Albano Franco, João Alves, Antonio Carlos Valadares, José Carlos Teixeira, Seixas Dória e Francisco Rolemberg se uniram, pela primeira vez em muitos anos, para disputar uma eleição. Seu adversário: Jackson Barreto (PSB, PDT, PSDB e PCdoB), que fora eleito prefeito em 1985 com 71% dos votos e, em maio de 1988, afastado da prefeitura pelo governador Antonio Carlos Valadares (PFL), que decretou a intervenção na capital, acusando o prefeito de corrupção. Não colou, a popularidade do ex-prefeito se manteve intocada, transferindo-se para seu candidato, Wellington Paixão. A situação para as oligarquias era séria. “Se o Jackson ganhar essa eleição,

Em São Luiz, perdem Sarney e os coronéis

desmoraliza todo mundo aqui”, dizia preocupado o senador Albano Franco, às vésperas da votação. Ele tinha ra-

ção: Jackson Barreto elegeu não só o prefeito, como 11 dos 21 vereadores de Aracaju.

As famílias tradicionais se deram mal também em São Luiz, onde o candidato do governador Epitácio Cafeteira e do presidente José Sarney foi vencido por Jackson Lago, ligado a Neiva Moreira e a Brizola desde os anos 60. Ele foi apresentado por uma coligação que incluía o PDT, o PSDB, o PCdoB, o PCB e o PSB. Em Minas Gerais, o governador Newton Cardoso foi batido na capital e em algumas cidades importantes (como Pitangui, Contagem e Juiz de Fora), onde pretendia ganhar. Em Pernambuco, os progressistas foram vencidos por um membro da secular oligarquia Cavalcanti, o candidato Joaquim Francisco, do PFL; a esquerda perdeu até mesmo no bairro de Casa Amarela, em Recife, tradicional reduto seu.

As oligarquias não pretendem abrir mão pacificamente de seu domínio, mesmo que ele seja determinado pelas urnas. Por isso, usam todos os meios de que dispõem — desde o poder econômico até fraudes e violências, que se acentuam quando as eleições são muito disputadas e põem em risco o mando de figuras tradicionais. Em Tianguá, no Ceará, o cadáver do operário Raimundo Nonato do Nascimento, que morreu no dia da eleição, estava sendo velado durante a votação, mas seu título eleitoral foi usado na seção onde ele estava inscrito. Em Santana do Cariri, também no Ceará, o candidato do PFL foi flagrado por juizes eleitorais distribuindo material elétrico a troco de votos. em Macaúbas, Bahia, o PFL foi acusado de distribuir cestas básicas de alimentos fornecidas pela LBA em favor de seu candidato. Legalmente, as cestas deveriam ser entregues a famílias carentes. Porém, o presidente do PMDB local denunciou que “os cartões de pessoas reconhecidas como partidárias do PMDB foram, inexplicavelmente, rasgados, sob a alegação de que a merenda era só para o pessoal que votou” no candidato do PFL. Em Nanuque, Minas Gerais, a fraude envolveu o próprio juiz eleitoral Márcio Wellington de Castro, que apoiou o candidato do UDR, Jackson Lago, e de Newton Cardoso, Nide Alves Brito. O juiz deixou seu gabinete armado com dois revólveres, ameaçou um cabo

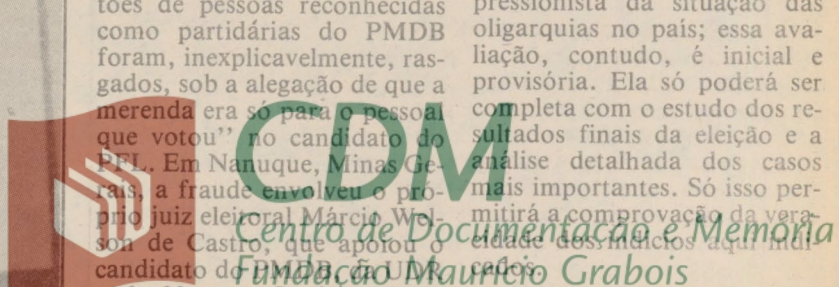
eleitoral da coligação PTB-PSDB apontando uma arma para sua cabeça, agrediu a promotora Jane de Oliveira, impediu a permanência de fiscais de outros partidos no local da apuração e permitiu, entre outras irregularidades, distribuição de cestas básicas por parte do candidato eleito, compra de votos nas filas de votação etc. Houve até mesmo distribuição de lotes para apoiar o candidato dos conservadores. Com apoio do juiz, eles chegaram a distribuir terrenos a eleitores que se comprometeram a votar em sua candidata — com recursos do governo estadual, da prefeitura e da UDR, eles compraram uma área de 21 hectares que foi retalhada em mil lotes com esse objetivo.

Volta a velha aliança: oligarquia e populismo

Outra característica da última eleição foi o ressurgimento de um padrão de alianças muito comum nos anos 50 e 60: a coligação de forças progressistas no plano federal com oligarquias estaduais e até mesmo municipais. Esse foi o padrão dominante das alianças feitas pelo PDT e por Leonel Brizola, que coligou-se indiscriminadamente com o PMDB, o PFL, o PDS e até mesmo em alguns lugares com o PT, com o PCdoB e PCB. As alianças do PDT com a direita, contudo, parecem ter sido a tônica, repetindo uma prática inaugurada por Getúlio Vargas e continuada pelos grandes partidos do período 1946-1964. Ideologicamente confusas e oportunistas, essas alianças apareceram como um traço característico do populismo brizolista nesta eleição.

O conflito entre setores progressistas e conservadores é um aspecto da luta de classes que se desenvolve no Brasil. As oligarquias ainda não foram definitivamente derrotadas; elas têm fôlego de gato para se adaptarem e sobreviverem. Sua experiência política e seu domínio da máquina estatal permitem-lhes assumir, em cada situação, o comportamento mais adequado para a defesa de seus interesses. Elas se esforçam por prolongar sua sobrevivência, condenadas que foram pelo desenvolvimento do capitalismo no país (que corroeu as bases de seu poder), pela urbanização e pela crescente conscientização dos eleitores. Os resultados até agora divulgados da última eleição permitem uma avaliação impressionista da situação das oligarquias no país; essa avaliação, contudo, é inicial e provisória. Ela só poderá ser completa com o estudo dos resultados finais da eleição e a análise detalhada dos casos mais importantes. Só isso permitirá a comprovação de uma realidade desmistificada aqui.

*Jornalista, colaborador da “Classe” em São Paulo



Operação - desmontar o Brasil

Antonio Martins

O governo propôs e o Congresso prepara-se para votar um Orçamento que conduz à paralisação total da economia. Um final simbólico para o ano de 88, que marcou o fracasso da saída conservadora para a crise e o início de desentendimentos profundos entre as próprias classes dominantes.

O governador de Minas, Newton Cardoso, estava com a palavra, e tentava mostrar ao presidente Sarney que o governo federal não podia exigir dos Estados o pagamento de 25% das suas dívidas externas em 89, pois isso arrasaria de vez os cofres estaduais, já há muito combalidos. O Palácio do Planalto, dizia ele, precisava apresentar uma proposta mais branda de amortização da dívida, para que fosse possível chegar a um acordo na Comissão de Orçamento do Congresso.

Foi então que Sarney explodiu. Falando ríspidamente, e quase aos berros, o presidente sequer permitiu que Cardoso concluísse o raciocínio, e exclamou: "Eu já perdi tudo, eu não tenho mais nada a perder", iniciando uma saraiada de críticas contra os governadores, seis dos quais estavam sentados ao seu redor. A súbita ira de Sarney apressou o fim da reunião. Realizada no dia 25 de novembro, quando os resultados eleitorais ainda repercutiam intensamente, ela foi classificada por um assessor da Presidência como "a mais constrangedora já ocorrida no Palácio do Planalto".

Não se sabe se a avaliação é precisa. O certo, porém, é que por mais desagradável que tenha sido o encontro ele foi apenas um dos inúmeros episódios que marcaram, nas últimas semanas, o aparecimento de divergências cada vez mais nítidas, profundas e declaradas entre os diversos setores das classes dominantes, e entre seus representantes políticos.

A idéia: sair da crise mergulhando nela

O fulcro dos debates é o Orçamento Geral da União para 1989. Todos os dias os grandes jornais e a TV trazem matérias e mais matérias sobre ele. Nesses veículos o assunto é tratado como se se resumisse a simples disputas pessoais entre os governantes, cada qual mais resistente em abrir mão das verbas polpudas de que dispõe para obras caras e desnecessárias, para conquista de posições políticas ou simplesmente para manutenção das mordomias.

E no entanto quem examinar o tema com cuidado irá constatar que ele revela fatos muito mais graves, e mais ligados à raiz das dificuldades econômicas com que o país se debate, que esses. Por trás da proposta de Orçamento enviada pelo governo ao Congresso, por exemplo, está a tentativa de sair da crise através de um mergulho ainda mais profundo no modelo econômico que a gerou — tentativa esta, aliás, que caracteriza a atuação do governo Sarney durante todo o ano de 1988. Por trás dos problemas que a possível aplicação deste Orçamento causará, e que vêm sendo denunciados em seguidos pronunciamentos de responsáveis pelo serviço público, estão sinais evidentes de que os planos do governo conduzem não à redução, e sim à paralisação completa da economia. E finalmente escondem-se atrás dos freqüentes e deselegantes batebocas entre líderes das classes dominantes, indícios cada vez mais claros de que o desastre que se desenha no horizonte faz com que estas classes encontrem dificuldades cada vez maiores para desenvolver uma ação política coordenada.

A história começa em agosto.

Precisamente no dia 31 daquele mês o presidente da República enviou ao Congresso Nacional sua primeira proposta de Orçamento. A publicação do documento vinha sendo aguardada com grande expectativa nos meios financeiros, e até mesmo uma reunião conjunta de todo o Ministério foi realizada antes de sua apresentação, para que ficasse claro que o governo via o lançamento do projeto como um acontecimento de elevada importância política.

A direita aplaude fim dos investimentos

Fruto de um movimento que recebeu o nome de "operação-desmonte", o Orçamento apresentado em agosto era de fato uma peça singular. Ele reduzia drasticamente os investimentos previstos pela maior parte dos ministérios, ao passo que mantinha intacto o pagamento de juros internos e externos pelo Estado. A direita o aplaudiu, porque ele vinha de encontro a teses que ela sustenta há longa data.

Uma destas teses enxerga como problema econômico número um do país o déficit

público, a defasagem que há entre a quantia que o governo arrecada através de impostos e instrumentos semelhantes e a outra quantia, sempre maior, que ele gasta com salários, material de consumo, investimentos de capital, juros, etc. Ao cortar drasticamente um dos itens da coluna das despesas — o item **investimentos** — o Orçamento conseguiu reduzir o déficit para o equivalente a 2% do PIB — um índice bem abaixo dos valores obtidos nos últimos anos.

Além disso, os conservadores têm afirmado que a ação do Estado brasileiro é perfeitamente dispensável na maior parte dos setores em que ela é exercida. Segundo este pensamento, portanto, a redução dos investimentos estatais não prejudicaria a vida econômica, e poderia ser até benéfica, pois abriria espaço para a iniciativa privada do país e para as inversões estrangeiras.

Finalmente, a direita apoiava a proposta de Orçamento do governo porque ela era um dos pré-requisitos que a comunidade financeira internacional estabelecera para renegociar a dívida externa brasileira. E a renegociação, a retomada de um relacionamento cordial com os banqueiros e o aban-

dono definitivo de políticas heterodoxas como a **moratória** eram vistos como algo indispensável para que o Brasil pudesse compartilhar o clima de prosperidade vivido pelos países ricos.

Recebida com evidente entusiasmo pelos conservadores, a "operação desmonte" não era, porém, algo concluído, na opinião de seus idealizadores. Eles queriam ir além.

Vinte e dois dias depois de encaminhar ao Congresso o Orçamento, o ministro Mailson da Nóbrega concretizaria em Nova York a renegociação com os credores. E na madrugada de 4 de novembro, governo, empresários e líderes do "sindicalismo de resultados" assinavam o "pacto social". Um dos pontos do compromisso encarregava o governo de apresentar, no prazo máximo de 45 dias, um "Plano de Saneamento das Finanças Públicas". A equipe econômica do presidente Sarney mobilizou-se pessoalmente para garantir a inclusão deste item no acordo.

Depois do Pacto, mais arrocho

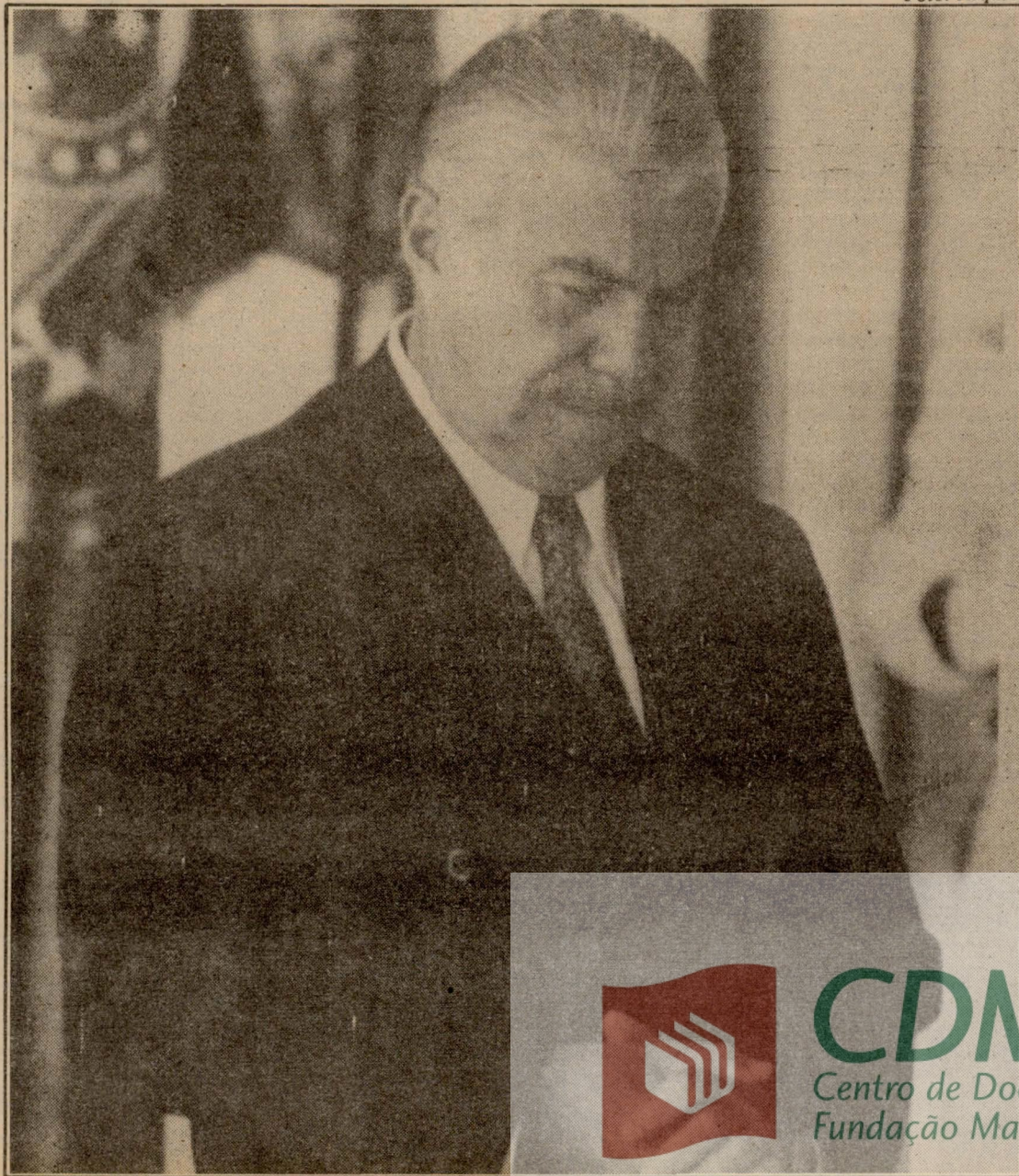
E utilizou-se dele para dar início a um movimento que tinha por objetivo rever a proposta de Orçamento antes que ela pudesse ser votada pelo Congresso, e acentuar suas características de arrocho. Era como um segundo desmonte, para liquidar o que havia restado após o primeiro.

Mailson da Nóbrega e João Batista de Abreu lançaram-se à tarefa com desassombro. Era necessário — diziam — reduzir o déficit público não mais a 2% do PIB, mas literalmente a zero. Era preciso vibrar um violento golpe contra o setor público da economia.

Vinte dias antes do prazo máximo fixado pelo Pacto o governo tinha em mãos o instrumento para concretizar estas metas. Em 28 de novembro, quando os signatários do acordo voltaram a se encontrar em Brasília, puderam receber, das mãos do ministro da Fazenda, o "Programa de Saneamento das Finanças Públicas".

O Programa (que teve parte de suas recomendações transformada em Medida Provisória no dia 6) é na verdade um conjunto de medidas que complementam a proposta de Orçamento enviada ao Congresso em agosto. As duas peças formam um todo coerente, e juntas constituem uma espécie de síntese da política mailsoniana para a economia, e par-

As contradições desta política saltam diante dos olhos. Por um lado, ela é extrema-



Sarney pagou a dívida, atendeu o FMI e aplicou a operação-desmonte. Agora colhe tempestades.



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

mente restritiva quando se trata de fazer investimentos, de garantir que o setor estatal da economia continue funcionando. No item 1.1.1 do Programa de Saneamento fica claro que foram eliminados sumariamente 37,7% das despesas dos ministérios com obras, máquinas e material de consumo ("Outros Custeios e Capital").

E não é só. O item 1.3.3 prevê a redução dos investimentos nas estatais; a "intensificação do processo de venda destas empresas"; e até mesmo o seu desmantelamento, através da venda de seus "bens móveis, imóveis e participações acionárias". Já o item 3 volta a falar em "privatização das empresas estatais federais" e propõe além disso a "extinção ou dissolução de órgãos e entidades da administração pública direta e indireta".

Sufocar as estatais, mas pagar os juros

O aparente empenho em preservar as finanças, porém, parece vigorar apenas quando se trata de restringir um tipo específico de gastos estatais: os investimentos. Porque logo em seguida o "Programa de Saneamento" deixa claro que nenhuma medida será tomada para reduzir os gastos com um outro item dos dispêndios estatais: os juros. Ao contrário, o item 4.5 admite que o governo irá adotar uma política de elevação das taxas de juros reais, o que é apresentado como uma medida que visa "conter pressões indesejadas de demanda".

É fácil compreender que um plano como esse não tem qualquer efeito "saneador". Utilizando-se dos dados mais recentes da Secretaria do Tesouro Nacional, o professor Dércio Garcia Munhoz demonstrou, em um artigo publicado pela "Folha de S. Paulo" em 23/11, que o grande rombo por onde sangram os cofres públicos é justamente o provocado pelo pagamento de juros. Dércio comprovou que entre janeiro e setembro o Tesouro contou com uma Receita Disponível de Cz\$ 3,623 trilhões; e que nesse idêntico período realizou despesas operacionais (salários + obras + material de consumo + investimentos de capital) equivalentes a Cz\$ 3,396 trilhões, resultando portanto num **superávit** operacional da ordem de 227 bilhões de cruzados. Entre janeiro e setembro, porém, as despesas financeiras (juros e amortização das dívidas externa e interna) custaram aos cofres públicos, 2,163 trilhões de cruzados, e levaram o Tesouro a acusar um **déficit** final de Cz\$ 1,935 trilhão.

Ora, se o governo se dispõe a elevar exatamente o item da folha de despesas que mais onera o Orçamento torna-se absolutamente ridículo falar em "austeridade", e a economia realizada com o arrocho drástico dos investimentos



Os reitores denunciam: as universidades federais estão "gravemente comprometidas".

transforma-se num sacrifício vão.

Resta ver, agora, se a economia brasileira pode resistir a este sacrifício. E as primeiras respostas, aliás, começaram a chegar assim que o governo anunciou oficialmente seus planos.

No dia 2 de dezembro o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) fez publicar nos maiores jornais do país matéria paga em que denunciava as terríveis conseqüências que a aplicação do novo Orçamento trariam para as universidades públicas. O CRUB lembrava que a verba disponível para investimentos e custeio nessas instituições situava-se há vários anos em níveis abaixo dos padrões internacionais. Entre 1984 e 87, por exemplo, as escolas superiores aplicaram em investimentos e custeio apenas 10% de seu orçamento total, enquanto na maior parte dos países este índice chega aos 30%. Por isso, esperava-se para 88 o início de uma recuperação, com o qual o próprio presidente Sarney comprometera-se publicamente.

Ao examinarem os dados relativos ao Orçamento, contudo, os reitores puderam verificar que ao invés de crescerem, os recursos para os itens defasados haviam caído para 3,52% do total. "Caso seja aprovada a proposta orçamentária encaminhada pelo Executivo, as atividades das Universidades Federais ficarão irremediavelmente comprometidas", protestava a nota do CRUB.

Os cortes atingiram proporções inacreditáveis. Sequer o Recenseamento Geral, que se realiza a cada dez anos, foi poupado. Em 3 de dezembro o presidente do IBGE, Charles Müller alertou que os recursos anteriormente consignados para o Censo haviam sido cortados pela metade, o que comprometia gravemente sua realização.

Estradas de rodagem, construção de hidrelétricas, prospecção de petróleo, gastos com saneamento, habitação, cultura, ciência e tecnologia, tudo foi cortado. As críticas mais ferozes ao Orçamento, porém, viriam dos governadores, especialmente aqueles que ajudaram durante muitos meses a compor a base de sustentação de Sarney, e a garantir seu mandato de 5 anos.

Arruinados, os governadores protestam

Isso porque os ministros Mailson e João Batista Abreu incluíram, entre as medidas alinhadas para chegar ao **deficit zero**, a exigência de que os Estados recolhessem aos cofres da União, em 88, 550 milhões de cruzados, referentes ao pagamento de suas dívidas externas. Para boa parte dos Estados a medida eliminava completamente os benefícios da reforma tributária, aprovada alguns meses antes pela Constituinte. O caso do Rio de Janeiro é exemplar.

O secretário das Finanças do Estado, Antonio Sochacz-

wisky, demonstrou publicamente, em 30/11, que o Rio havia sido contemplado, através da reforma tributária, com uma receita adicional de algo equivalente a 250 milhões de dólares. Mas que o Orçamento proposto pelo Palácio do Planalto retiraria do Estado exatos 400 milhões de dólares. As finanças estaduais, arrojadas durante muitos anos, passariam a enfrentar uma situação ainda pior que a verificada antes da Constituinte.

Por controlar bancadas numerosas no Congresso, os governadores passaram a representar um obstáculo concreto aos planos do presidente Sarney, e os desentendimentos entre as duas partes foram se agravando, até registrar fatos como a interrupção abrupta do presidente a uma intervenção do governador Newton Cardoso, no Palácio do Planalto. Um novo golpe nos planos do Palácio do Planalto seria dado a seguir, com a mudança de comportamento dos empresários, que veio com os primeiros sinais de uma nova onda recessiva.

Durante alguns meses os apoiadores do projeto econômico do ministro Mailson da Nóbrega — e os principais apoiadores foram sempre os grandes empresários — puderam apresentar estatísticas que refletiam algum tipo de êxito econômico. Costumavam brandir os dados referentes à enorme capacidade exportadora do país, e à recuperação dos comerciais nunca antes registrados. E diziam, além disso, que a produção industrial

não entrara em declínio, ao contrário do que haviam previsto os analistas contrários aos planos de Mailson. As pessoas acostumadas a julgar o desempenho da economia apenas pelos índices relativos ao último mês ou semana impressionavam-se diante destas estatísticas.

A partir de outubro surgiram sinais, mostras de que a política econômica implantada a partir do início do ano tem fôlego curto, e está se exaurindo. A taxa de desemprego aumentou, depois de meses de relativa estabilidade. E a Federação do Comércio de S. Paulo declarou-se surpresa ao constatar que as vendas no varejo caíram 10,1% em outubro, com relação a igual período de 87. Para completar o quadro de pessimismo, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) previu em seu "Informe Conjuntural" que a produção industrial registrará queda de 1,3% em 88 — o primeiro retrocesso desde a recessão de 84.

A economia pára, os conservadores tremem

Alarmada com o fracasso dos planos econômicos do governo, a grande burguesia deu sinais de que iria desertar de seus compromissos com a sustentação desse plano. O "Programa de Saneamento das Finanças Públicas" contém, além de medidas que golpeiam o setor público, um ou outro item que exige certa contribuição dos empresários. Implementada, por exemplo, uma taxa de modestos 8% sobre o lucro das empresas, criada pela Constituinte para fortalecer a Previdência Social. As lideranças da FIESP passaram a atacar asperamente a medida, e a dizer que ela resultaria em perdas "inadmissíveis".

Faltando poucos dias para terminar o ano, o clima entre as classes dominantes assemelha-se ao de uma Torre de Babel. Elas vêm, consternadas, que seu projeto naufragou. E como não têm nada de novo a apresentar depois dele, dedicam-se a trocar impropérios entre si. Elas presenciaram a vitória das forças de esquerda em 15 de novembro, e sabem que é preciso agir rápido, para que o mesmo não se repita em 1990. Mas nada podem fazer até o momento para evitar que a disputa presidencial do próximo ano transcorra em meio a uma crise econômica grave, que poderá levar o eleitorado a optar mais decididamente pelos candidatos que propuserem mudanças de base nas estruturas do país.

O Natal e o fim-de-ano vêm aí, e os poderosos comemoram com as festas magníficas de sempre. Ninguém é de ferro, dizem. Não se aconselha a quem, porém, que abandone nem por um momento as delícias da festa. O Reveillon oferece para refletir sobre os problemas do país. O Reveillon pode pegar um gosto de Finados.

Barbosa Lima Sobrinho propõe:

“O próximo presidente tem que parar o pagamento da dívida”

O presidente da Associação Brasileira de Imprensa ataca o governo Sarney, compara Mailson da Nóbrega a Delfin Netto e Roberto Campos, e diz que a principal tarefa do futuro presidente é enfrentar corajosamente a dependência externa.

Entrevista a Antonio Martins e Carlos Vasconcelos

Na resistência à ditadura militar, poucos homens tiveram um papel tão destacado quanto Barbosa Lima Sobrinho. Jornalista consagrado e influente, ele fez de sua coluna semanal no “Jornal do Brasil” uma trincheira permanente de denúncia das arbitrariedades e das medidas entreguistas assumidas por sucessivos governos de generais. Em 1974, o prestígio que desfrutava entre amplos setores políticos o credenciou a participar, como vice-presidente de Ulysses Guimarães, na chapa que enfrentou o general Ernesto Geisel no Colégio Eleitoral, depois de percorrer o país em debates e comícios contra a ditadura.

Foi a partir de 78, porém, que Barbosa Lima Sobrinho prestou seus mais relevantes serviços à causa da democracia. Eleito aos 81 anos para a presidência da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), revelou vigor extraordinário, ao transformá-la num instrumento sólido de luta pelo fim do regime vigente. Fez da sede da ABI, no Rio de Janeiro, um centro de luta pela anistia, e quando as prisões políticas se abriram e os exilados puderam retornar ofereceu o prédio da rua Araújo Porto Alegre para que pudessem se reunir e expressar suas posições sobre a vida do país.

A ditadura acabou, com a liberdade partidária surgiram outros canais para o debate político. A ABI continuou sendo, porém, ponto de referência para as lutas democráticas e nacionalistas. Durante os trabalhos da Constituinte foi lá, por exemplo, que se articulou a campanha vitoriosa para pôr fim aos contratos de risco na exploração de petróleo. Dez anos mais velho, Barbosa Lima Sobrinho fez questão de participar de todas as reuniões da campanha, e foi eleito seu presidente. Foi na sala da diretoria da ABI que ele concedeu, no último dia 6, entrevista exclusiva à “Classe Operária”.

Classe: Nós estamos vivendo uma das crises políticas mais sérias da história recente do país, que surgiu a partir de uma crise financeira. Na sua opinião, quais as causas desses dois fenômenos?

Barbosa Lima Sobrinho: Com um saldo comercial de 18 bilhões de dólares, que devemos atingir este ano, não se compreendia que o cruzado estivesse valendo tão pouco, e o dólar subindo tão assustadoramente. A consequência natural do superávit comercial seria a valorização da moeda nacional. A minha opinião é que

grande parte dos nossos problemas decorrem exatamente do compromisso de pagar a dívida externa. Para pagá-la, o governo precisa de dólares. Acontece que estes dólares vêm para os donos das mercadorias. O governo precisa comprá-los dos particulares, e através dessa atividade de compra de grande quantidade de moeda estrangeira, a todo momento, nós temos essa queda da cotação do cruzado.

Classe: Que proposta o país deveria adotar diante da dívida?

Barbosa Lima Sobrinho: Eu acho que está na hora do governo tomar uma atitude definida na política externa, procurando articular, junto com os outros devedores, um leque de alianças. Eu defendo a formação de um *pool*, um cartel de devedores. Nós observamos que os banqueiros estão sempre unidos, eles formam realmente um cartel. Enquanto isso, os devedores estão separados e divididos. Então está na hora de os devedores se unirem e dizerem: ‘Nós não podemos pagar’, ou então, ‘Nós só vamos pagar tanto’. Se não se pode pagar a dívida de jeito nenhum, é o caso de não pagar. O que não se pode é sacrificar o povo em benefício de banqueiros que já lucraram enormemente com os negócios que fizeram com o Brasil. O maior lucro do Citibank, por exemplo, é com o Brasil. Então, se ele já teve estes lucros tão altos, está na hora de diminuir isto um pouco, com a cessação do pagamento da dívida.

O “arroz com feijão” é totalmente entreguista

Classe: Qual sua opinião sobre o programa adotado pelo governo Sarney e sua equipe econômica em relação à dívida, especialmente as propostas de partir para a “conversão”, vender as estatais e cortar investimentos internos?

Barbosa Lima Sobrinho: Esta política do “arroz com feijão” é algo inteiramente entreguista, que atende aos interesses da economia e das finanças externas, não da economia e das finanças do Brasil. É a mesma política do Galvêas, do Delfin, do Roberto Campos, a política que vem com o governo militar. Quando João Goulart deixou o governo, a dívida era de 3 bilhões de dólares. Como pôde subir até os 120 bilhões de hoje? A orientação do dr.

Mailson é a mesma do Delfin, é a mesma do Roberto Campos, e é esta orientação que traz problemas tão graves para o Brasil.

Classe: Como o senhor vê o fato de o Brasil contar, num momento como esse, com um presidente como Sarney?

Barbosa Lima Sobrinho: É lamentável. Ele se vangloria de ter recusado os convites que recebeu para uma articulação entre os países devedores. Na minha opinião, ele prestou um grande desserviço. A orientação política correta agora só pode ser a união dos devedores para enfrentar o *pool* dos credores.

Classe: Agora mesmo, no Uruguai, está havendo um encontro dessa natureza.

Barbosa Lima Sobrinho: Pois é, uma reunião de países latino-americanos devedores... Mas eu temo que o Brasil seja justamente o portador da proposta de pagar a dívida externa, quando nós sabemos que isso é inteiramente incorreto. Eu fiquei esclarecido na questão da dívida externa quando observei uma estatística segundo a qual o Brasil pagou, de 1982 a 86, mais de 70 bilhões de dólares. Eu pensei que com isso nossos débitos houvessem diminuído, mas quando fui verificar os algarismos da dívida percebi que ela tinha crescido. Com os juros exorbitantes que são cobrados pelos credores, a dívida subirá sempre mais que tudo o que pagarmos através de nossas prestações mensais.

E quando nós imaginamos o que produziriam 70 bilhões de dólares se empregados no desenvolvimento nacional, verificamos que teríamos a execução de planos fantásticos, que poderiam dar um alento enorme à economia do Brasil. O que me impressiona é justamente isso. Pagamos a cada ano 12 bilhões de dólares, que permitiriam um desenvolvimento interno formidável, e os defensores do capital estrangeiro ainda dizem que não temos poupança. Não temos poupança justamente porque estamos exportando nossos recursos.

Classe: Como o senhor vê posições como a do governador Newton Cardoso, que propôs em entrevista recente à imprensa, a privatização completa das empresas estatais?

Barbosa Lima Sobrinho: Isso é um outro erro crasso do governo. Nenhuma das estatais foi criada senão para defender os

interesses nacionais. O Instituto Brasileiro do Café, por exemplo, foi criado para defender os preços internacionais do produto, ameaçados pela ação dos Estados Unidos. A Petrobrás surgiu porque, por mais que se tivesse facilitado aos estrangeiros durante longo período a exploração do petróleo brasileiro, não se apresentou nenhuma companhia estrangeira para fazê-lo. As grandes empresas petrolíferas pretendiam manter o Brasil como uma reserva futura para exploração do petróleo, enquanto extraíam o óleo em condições mais favoráveis em outras regiões.

De modo que eu só posso dizer que esta tese de vender as estatais é uma coisa completamente entreguista, estão alienando interesses nacionais em proveito de interesses estrangeiros.

Sarney só obedece à “Carta” do Saulo Ramos

Classe: A base desta discussão é essencialmente política. Eu queria saber qual o papel da nova Constituição para a resolução dos problemas políticos do país.

Barbosa Lima Sobrinho: A Constituição procurou entregar ao Congresso certas facultades, como a de controlar a tomada de empréstimos externos. A própria política financeira pode ser um pouco melhor controlada pelo Legislativo. De modo que a Constituição procurou dar remédios para esta situação. Mas isso não vale nada se não houver uma coordenação entre os poderes, porque nós teríamos o Poder Legislativo tomando medidas positivas e o Poder Executivo tocando a política do feijão com arroz.

Classe: O senhor sempre teve também uma participação importante nas campanhas pela reforma agrária. Como o senhor vê hoje o papel dessa bandeira na luta por uma sociedade mais justa?

Barbosa Lima Sobrinho: De certa maneira, embora a Constituição não tenha dado todos os passos que nós desejávamos, porque isentou as propriedades produtivas, a reforma agrária dependia de desapropriação paga em dinheiro, e pela primeira vez se admite a desapropriação paga em títulos da dívida. Eu me lembro que na Carta de 46 houve este debate,

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

naquela ocasião nós da bancada de Pernambuco já defendíamos o pagamento de títulos, mas fomos derrotados. Com a apropriação em dinheiro, torna-se praticamente impossível a reforma agrária. O que equivale ao abolicionismo com indenização.

Classe: Como o senhor vê a nova Constituição, em relação à liberdade de imprensa e demais franquias democráticas?

Barbosa Lima Sobrinho: Eu acho que houve grandes avanços, principalmente na abolição quase total da censura. Do ponto de vista da liberdade de expressão, a Constituição atual representa de fato um grande avanço.

Classe: Por outro lado, como o senhor avalia a atuação do Executivo, principalmente através do consultor-geral Saulo Ramos, no sentido de desvirtuar algumas das conquistas, como o *habeas-data*, e preceitos como a limitação dos juros a 12%?

Barbosa Lima Sobrinho: O consultor-geral da República é uma autoridade que está agindo contra a Constituição. O próprio presidente Sarney chegou a fazer um curso contra a Carta, depois recuou e disse que irá cumpri-la. Só que ele pretende não cumprir a Constituição do Saulo Ramos... De modo que a gente fica com a impressão que o presidente não foi absolutamente sincero quando disse que ia cumprir a Constituição e agora obedece ao consultor jurídico com as opiniões do João Ramos.

O povo reagirá, se tentarem um golpe

Classe: Observando a resistência obstinada da direita em relação aos itens democráticos e nacionalistas da Constituição, o senhor acredita na possibilidade de um golpe militar no Brasil?

Barbosa Lima Sobrinho: Acredito que não, porque a experiência recente esclarece quais são as conseqüências de uma ditadura para o Brasil. A dívida externa de bilhões de dólares, por exemplo, é resultado direto da ditadura. E depois, houvetudes terríveis, como os contratos de petróleo na área do petróleo, o próprio governo de Castelo Branco comandado por Roberto Campos, conhecido por todos como um entreguista notório. Tudo isso mostra que a tendência não seria favorável a um golpe militar. A tendência do povo seria reagir contra o golpe.

Então, eu acho que nós devemos lutar com todas as nossas forças contra a continuação da política entreguista do "feijão com arroz." Eu vejo com alegria, por exemplo, que "A Classe Operária" conta com a conversão da dívida externa. A conversão é uma negociata. Afinal de contas, o credor traz de fora um título do Brasil comprado com um deságio de 50% e converte por um valor muito próximo ao integral. E você veja as conseqüências. O general Andrada e Serpa demonstrou, várias vezes que com 4 ou 5 bilhões de dólares poderiam ser compradas todas as escolas brasileiras. É o patrimônio público perdido através de uma insignificância.

Classe: A Nova República, que despertou tantas esperanças no povo, acabou fluindo miseravelmente para este governo conservador e entreguista que temos hoje em nosso país. Na sua opinião, quais as forças políticas que mais contribuíram para isso, e que dificultam tanto a realização de mudanças em nossa sociedade?

Barbosa Lima Sobrinho: A própria formação partidária do Brasil no seu conjun-



Barbosa Lima Sobrinho, aos 91 anos: "A luta tem de ser permanente, pois surgem sempre novas necessidades. Não podemos descansar nunca!"

to é conservadora. Nós vemos agora que as vezes que se levantam contra a política de "feijão com arroz" são vezes que se procura abafar de uma maneira ou de outra. Na elaboração da Constituição o Congresso demonstrou também que não ia inteiramente para soluções progressistas, tinha veleidades de se entender bem com a direita. Isso dificulta muito uma ação coerente em favor dos interesses nacionais.

Classe: Que papel desempenham as eleições municipais deste ano, que antecedem a grande batalha presidencial de 1990, no processo democrático brasileiro?

Votar num presidente contra a dívida externa

Barbosa Lima Sobrinho: Elas poderiam ser uma oportunidade, mas eu acredito que há muita confusão, e que elas não vão traçar linhas nítidas para o futuro. Deve haver uma mistura de tendências. Há candidatos excelentes, com posições muito avançadas, mas que lutam com dificuldades contra elementos que não en-

xergam com lucidez as necessidades e os problemas brasileiros.

Classe: Como o senhor, um homem que tem se batido pela soberania do país, vê a possibilidade de uma atuação comum, nas eleições presidenciais, entre as forças que sustentam estas mesmas posições?

Barbosa Lima Sobrinho: A tendência atual é cada candidato elaborar um programa próprio. Entre os programas que forem apresentados, eu acho que devemos optar por aqueles que tendem para soluções como por exemplo não pagar a dívida externa. Eu creio que poucos candidatos se atreverão a dizer: "Vamos pagar os empréstimos externos". Então nós teremos a oportunidade de ver, entre os candidatos que são a favor da soberania do país, aqueles que se colocam numa linha mais avançada.

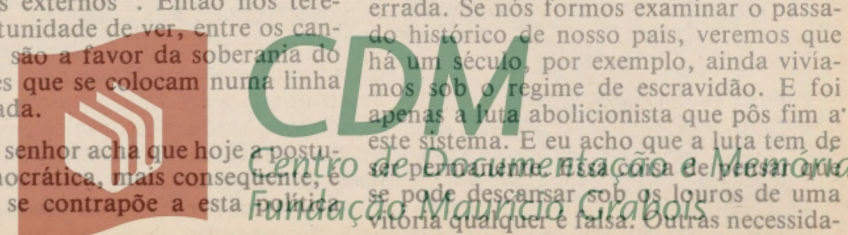
Classe: O senhor acha que hoje a postura mais democrática, mais consequente, é aquela que se contrapõe a esta política econômica?

Barbosa Lima Sobrinho: Exatamente. Sobretudo contra a política do "feijão com

arroz" que equivale a pagar integralmente a dívida externa, o que é uma contribuição colonial.

Classe: Há algum tempo certos setores das elites brasileiras têm afirmado que nós estamos vivendo o período do "fim das utopias". Segundo esta tese, nós teríamos que nos conformar com as iniquidades de nosso sistema social, porque é inútil tentar mudá-lo. Como o senhor, um homem que lutou a vida toda por causas que considerou justas, vê essa idéia que se tenta vender principalmente à juventude brasileira?

Barbosa Lima Sobrinho: É uma idéia errada. Se nós formos examinar o passado histórico de nosso país, veremos que há um século, por exemplo, ainda vivíamos sob o regime de escravidão. E foi apenas a luta abolicionista que pôs fim a este sistema. E eu acho que a luta tem de se perpetuar. Essa coisa de "fim das utopias" se pode descansar sob os louros de uma vitória qualquer, é falsa. Outras necessidades vão surgindo, e é preciso sempre mobilizar as gerações presentes para resolver estas necessidades novas.



Direito se conquista na luta

A experiência dos metalúrgicos de Pindamonhangaba ensina que é possível assegurar na prática os direitos trabalhistas inscritos na Constituição. Desde que haja disposição para mobilizar e competência das direções sindicais.

Uma decisão do Tribunal Regional do Trabalho proferida no último dia 22 tornou vitoriosa uma das primeiras greves operárias para fazer valer direitos consagrados na nova Constituição: a dos metalúrgicos das Indústrias Villares de Pindamonhangaba, interior de S. Paulo. A greve, que se arrastou por 23 dias, adquiriu intensa repercussão quando a Polícia Militar reprimiu com violência uma de suas manifestações, e espancou brutalmente o líder do movimento, Enéas Silva dos Santos. No último dia 4, Enéas, militante do PCdoB, secretário-geral do sindicato e presidente em exercício no período em que ocorreu a paralisação, relatou em detalhes para a "Classe" como organizou a greve, e por que ela pôde chegar à vitória.

Classe: Quais as causas da greve?

Enéas: A greve foi convocada simplesmente pelo cumprimento da Constituição. Desde as primeiras etapas dos trabalhos constitucionais nós vínhamos fazendo um intenso esforço de esclarecimento, mobilização e também de negociação. Destacamos especialmente a implantação da jornada de 6 horas para os operários que trabalham em regime de turnos de revezamento. Uma das empresas, a Villares, insistia em colocar entraves às negociações. Um dos vice-presidentes do Grupo Villares, André Mozetti, que também preside o Instituto Brasileiro de Siderurgia, chegou a dar entrevistas a órgãos da grande imprensa alardeando que não cumpriria a jornada de seis horas. Nossa batalha foi para derrotar esta arrogância e assegurar um direito constitucional dos trabalhadores.

Classe: Como foi o processo de mobilização?

Enéas: Desde que a Constituinte começou a ventilar a jornada de 6 horas nós iniciamos tanto os contatos com a Villares como a conscientização dos operários. Era uma reunião com a empresa e logo em seguida uma assembleia. Os patrões pediam que aguardássemos a votação final em plenário, e logo que esta se deu fizemos questão de entregar a eles um exemplar da nova Constituição... Mesmo assim continuou a enrolação. Numa assembleia, dia 30 de outubro, quando havia ficado claro que o desrespeito à lei prosse-



Enéas: "Jamais Pindamonhangaba via esquecer esta luta"

guiria indefinidamente, decidimos pela greve.

Eu acho que o processo foi muito rico porque nós inclusive tomamos medidas para influenciar concretamente a decisão final da Constituinte. Um dos deputados que tem base no município, o Geraldo Alckmim (PSDB) foi contatado por nós e manifestou dúvidas em relação às 6 horas. Nós realizamos um debate com ele e obtivemos, ao fim, seu voto em favor da medida. Tudo isso era constantemente debatido com a base, através de boletins, de reuniões no sindicato, de outras atividades. Essa foi uma das razões da união firme para a luta.

Classe: Num determinado momento a greve sofreu a repressão violenta da polícia. Em que circunstâncias isso ocorreu, e quais eram os objetivos?

Enéas: Mesmo com a greve, a Villares recusou-se a negociar, e procurou desgastar a diretoria do sindicato. Houve propaganda mentirosa na rádio, apelo ao comparecimento dos fura-greves, tu-

do... Mesmo assim a luta prosseguiu.

No dia do pagamento, 9 de novembro, foi possível ter um quadro preciso do índice de paralisação. Vimos que éramos 1.500 grevistas, foi na prática a primeira grande concentração da massa que estava lutando. A peãozada revoltou-se com o atraso de mais de duas horas para o recebimento do dinheiro e decidimos então que era hora de pressionar com maior firmeza para que a Villares começasse a negociar. Ficamos concentrados no portão da empresa, e dissemos que só sairíamos com o início das negociações.

Às 23 horas a tropa de choque chegou, com muita violência. Os portões estavam abertos, e o único local onde era possível se refugiar era dentro da Villares. Foi o que fizeram 800 trabalhadores. Essa ação foi chamada pela polícia de "invasão de propriedade". Ela passou a atirar bombas de gás lacrimogênio contra nós. Um dos operários, atingido, caiu, e tentei

Foto: Eliane Coster

socorrê-lo. Foi quando me deram voz de prisão.

Classe: Como você foi tratado?

Enéas: É preciso ficar claro que foi uma ação dirigida, que além da repressão geral contra os trabalhadores tinha também o objetivo de humilhar e atingir violentamente as lideranças da greve. Isso ficou claro quando os soldados que me prenderam passaram a dizer que agora eu ia ver se a greve terminava ou não, que eu devia deixar os trabalhadores voltarem ao trabalho, e coisas semelhantes.

Assim que fui algemado começou também a pancadaria. Deram dezenas de cacetadas nas costas, para que eu não reconhecesse os agressores. Fiquei caído no chão, e ainda assim aproximavam os cachorros de mim, para que mordessem. Levei vários pontos nas costas. A pancadaria só terminou quando o comandante da tropa passou pelo local, e eu lhe disse que era um preso, que estava sob a guarda dele e que ele seria responsável por tudo o que acontecesse contra mim.

Classe: Como os operários reagiram à ação policial?

Enéas: De forma oposta à esperada pela polícia e pela Villares. Fui internado pela manhã. Às cinco da tarde houve uma grande passeata de protesto em Pindamonhangaba, não só com os trabalhadores da empresa mas também com a adesão de outros metalúrgicos da cidade e boa parte da população. Durante minha internação, a empresa propôs novamente o fim da greve, e os operários recusaram.

Classe: E como se chegou à vitória?

Enéas: Nós tivemos a ousadia de exigir que a questão fosse levada à Justiça do Trabalho, o que alguns sindicatos temiam até então. A empresa, que pressentia a derrota, tentou evitar isso, e chegou a pressionar-me pessoalmente, aproveitando-se do fato de eu

ter sido liberado do hospital sob fiança, pois fui enquadrado em quatro processos...

Mas a ação foi em frente, e acabou sendo julgada dia 22 de novembro, em Campinas. Muitos metalúrgicos se mobilizaram para assistir de perto ao julgamento, e obtivemos ainda o apoio de dezenas de sindicatos da região. Não podia dar outra coisa. Por 9 votos a 2 ganhamos a jornada de 6 horas a partir de 1º/1/89, o pagamento integral dos dias parados e o pagamento de duas horas extras diárias, enquanto as 6 horas não forem implantadas.

Classe: Qual a repercussão da vitória em outras fábricas da base?

Enéas: O tratamento em relação ao sindicato mudou completamente. Antes da greve as empresas adotavam em geral um posicionamento semelhante ao da Villares, de intransigência. Agora, nenhuma delas resiste mais à implantação da nova jornada. Há alguns dias, inclusive, assinamos acordo com a Alcan e a Alcoa assegurando a conquista.

Classe: Como os trabalhadores vêem o sindicato agora?

Enéas: Pela primeira vez eles vêem o sindicato como instrumento de luta. Até a greve, a entidade era mero órgão burocrático e assistencialista. E os resultados são visíveis. Nós estávamos enfrentando um problema de caixa, pois somos uma entidade nova. Convoamos, logo após a luta, uma assembleia e aprovamos o pagamento por todos os associados de uma mensalidade que equivale a 1% dos salários. Quem decidiu isso não foi a diretoria. Foram os próprios trabalhadores, achando que o sindicato precisa ter dinheiro. O saldo, portanto, foi grande. Jamais os metalúrgicos de Pindamonhangaba se esquecerão desta greve. Jamais vão esquecer que mesmo nossos direitos assegurados na Constituição só serão obtidos com luta.

A volta por cima em Volta Redonda

Carlos Vasconcelos*

A interpretação da canção "Gota d'água", por Chico Buarque, e, logo depois, de "As rosas não falam", por Fagner e Chico, foram os pontos altos do show "Volta por cima", organizado pelo Sindicato dos Artistas do Rio de Janeiro. O show foi realizado dia 28, em Volta Redonda, homenageando os metalúrgicos da Companhia Siderúrgica Nacional que realizaram uma greve vitoriosa, de 17 dias, na qual o Exército matou vários operários.

Além de Chico e Fagner, brilharam no espetáculo nomes como Elba Ramalho, Jards Macalé, Lobão e Maurício Tapajós, entre outros. É o

primeiro show de solidariedade a uma luta operária dos últimos anos. Teve algumas características especiais: ninguém recebeu cachê; as despesas de transporte de equipamentos, alimentação e hospedagem foram custeadas por empresas particulares e a entrada foi grátis.

Cerca de 40 mil pessoas se acotovelaram para assistir as apresentações, aplaudir os discursos (que foram poucos) e gritar "Fora Sarney".

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, Marcelo Felício, ressaltou em seu pronunciamento a iniciativa do deputado Edmilson Valentim, do PCdoB-RJ, em requerer uma Comissão Parlamentar de Inquérito

(CPI) para apurar os crimes ocorridos durante a greve na CSN. Foi calorosamente aplaudido pela multidão.

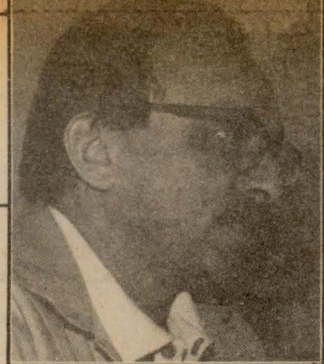
Fagner declarou que "a gente brava de Volta Redonda enfrentou e desmascarou a falsa democracia que existe no país. O povo abriu seus olhos e a resposta começou a acontecer nas urnas em 15 de novembro. Queremos dar as mãos à população desta cidade e nos confraternizarmos com os metalúrgicos. Mostramos a eles que fizemos de Volta Redonda o centro do país e que agora estaremos sempre aqui".

Chico Buarque declarou que vinha à cidade não especificamente para cantar, mas para dizer à população e aos trabalhadores da CSN que se solidarizava com sua luta. Elba Ra-

malho foi enfática: "Esse asfalto que hoje se vive em Volta Redonda é uma lição para este país. Esta cidade sofreu por causa do massacre militar e desmascarou a falsa democracia."

Elba acrescentou: "Nós estamos nos sentindo brasileiros, porque em qualquer outro lugar parece que somos despatriados. Aqui existe cheiro de gente." O cantor Lobão e a atriz Rosamaria Murtinho, dentre outros, protestaram contra a violência das armas usadas pelo Exército contra os operários. As famílias de Walimir, Williams e Barroso — os três metalúrgicos mortos — foram saudadas pelos artistas.

*Correspondente da "Classe" no Rio



Ronald Freitas*

O governo contra a parede

Foto: Arquivo

Momento propício para o crescimento das lutas

Passadas as eleições e configurada a vitória das forças progressistas, abrem-se enormes perspectivas para o avanço dos movimentos sociais. A manifestação das urnas mostrou que o Brasil urbano, industrializado, quer mudanças e não suporta mais a continuidade das velhas regras da política burguesa. Deu um voto de protesto contra o governo, lacai do FMI; protetor dos latifundiários; represor e assassino dos grevistas.

Os resultados das urnas não resolvem, como um passe de mágica, os problemas que o país atravessa. A grave crise estrutural que vivemos não permite que medidas reformistas e paliativas coloquem o país na senda do desenvolvimento econômico e progresso social. Mas a superação desses entraves estruturais esbarra na ainda frágil e pouco politizada organização popular e sindical. As vitórias eleitorais, nesse sentido, são mais o abrir-se de possibilidades para o avanço do que a solução para os graves problemas que vivemos. Criam condições favoráveis para o crescimento das lutas, da conscientização e da organização do povo, particularmente da classe operária e do seu movimento sindical.

A onda reformista que tem dominado o sindicalismo brasileiro sofreu um duro golpe nessas eleições. Nos centros operários ganhou a tendência à luta, contra a conciliação. Contudo, isso não é suficiente para afastar as concepções e práticas reformistas, que vencidas nas suas manifestações mais desastradas, como a do "sindicalismo de resultados", têm nas buscas de elaborar planos para administrar a crise, de certos vitoriosos, sua vertente camuflada e muito perigosa. As condições sócio-econômicas do país, em função das políticas governamen-

tais em curso, continuarão a se degradar e a exigir dos movimentos sociais atitudes de luta e não de conciliação.

Organização Independente

A continuidade da luta por organizar de forma independente e avançada os setores classistas do sindicalismo assume assim uma importância ímpar. O Congresso da Corrente Classista, que deverá se realizar em fevereiro de 1989 no Rio, terá que ser um marco dessa busca de organização independente, classista, de luta. A não diluição da Corrente Classista no cenário da política sindical que se forma é um fator fundamental para o avanço da luta do sindicalismo e de todo o povo. Nesse contexto é que cresce enormemente de importância o papel do movimento sindical, como fator impulsionador e dinamizador das lutas e da organização dos trabalhadores. Papel esse que só será cumprido com êxito se o movimento mantiver uma postura independente e de luta, em defesa dos trabalhadores, nos pleitos reivindicativos, na sua organização independente, na sua recusa de ser cooptado pelos governos e pelos patrões.

A Corrente Sindical Classista está chamada a cumprir seu papel, nesse momento, e deverá no seu congresso lançar uma plataforma de luta e de organização dos trabalhadores assalariados, para que, unindo-os com a luta de todo o povo, avance nas conquistas democráticas, rompa os laços com a dependência ao capital financeiro internacional, não pagando a dívida externa, e relance num novo patamar a luta pela reforma agrária antilatifundiária e garantia a ampliação e aplicação das conquistas sociais obtidas na nova Constituição.

* Membro da Direção Nacional do PCdoB

Se for calculado por alguns parâmetros de volume — número de greves, grevistas e trabalhadores/hora parada — o movimento sindical deste ano teve um desempenho tão vigoroso quanto o de 1987, conforme indica o levantamento realizado pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos, o Dieese (veja a tabela).

Entretanto, a luta dos trabalhadores em 1988, ainda que medida principalmente através de critérios econômico-sindicais, apresenta muitas particularidades. Uma delas foi um movimento concentrado no setor público, que responde por aproximadamente 70% das paralisações ocorridas no ano, de acordo com o Dieese.

Arrocho salarial

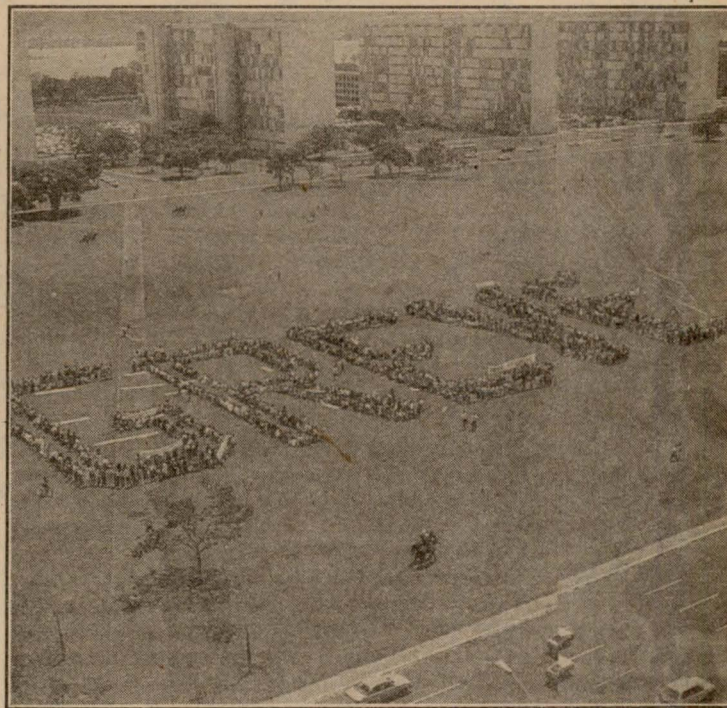
Segundo ainda uma evidência captada pelo Dieese, as greves aconteceram principalmente no setor público porque nele os trabalhadores foram vítimas de um arrocho salarial mais violento do que o imposto aos que trabalham na iniciativa privada.

A nível federal, onde o movimento foi mais aguerrido, contou para isto, sobretudo, o congelamento das URPs durante dois meses (abril, maio e/ou junho, de acordo com a data-base), determinado pelo senhor José Sarney a título de combate ao déficit público. A resposta foi uma verdadeira tempestade de greves. Nas esferas estadual e municipal, a situação dos funcionários era ainda pior. Os assalariados não contavam com a URP, em geral tinham seus rendimentos reajustados de três em três meses e à base de índices arbitrários, inferiores à taxa de inflação oficial.

Reivindicações

Embora mais sentidas no setor público, as reivindicações básicas dos grevistas — também da iniciativa privada — são hoje o que se pode considerar reclamos históricos repetidos a cada data-base pelas diferentes categorias. A exigência maior é de reposição das perdas salariais.

É compreensível. Pelo menos desde 1982 as classes dominantes brasileiras esforçam-se para impor a qualquer custo



Foi enfático protesto dos funcionários dos ministérios em Brasília

um forte arrocho aos salários dos trabalhadores, como uma espécie de contrapartida ao pagamento dos juros da dívida externa e às dificuldades econômicas decorrentes da crise.

Os diferentes pactos propostos pelo governo têm, ainda hoje, esse tipo de proposta como pressuposto. O desencadeamento das greves, ano-a-ano e em respeitáveis dimensões, constituem uma resposta e uma evidência de que os trabalhadores não aceitam arcar com os ônus da crise.

"Este processo de luta grevista", lembra o dirigente nacional do PCdoB, Ronald Freitas, "tem enfrentado objetivamente a política econômica do governo, que é intransigente. As conquistas salariais são pequenas e provisórias, em função do processo inflacionário. A própria luta vai indicando que o obstáculo às reivindicações é maior do que parece à primeira vista, pois deriva de uma proposta política e econômica com caráter mais global. O movimento sindical evolui, avança no processo de compreensão deste problema."

Consciência elevada

Além do acúmulo de experiência através do movimento grevista desta década, algumas particularidades das lutas ocorridas neste ano no campo

sindical contribuíram para elevar o aprendizado e o nível de consciência dos trabalhadores acerca da natureza dos problemas que enfrentam.

A movimentação dos trabalhadores do setor público deixou ainda mais patente ao conjunto dos assalariados que mesmo a satisfação de reivindicações elementares contra o arrocho exige uma luta em outro nível, capaz de derrotar definitivamente a política econômica reacionária que as classes dominantes e seu governo impõem ao país.

A cada reclamo dos grevistas (no Banco do Brasil, nos Correios, na Previdência, nos Ministérios, nas estatais) opunha-se claramente a resistência conservadora da administração entreguista dos ministérios econômicos de Sarney, particularmente do senhor Mailson da Nóbrega.

"É a política econômica entreguista e reacionária do governo que nos leva à greve", argumentou o diretor da Federação Nacional das Associações de Servidores da Previdência Social (Fenasp), Petrólio Spinelli. "A categoria percebe o jogo que vem sendo feito pelos governantes e não vacila em ir à luta em defesa dos seus direitos", vaticinou, por ocasião da greve do BB, o presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia, Alvaro Gomes.

A elevação do nível de consciência dos trabalhadores acabou tendo por expressão fatos como o resultado eleitoral de 15 de novembro, mas deu sinais, talvez até mais avançados, na greve da estatal Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda — também por direitos elementares —, onde os operários revelaram, contra seus patrões e mais ferozes inimigos, em defesa da dignidade de sua classe.

Greves mês a mês no país, em 1988, segundo levantamento do Dieese

Mês	Nº de greves	Grevistas	Trabalhadores/hora parada
janeiro	84	251.803	—
fevereiro	52	284.150	13.234.480
março	37	97.762	3.936.717
abril	62	176.650	5.846.733
maio	55	1.996.699	48.985.272
junho	32	215.800	28.750.360
julho	28	254.528	29.428.221
agosto	52	416.375	46.880.976
setembro	80	814.621	60.623.814

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Histeria belicista na Argentina

Novo histerismo militar na Argentina. Desta vez liderados pelo tenente-coronel Mohamed Ali Seineldín, um bando de golpistas se levantou contra a ordem democrática. No dia 1º, 45 oficiais da Marinha abandonaram sua unidade fortemente armados. Teriam marcado encontro com outros golpistas no Uruguai e alguns militares foragidos (que teriam se refugiado no Paraguai). No dia 2, cerca de 400 oficiais se amotinaram na Escola de Infantaria. No dia seguinte, mais de 300 oficiais golpistas partem em tanques, caminhões e ônibus militares para a Vila Martelli, onde fica o maior depósito de explosivos do Exército. Outros 600 militares se aquartelam, detendo 10 tanques, armas e munições.

No domingo, dia 4, soldados do Terceiro Regimento de Infantaria Motorizada somam-se ao levante. As tropas "leais" ao governo mexem-se com morosidade angustiante. Angústia que vive a nação argentina, com seu presidente Raúl Alfonsín de viagem ao México e Estados Unidos, enquanto

a democracia pende por um fio no país. Alfonsín, depois de iniciada a rebelião militar, ainda encontrou tempo para discursar na ONU e se encontrar com o presidente eleito dos EUA, George Bush, em Washington, antes de retornar a Buenos Aires.

Mas os principais interessados na defesa da democracia, os trabalhadores, não ficaram assistindo aos fatos pela televisão. Foram para as ruas, e garantiram com sua luta a defesa da democracia. Populares foram para a Vila Martelli e cercaram a guarnição militar, enquanto as tropas "fiéis" ao governo não chegavam — e elas só chegaram na manhã de domingo! Os golpistas, armados até os dentes, atiraram para o ar, visando amedrontar o povo. Tiveram como resposta pedras e garrafas atiradas pela população.

Neste momento, sim, tropas "leais" entraram em ação: trataram de impedir um ato de protesto convocado pela oposição diante da vila militar. As entidades sindicais passaram a articular uma greve geral, a partir



Mais uma vez os militares argentinos ameaçam a legalidade democrática. O povo reage com força.

de segunda-feira, caso a rebelião não fosse sufocada. Os partidos políticos realizaram uma sessão de emergência do Congresso.

Finalmente, o governo convocou o povo para uma manifestação na praça Dois Congressos, em defesa da democracia, como forma de pressionar os golpistas a de-

porem armas. Mais de 150 mil argentinos compareceram ao ato. Suas palavras de ordem: "Paredão, paredão, para os milicos que afundaram a nação". Ou: "Vamos ver, vamos ver, quem dirige a batuta: o povo unido, ou um filho da puta!"

No final da tarde de domingo, os golpistas se ren-

deram. O governo garante que foi sem negociação. Mas isso não é líquido e certo. Fala-se que Alfonsín estaria preparando uma nova lei de anistia, que colocaria para fora das grades mais uma leva de militares que mataram e torturaram democratas durante a ditadura militar (30 mil mortos e desaparecidos).

EUA-OLP: Veto injustificável

O governo Ronald Reagan, violando as normas do direito internacional e os acordos que levaram a Organização das Nações Unidas (ONU) a sediar-se em Nova Iorque, negou visto de entrada ao líder da OLP, Yasser Arafat. O dirigente da OLP iria falar na Assembleia Geral da ONU em nome do Estado Palestino, recém-criado.

Até países aliados dos EUA

no Oriente Médio, como Egito e Jordânia, condenaram a atitude norte-americana. Mesmo o governo brasileiro levantou seu protesto contra a arbitrariedade ordenada por Reagan.

Em função dessa atitude discriminatória e sem precedentes — o próprio Arafat já falou na ONU, em 1974, sem problemas para ingressar nos EUA —, a Assembleia Geral

da entidade internacional pode ser transferida para Genebra.

A decisão de Reagan pisoteia um compromisso assumido pelos Estados Unidos em 1947, que determinava que o país jamais poderia intervir sobre a admissão de um Estado ou líder internacional no território das Nações Unidas. O isolamento norte-americano com a medida ficou visível quando o assunto foi à votação na própria ONU: 151 votos aprovaram a ida de Arafat à Assembleia Geral. Só dois votaram contra: os EUA e o seu Estado-vassalo no Oriente Médio, Israel.

Bush: cúmplice

O presidente eleito dos EUA, George Bush (vice de Reagan), deu uma de joão-sem-braço. Disse que "nada tem a declarar" sobre o veto à OLP.

Ao tempo em que impede a palavra da OLP na ONU, os EUA continuam investindo em armas e dólares em Israel, garantindo o governo sionista que, só neste ano, matou mais de 300 jovens palestinos na Cisjordânia e na Faixa de Gaza.

Saudação do PCdoB ao PTA

O presidente do PC do B, João Amazonas, enviou ao Partido do Trabalho da Albânia a seguinte mensagem: "Ao Comitê Central do Partido do Trabalho da Albânia

Ao camarada Ramiz Alia Saudamos entusiasticamente a passagem do 44º aniversário da libertação nacional da Albânia e da vitória da revolução popular

sob a sábia direção do PTA e do grande dirigente do povo albanês, o camarada Enver Hoxha.

Albânia hoje constrói exitosamente o socialismo e mantém bem alta a bandeira invencível do marxismo-leninismo.

Saudações revolucionárias.

João Amazonas, pelo Comitê Central do Partido Comunista do Brasil."

Estude o marxismo-leninismo

MARX

O CAPITAL Livro 1 vols. I e II	7.075,00
O CAPITAL Livro 2	10.237,50
O CAPITAL Livro 3 vol. IV	7.735,00
O CAPITAL Livro 3 vol. V e VI	8.418,00
TEORIAS DA MAIS-VALIA VOL. I (livro 4 de o Capital)	9.783,00
TEORIAS DA MAIS-VALIA VOL. II (livro 4 de o Capital)	8.645,00
TEORIAS DA MAIS-VALIA VOL. III (livro 4 de o Capital)	9.100,00
A MISÉRIA DA FILOSOFIA	6.100,00
SALÁRIO, PREÇO E LUCRO	1.950,00
A GUERRA CIVIL NA FRANÇA	2.500,00
TRABALHO ASSALARIADO E CAPITAL	960,00

MARX-ENGELS

OBRAS ESC. MARX-ENGELS (brochura)	6.500,00
MANIFESTO DO P.C.	1.900,00
SOBRE LITERATURA E ARTE	2.500,00
FUNDAMENTOS DO LENINISMO	2.600,00

LÊNIN

MATERIALISMO E EMPIRO—CRITICISMO (vol. encadernado)	1.200,00
O TRABALHO DO PARTIDO ENTRE AS MASSAS	5.074,00
A DITADURA DO PROLETARIADO E O RENEGADO KAÜSTSKI	3.074,00
ESQUERDISMO DOENÇA INFANTIL DO COMUNISMO	2.340,00
TESES DE ABRIL	990,00
CONTRA O TROTSKISMO	6.500,00
O ESTADO E A REVOLUÇÃO	4.190,00
QUE FAZER?	4.080,00
AS TRÊS FONTES E AS TRÊS PARTES CONSTITUTIVAS DO MARXISMO	2.100,00
IMPERIALISMO, FASE SUPERIOR DO CAPITALISMO	2.300,00
SOBRE A EMANCIPAÇÃO DA MULHER	2.450,00
OBRAS ESC. (brochura) 3 vols.	6.500,00

PCdoB

INFORMES DO 7º CONGRESSO DO PC DO B — 1988	
INFORME POLÍTICO DE JOÃO AMAZONAS	120,00
INFORME SOBRE O PROGRAMA	100,00
A LUTA PELA EMANCIPAÇÃO DA MULHER JÔ SOARES	100,00
SOCIALISMO PARA JUVENTUDE	100,00
PERE STROIKA — A CONTRA REVOLUÇÃO REVISIONISTA	60,00

Pedidos à Livraria Vitória. Através de cheque nominal ou pelo Reembolso Postal.
Rua Bororós, 51, CEP 01320 — São Paulo — SP
Fone: 279-3646(011)

A desunião soviética

Impasse entre nacionalistas na União Soviética. Um verdadeiro clima de guerra civil. Várias cidades estão sob intervenção militar. Protestos de massas se multiplicam. O ódio nacional é incentivado pelas lideranças burguesas. O Soviet Supremo reuniu-se e aprovou medidas que podem agravar ainda mais o problema. Em meio a toda essa crise, o dirigente máximo da URSS, Mikhail Gorbachev, zarpou para os Estados Unidos, para falar na ONU e encontrar os seus colegas Ronald Reagan e George Bush.



Protesto em Moscou contra a violência no Azerbaijão: Gorbachev semeou os ventos...

Já não há cálculos confiáveis sobre o número de mortes decorrentes dos conflitos étnicos na União Soviética. Só na cidade de Kirovabad, no Azerbaijão, teriam morrido 150 pessoas, em novembro. No dia 25, 60 casas de armênios foram queimadas. Ocorreram conflitos entre armênios e azerbaijanos em Baku (capital) e Nakhichevan. Manifestações nacionalistas ocorrem igualmente em Erivan, capital da Armênia. Protestos também foram registrados na Lituânia, Estônia e Letônia, a milhares de quilômetros do Azerbaijão e da Armênia.

Em se tratando da União Soviética, é sempre difícil saber o que realmente ocorre. A imprensa burguesa, aliada fiel do imperialismo norte-americano, sempre tende a distorcer fatos, quando não inventá-los pura e simplesmente. É uma forma de combater o comunismo, ainda identificado com o Estado soviético. Além disso, jornalistas estrangeiros estão proibidos de visitar as áreas conturbadas. Mas mesmo a imprensa oficial russa vem dando, esporadicamente, notas sobre os conflitos nacionais.

O general V. Omelchenko,

comandante militar de Kirovabad, deu entrevista ao jornal "Estrela Vermelha", das Forças Armadas Soviéticas, dizendo que "agindo à noite, grupos de jovens azerbaijanos tentaram incendiar bairros armênios e organizar pogroms em Kirovabad". Pogroms eram expedições de racistas russos contra judeus, que ocorriam na época do Czar — antes da Revolução Socialista, portanto.

Outro general, Yuri Shatalin, comandante das tropas especiais antimotim do Ministério do Interior, declarou ao "Pravda" — o diário oficial da URSS — que a situação "continua muito complicada e tensa" na Armênia e no Azerbaijão, além de reclamar das "tentativas de oponentes do governo de desestabilizar a vida pública e criar problemas étnicos, com o objetivo de adquirir maior poder a nível local". Reconhecendo que há "queixas populares" na região, disse que "departamentos do governo e delegacias de polícia, por exemplo, são alguns dos alvos da violência popular".

Na Lituânia, Estônia e Letônia — esta, a menor república soviética — as divergências com o governo central russo manifestam-se de formas diferentes. A mais radical é da Estônia. No dia 16 de novembro, o Parlamento da Estônia aprovou, por unanimidade, a rejeição à proposta de reforma constitucional que havia sido divulgada em setembro por Gorbachev. E por 254 votos contra 7, decidiu que o Soviete Supremo da Estônia tinha o direito de vetar leis emanadas do "centro" (Rússia), sempre que firam os interesses da república. Deliberou, ainda, que a "propriedade estatal" pertence à república, e não ao conjunto da URSS.

A essa altura, já estava marcada para 29 de novembro a sessão do Soviete Supremo da URSS que iria deliberar sobre a reforma constitucional. Antes, contudo, o governo antecipou que eram "inconstitucionais" as decisões do Soviete estoniano. Mesmo assim, na Lituânia e na Letônia, ocorreram atos com milhares de manifestantes reivindicando que as respectivas repúblicas ado-

tassem resoluções semelhantes às da Estônia.

Troca de acusações

Esses acontecimentos deram um significado especial para a reunião do Soviete Supremo da URSS. Gorbachev, sempre preocupado em exibir um estilo aristocrático de fazer política (talvez saudades do czarismo), fez um discurso de 90 minutos na abertura da reunião, tropeçando em palavras e gaguejando uma arenga paternalista.

"Somos uma mesma família e temos o mesmo objetivo", disse o pai da "perestroika", acusando a Estônia de "aventureirismo político". Afirmou que a atitude de seus colegas do partido estoniano foram "irresponsáveis" e que fugiam ao "espírito da glasnost". Num tom mais conciliador, em seguida acrescentou que "a perestroika permite aos povos expressar-se sobre um velho problema".

Aproveitando a deixa, o dirigente da Estônia, Vayno Valyas, reafirmou que sua república vai "prosseguir a luta pela soberania". E já que a questão estava aberta, o presidente do Parlamento do Azerbaijão, Suleiman Tatliev, acusou o governo da Armênia de estar "fomentando os distúrbios" em seu terreno. Em resposta, a agência de notícias oficial armênia divulgou que 12.483 armênios foram levados por caminhões azerbaijanos para a fronteira da república. "Em vez de nos matarem, eles estão nos expulsando", afirmou um parlamentar armênio. Em Erivan, foram criados centros especiais para receber os refugiados que saem do Azerbaijão...

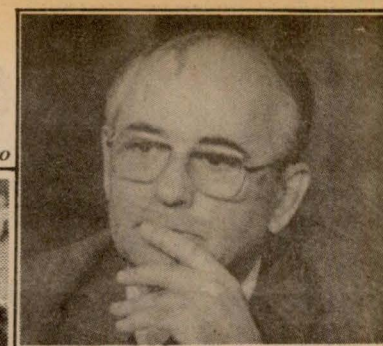


Foto: Arquivo

Contra os soviéticos

Mas além das questões nacionais outras igualmente importantes foram abordadas pelo Soviete Supremo. Em especial, a reforma constitucional, que deixa ainda mais combatido o sistema soviético. Os soviéticos vêm sofrendo sucessivos golpes desde os tempos em que o revisionista Nikita Krushchev tomou o poder, nos anos 50.

As propostas de Gorbachev foram ousadas. Ele pretende acabar com os soviéticos, substituindo-os por uma assembléia com um número menor de deputados e que atuará como "um parlamento ocidental" (eufemismo que Gorbachev utilizou para escamotear o caráter burguês do sistema político que preconiza para a Rússia).

O chefe do Kremlin, contudo, confessou que recebeu 250 mil cartas protestando contra a centralização de poderes nas mãos do futuro presidente (ele é candidato ao cargo, naturalmente). Por isso, recuou um pouco em suas pretensões e admitiu que o parlamento poderá ter poder de veto para algumas decisões do Executivo e o presidente terá que prestar contas anualmente ao Poder Legislativo.

Mesmo assim, foi diminuída a participação das repúblicas na composição do parlamento (de metade para um terço), fortalecendo o domínio russo sobre as demais nacionalidades. Foi ampliado, ainda, o direito das Forças Armadas intervirem nas várias repúblicas — indicação de que a violência governamental deve ser incrementada contra os protestos populares.

Caráter de classe

São medidas anti-socialistas. Enfatizam ainda mais o caráter burguês que o Estado soviético vem assumindo desde Krushchev. E, à medida que o capitalismo é imposto em todas as suas formas na URSS, inevitavelmente a luta de classes se acirra. Por isso, as disputas nacionalistas (e o nacionalismo é uma manifestação claramente burguesa — a classe operária é internacionalista) devem ganhar vulto ainda maior. O ressurgimento de vários partidos políticos se trata outra decorrência inevitável da "perestroika" da "glasnost" impostas por Gorbachev.

Assine já o seu jornal "A Classe Operária"
UM JORNAL PELO SOCIALISMO

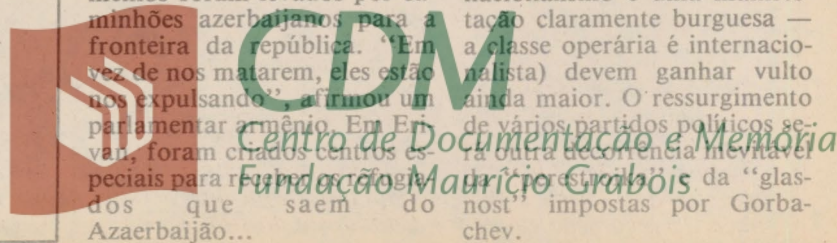
Nome.....
Endereço.....
CEP..... Cidade..... Estado.....
Profissão.....

"A Classe Operária" custa muito pouco:

Assinatura trimestral: Cz\$ 1.440,00 Trimestral de apoio: Cz\$ 2.200,00

Assinatura semestral: Cz\$ 2.880,00; Semestral de apoio: Cz\$ 5.500,00

Preencha hoje mesmo este talão e envie cheque nominal à
Editora Anita Garibaldi Ltda.
Rua Adoniran Barbosa, 53 Bela Vista — Cep 01318 S. Paulo



As desventuras da “perestroika”

Umberto Martins

Os dirigentes revisionistas da União Soviética planejaram iniciar o ano de 1989 implementando a reformulação geral dos preços, medida simplesmente indispensável ao bom andamento da nova política econômica — a “perestroika”. O Comitê Central do PCUS aprovou a mudança no ano passado, prevendo para o próximo janeiro coisas como um aumento de 400% nos preços do Metrô — que sempre permaneceram estáveis —, ao lado de elevações ainda maiores da carne e outros produtos básicos.

A marcha objetiva da economia e a radicalização dos conflitos sociais no país frustraram as perspectivas revisionistas. O índice de crescimento econômico (de 13% na época de Stálin, cerca de 8% nos anos 70 e menos de 3% na atual década) continuou em queda livre nos três anos da “perestroika”. Conforme informa o presidente do Instituto de Economia Acadêmica de Ciências, Leonid Abalkin, novamente “em 1988 houve queda no crescimento. Neste ano a situação da economia soviética está se tornando mais séria, especialmente no mercado de consumo”.

No contexto marcado pelo desempenho econômico medíocre, escassez generalizada de alimentos e outros bens de consumo e descontentamento popular, a alta dos preços, somada a outras iniciativas destinadas a aumentar os lucros das empresas, tornaria o quadro ainda mais complicado para os revisionistas. Por isto o governo decidiu recuar, adiando *sine die* a ambicionada reforma que, segundo Albakin, “presumia mudanças estruturais baseadas no crescimento econômico”.

Contradições

O problema dos preços indica que a política do senhor Gorbachev defronta-se com sérios obstáculos. Mas é fora de dúvidas que a “perestroika” vem sendo implantada, tornando o capitalismo soviético mais clássico, nítido, transparente. Abertas as comportas, todas as contradições do sistema explodem com admirável vigor.

1988 foi um ano rico de demonstrações neste sentido. Ele vem sendo concluído sinalizando a desagregação do império revisionista, vitimado por conflitos nacionais contra a hegemonia russa (veja artigo a respeito nesta edição). E também foi palco de aconteci-

mentos políticos, econômicos e sociais, que demonstram o caráter de classe do governo revisionista. O capitalismo transparece por todos os pólos.

Do ponto de vista político, Gorbachev conseguiu aprovar mudanças que o tornam um presidente com poderes imperiais, transforma o parlamento soviético em uma assembléia com todas as características de uma instituição burguesa do gênero, inclusive reintroduzindo a figura do político profissional. Ao lado disto, trata de reduzir os direitos das nacionalidades. Promove, na verdade, alterações formais orientadas pelo objetivo de tornar o ambiente político mais adequado à expressão dos novos e conflituosos interesses existentes na URSS.

Tudo pelo lucro

Na economia acentuou-se a ênfase ao mercado, à concorrência e ao lucro como motor do processo produtivo. Mostrou-se vã a esperança da decantada eficiência capitalista, mas a anarquia da produção rumo certamente para um novo patamar. Restaurou-se, embora não plenamente, o instituto da falência, fundamental para regular a concorrência.

Nada menos do que 24 mil indústrias, 13% de todas as empresas do setor na União Soviética, estão falidas e de-

vem ser fechadas, de acordo com o ministro da Fazenda, Boris Gostev. No corrente ano cerca de 50 firmas foram declaradas insolventes por bancos estatais (Banco Industrial da Construção — “Promstroi-bank” — e Banco Social da Habitação — “Zhilstsbank”). O governo pretende reorientar a atividade dessas empresas ou pura e simplesmente fechá-las.

A restauração, neste nível, de categorias econômicas capitalistas, torna inevitável — e inofismável — o desemprego aberto. As idéias revisionistas a respeito do fenômeno evoluíram. O desemprego é tratado hoje na União Soviética como o mecanismo de eficiência econômica.

O órgão oficial do partido revisionista, “Pravda”, divulgou medidas de auxílio aos desempregados parecidas ao que há de pior no mundo capitalistas — salários-desemprego durante um período de três meses, por exemplo.

Gorbachev também anunciou, em setembro, a demissão de 700 funcionários públicos. O vice-presidente da Comissão Estatal de Estatística, Nikolai Belov, no mês seguinte, informava que a reestruturação econômica (“perestroika”) havia suprimido 1 milhão de empregos na área industrial desde janeiro deste ano e que até o final do século deverão desaparecer 16 milhões de ocupações no mesmo setor.

A maior fábrica soviética de caminhões, I. A Lihacheva, demitiu no final de outubro 1500 de seus funcionários. Reduziu os salários, garantindo apenas um piso mínimo, alegando que estava obedecendo recomendações governamentais “de que as empresas devem ser auto-sustentadas — ou seja, não devem receber mais subsídios e, ao contrário, devem gerar lucros para se financiar”, conforme reportagem feita de Moscou para a “Gazeta Mercantil” (do dia 3/11) pela repórter Célia de Gouvêa Franco.

Retorno dos kulaks

Também para a burguesia do campo a “perestroika” reservou gratas surpresas em 1988. Com o pretexto hipócrita de que era preciso “devolver aos camponeses a sua condição de senhores da terra”, Gorbachev ampliou o espaço de atuação dos **kulaks** (camponeses ricos, liquidados no processo de coletivização). Devolveu à iniciativa privada, sob a forma de arrendamento por um prazo de 50 anos, metade da agricultura soviética, iniciativa que foi aprovada em julho deste ano.

Também em 1988 foi revelada a existência de um grandioso rombo nas finanças públicas do governo soviético (uma previsão de déficit orçamentário de 57 bilhões de dólares pa-

ra 1989), admitiu-se a ocorrência de inflação (calculada por alguns em 8%), procedeu-se a uma reforma bancária orientada para a privatização do sistema de crédito e à instituição de uma embrionária Bolsa de Valores (com a venda de ações das empresas, inicialmente aos empregados).

No campo externo, salienta-se a busca desesperada de empréstimos junto à comunidade financeira internacional, a fim de financiar a “perestroika”. O endividamento da União Soviética é de aproximadamente 40 bilhões de dólares, sendo que US\$ 16 bilhões foram contratados desde 1984, de acordo com dados oficiais. Neste ano, o poderoso banco alemão “Deutsche Bank” decidiu conceder um crédito de 1,6 bilhão de dólares a Gorbachev, enquanto este abrandava as normas para implantação de **joint-ventures** e ampliava o espaço de exploração das multinacionais no solo soviético, acenando inclusive com a perspectiva de criação de zonas econômicas especiais iguais às da China (veja “Classe Operária” n.º 8).

O modo com que o proletariado sente e enxerga esta realidade não deixou de ficar patente. Em novembro, o jornal “Trud”, porta-voz dos sindicatos oficiais da União Soviética, noticiou a insatisfação dos trabalhadores do campo com a burguesia rural (os **kulaks** restaurados pelos revisionistas). Na região dos Urais, trabalhadores depredaram tratores e outras máquinas agrícolas de uma família que havia optado pelo sistema de arrendamento. Em Saltykovka, um pequeno povoado da URSS, cooperativistas privados foram chamados de “novos burgueses” e hostilizados pela população. Várias cooperativas privadas, em situações parecidas, foram incendiadas por trabalhadores, de acordo com o jornal “Nisicwnewa”.

Mas Gorbachev, interessado em chegar a um bom acordo de divisão imperialista do Globo com os Estados Unidos, prefere fingir que não vê tais fenômenos. Continua alardeando aos quatro ventos a falsa tese de que a luta de classes entre burguesia e proletariado — tão patente em seu país — já não tem lugar na história, cedendo espaço para o que classifica, de forma abstrata, de “interesses da humanidade”. O interesse maior da humanidade no presente momento, é o de pôr um ponto final ao decadente capitalismo, assim como à sua última cria, o revisionismo contemporâneo.



Comércio carente de mercadorias: um dos pontos críticos do regime revisionista



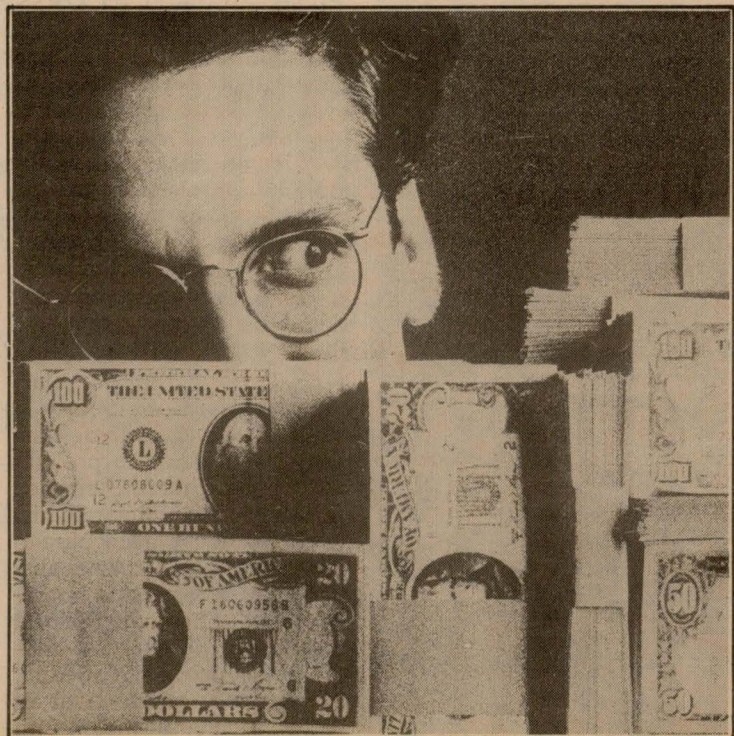
CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

1988: um ano de agonia para o capitalismo

Agenor da Silva*

Ao fazer o balanço da situação econômica internacional no ano que finda, destaca-se, em primeiro lugar, que seguiu seu curso a lenta agonia do sistema capitalista. As maiores quedas econômicas foram registradas nos países dependentes, fortemente endividados. O Brasil, por exemplo, sofreu uma queda na sua produção industrial de 1,3% apesar do vigoroso aumento em suas exportações. Para os chamados países industrializados, a situação, do ponto de vista da produção e do emprego, foi de pequeno crescimento. A expansão econômica dos Estados Unidos vem perdendo ritmo, devendo terminar o ano com 2,3% de crescimento no Produto Interno Bruto — PIB.

Também o crescimento do PIB para os chamados países industrializados no seu conjunto vem declinando constantemente. Entre 1960 e 1970 o crescimento foi, em média, de 5% ao ano. Entre 1970 e 1980 este indicador decaiu para 3,1%. O ano de 1988 confirma que na década de 80 o crescimento econômico dos países "ricos" ficará por volta de 2%. Vale lembrar que este fraco desempenho ocorre em uma época de grandes progressos no campo da tecnologia, quando as possibilidades para o avanço econômico são enormes. Isto mostra que o capitalismo restringe cada vez mais o desenvolvimento das forças produtivas; a lei da concorrência e do lucro tornam-se incompatíveis com o progresso da civilização.



Fusões e incorporações de empresas chegam a envolver bilhões de dólares

Do lado dos países dependentes, espoliados pelas nações imperialistas, a situação é muito mais grave. Segundo informa o relatório de 1988 do Banco Mundial, "nos países em desenvolvimento, a pobreza está aumentando. Entre 1970 e 1980 o número de pessoas que não se alimentavam adequadamente nestes países passou de 650 milhões para 730 milhões. Desde 1980, a situação piorou muito: os índices de crescimento econômico se desaceleraram, os salários reais caíram e o crescimento do emprego recuou na maioria dos países em desenvolvimento. Os drásticos declínios dos preços das mercadorias prejudicaram as rendas rurais e os governos reduziram sua despesa real com serviços sociais".

Aprofunda-se a crise do Sistema Capitalista

Estes dois aspectos da situação econômica internacional, fraco desempenho dos países imperialistas aliado a um grande empobrecimento dos povos dependentes, não são fatos conjunturais. Referem-se ao aprofundamento da crise geral do sistema capitalista. São fruto do domínio sobre a grande maioria da população mundial por parte de um punhado de magnatas financeiros.

O ciclo econômico está cada vez mais deformado pelo avanço da concentração e centralização do capital e o domínio cada vez maior dos monopólios internacionais; pelo crescimento e crise do capita-

lismo monopolista estatal; pela insustentabilidade do sistema monetário e financeiro internacional.

Temos presenciado um grande desenvolvimento destas características do capitalismo atual: as grandes corporações vão dominando totalmente muitos setores da economia. São frequentes as notícias sobre fusões e incorporações de empresas em negócios internacionais que chegam a envolver bilhões de dólares.

Em contrapartida, a crise financeira evolui mostrando a ineficácia das medidas adotadas pelos governos dos países imperialistas. Manifesta-se com força o desequilíbrio financeiro entre os EUA e o Japão e Alemanha. Embora o déficit comercial norte-americano tenha diminuído um pouco em 1988 (deverá ficar na marca dos 140 bilhões de dólares), há que se considerar que este ano foi o primeiro em que os EUA tiveram um déficit no balanço de rendimentos de capital, fazendo com que o déficit nas suas transações correntes com o resto do mundo continue na marca dos 170 bilhões de dólares.

Desde o início do século que os EUA vêm exportando capitais que rendem lucros ou juros aos monopólios ianques. Porém, a partir de 1982 o seu déficit comercial suplantou os rendimentos de capital e os EUA começaram a atrair grandes massas de capitais para financiar seu parasitismo. Assim, os capitais externos investidos nos EUA suplantaram os capitais norte-americanos investidos fora de suas fronteiras. Este indicador, chamado de posição líquida de capital, deve fechar o ano na marca dos 600 bilhões de dólares contra os EUA. Agora, no desequilíbrio financeiro norte-americano, deve-se somar ao déficit comercial o déficit nos rendimentos de capital avaliado este ano em cerca de 30 bilhões de dólares. Neste aspecto, é profundo o desequilíbrio do capitalismo atual: a potência hegemônica, detentora da moeda de curso internacional (o dólar), é ao mesmo tempo o maior devedor mundial. Decorente disto, este ano foi marcado por novas oscilações da moeda norte-americana com um aumento das pressões baixistas.

Estagnação dos países dependentes

Para completar o quadro de



Segundo o Banco Mundial, o número de subalimentados já beira 1 bilhão de pessoas no Globo

crise financeira internacional, agregue-se que as dívidas externas dos países dependentes continuam a determinar uma estagnação econômica e o empobrecimento da maioria da população do Globo. A sustentação do parasitismo dos países imperialistas, particularmente dos EUA, exigiu novas remessas de recursos por parte das nações neocolonizadas.

Para a maioria dos países dependentes, estas remessas ao exterior correspondem a parte significativa da produção interna. O Brasil, por exemplo, envia este ano ao exterior cerca de 5% do seu Produto Interno Bruto a título de juros e amortização de sua dívida externa e lucros das multinacionais implantadas em nosso país. Agregue-se que esta transferência de recursos ao exterior realiza-se nos marcos de acentuadas quedas nos preços das mercadorias exportadas por estes países: os produtos primários sofreram uma queda real em seus preços internacionais da ordem de 30% nos últimos 10 anos.

Este nível de espoliação imperialista implica em brutal queda no nível de vida dos povos destes países. A renda per capita cai a cada ano e para alguns países como Venezuela, Bolívia, Nigéria, Zâmbia etc. a queda é maior do que a percebida na Grande Depressão de 1929-33. A transferência de recursos ao exterior vem determinando uma grande redução do consumo interno nestes países. Para o Brasil, segundo a Federação do Comércio do

Estado de São Paulo, o comércio varejista na Região Metropolitana de São Paulo evoluiu somente 4% entre 1981 e 1988. E não é só o consumo que declina nos países dependentes. Segundo o Banco Mundial, os chamados países em desenvolvimento, que investiam cerca de 25% do PIB no final da década de 70, dedicam agora por volta de 17% do PIB para os investimentos.

Além disso, os países dependentes passam por profunda crise financeira. O relatório do Banco Mundial acusa que as dívidas internas dos chamados países em desenvolvimento, em média, passaram de 11% do PIB em 1973 para mais de 40% do PIB em 1986, crescendo ainda mais em 87 e 88. Além do estrangulamento estrutural do setor público, a crise financeira manifesta-se em especial nos elevados níveis inflacionários. Brasil, Peru, Argentina e outros apresentam possibilidades crescentes de sofrerem de uma hiperinflação.

Os fatos econômicos deste ano corroboram a conclusão do 7º Congresso do PCdoB sobre o sistema capitalista contemporâneo: "A situação que atravessa, de crises constantes, não é casual, nem temporária. Responde ao apodrecimento gradativo e ininterrupto do regime econômico-social dominante que precisa ser substituído".

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois
Economista e membro do Instituto Maurício Grabois

“1988 foi um ano bom para o PCdoB”

Em entrevista à “Classe Operária”, o presidente do PCdoB, João Amazonas, faz um balanço detalhado sobre a atividade dos comunistas e a evolução política em 1988. Destacamos: “A burguesia está em pânico.”

Classe. Qual o balanço do ano de 1988 para o PCdoB?

Amazonas. O ano de 1988 foi rico de acontecimentos políticos e sociais.

Foi um ano bom para os comunistas, os marxistas-leninistas. Um ano no qual se registra a legalização definitiva do PCdoB, que se transformou no oitavo partido com registro definitivo, atingindo um novo status jurídico como organização da classe operária do Brasil. Este ano registra também a realização do seu 7º Congresso. Um grande êxito, de repercussão nacional e internacional, que mobilizou dezenas de milhares de comunistas em todos os recantos do Brasil para debater importantes questões da vida nacional e partidária. A ele acorreram 500 delegados eleitos em todo o país, e uma expressiva representação de partidos marxistas-leninistas estrangeiros que nos honraram com sua presença, entre os quais, a delegação do Partido do Trabalho da Albânia. Ocorreu também, neste ano, o encerramento da campanha de filiação. Chegamos à meta estabelecida de 100 mil filiados. Isto representa a aceitação cada dia maior do partido pelas massas populares. É de se destacar, outrossim, a atividade da bancada comunista na Assembléia Nacional Constituinte. Nosso partido ergueu, desde 1966, a bandeira da luta por uma Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana. A Assembléia Constituinte propiciou um grande debate, no qual a esquerda jogou importante papel, principalmente o PCdoB. Nós não fomos para a Constituinte com as mãos abanando. Levamos para a Assembléia as teses do partido, nas quais focalizamos questões essenciais para a nação. Nossa bancada apresentou mais de 1.700 emendas e propostas ao projeto de Constituição. Eram propostas corretas, sobre a extinção do latifúndio, sobre o sistema de governo — parlamentarismo em lugar de presidencialismo obsoleto —, acerca do militarismo autoritário e igualmente quanto à dívida externa.

Por último, queria mencionar como fato importante a campanha eleitoral de 88. Desde o início afirmávamos que esta campanha tinha alcance

maior do que a disputa paroquial. Relacionava-se diretamente com a sucessão presidencial de 89. O partido empenhou-se decididamente nesta batalha. Nossos objetivos eram relativamente modestos, mas importantes. Asseguramos a presença da nossa organização partidária, com destaque no campo político.

Então, podemos afirmar que neste ano verificaram-se grandes acontecimentos políticos nos quais o Partido Comunista do Brasil tomou parte de maneira efetiva e obteve importantes êxitos. Pode-se dizer que 1988 foi um ano de grandes vitórias para o nosso partido.



O sistema capitalista chega mesmo ao seu fim

Classe. O que representam as teses do partido, aprovadas no seu 7º Congresso, do ponto de vista do domínio atual sobre a teoria, o grau de maturidade neste campo, e qual a comparação que se pode fazer em relação a outras fases da vida partidária?

Amazonas. Sem dúvidas, o 7º Congresso representa o amadurecimento teórico, ideológico e político do nosso par-

tido. Isto é indiscutível. O programa do PCdoB, aprovado no 7º Congresso, significa um grande avanço em relação aos anteriores. Ele reflete corretamente a realidade nacional e indica soluções que são inteiramente justas para o momento atual e com relação aos objetivos maiores que o partido persegue, o socialismo.

Classe. Como o Congresso avaliou a situação atual do capitalismo?

Amazonas. Fizemos uma análise da situação internacional. O capitalismo chega realmente ao fim. Hoje, existe imensa massa, de mais de 1 bilhão de pessoas, marginalizada na sociedade, vivendo dificuldades incriveis. O descontentamento é enorme. Acabará transformando-se inevitavelmente em revolta das populações oprimidas e carentes do essencial para viver. Os fatos mostram que o mundo caminha dentro de uma profunda crise política, econômica, social e moral da qual o capitalismo é o único responsável.

Classe. Neste momento, em que as condições objetivas da revolução avançam, num período histórico em que os marxistas-leninistas do mundo ainda enfrentam as vicissitudes decorrentes da contra-re-

volução revisionista, como estão avançando as chamadas condições subjetivas e qual o papel do PCdoB?

Amazonas. É certo que a busca de um verdadeiro caminho da libertação, da emancipação nacional e social dos povos não é um fenômeno espontâneo. Necessita de uma correta direção para poder melhor enfrentar as forças de direita e da reação cada vez melhor organizadas no mundo inteiro. O Partido Comunista do Brasil joga papel preponderante neste momento histórico, porque cabe a ele levar a consciência socialista aos trabalhadores e às massas populares, cabe a ele indicar o justo caminho, orientar as grandes batalhas que se travam na sociedade. Compete ao partido dirigir o processo da luta de classes com sabedoria, evitando não somente confrontos fora de hora e fora de tempo, como também estimulando e ajudando as massas na sua organização, na sua conscientização e na sua luta para sair da situação de miséria, de crise e de desespero em que vive.

Classe. O que significa a tese sobre a encruzilhada histórica em que o Brasil vive, como ela se coloca hoje e qual a tarefa que se impõe ao PCdoB?

Amazonas. O 7º Congresso definiu a situação atual afirmando que o Brasil está numa encruzilhada histórica. Ou o país rompe radicalmente com o conservadorismo, com os obstáculos que impedem o seu progresso ou o nosso país vai se afundando cada vez mais numa degradação profunda que atinge todos os aspectos da vida brasileira, seja política, econômico, social, moral ou cultural. Há uma necessidade objetiva de desenvolvimento social, exigindo solução de fundo para os problemas brasileiros. É preciso romper com os fatores de atraso e de obscurantismo. Impõe-se a arregimentação dos trabalhadores, das grandes massas populares, das classes médias que sofrem bastante com esta situação, e até mesmo dos pequenos e médios empresários. A grande burguesia, os monopólios estrangeiros e os latifundiários formam um bloco que se opõe por todos os meios ao progresso da nação. Para se opor eficazmente a esse bloco, é preciso forjar a aliança das forças democráticas e progressistas.



O partido atuou com seriedade na Constituinte

Classe. O que significa o fato de o partido haver chegado aos 100 mil filiados, em termos de empenho e organização partidária, hoje?

Amazonas. O fato de chegarmos a 100 mil membros mostra que o partido é bem aceito pelas massas. No entanto, não devemos confundir a militância propriamente dita com a filiação, que é mais ampla. A filiação é a manifestação concreta do desejo dos trabalhadores e das pessoas simples em ingressar na organização mais avançada da classe operária no Brasil. Mas isto não significa que desde o momento da filiação essas pessoas já estejam atuando plenamente nas organizações de base. Demora um certo tempo até que essa massa de filiados atinja um certo nível de compreensão do que é o partido, das suas tarefas, da importância da luta cotidiana, da necessidade do estudo da teoria revolucionária.

Classe. Quais as grandes forças sociais que estiveram em luta na Constituinte e como se posicionou o partido?

Amazonas. A Assembléia Nacional Constituinte, instituição burguesa, expressa amplamente o conservadorismo das classes dominantes. Nesta Assembléia Nacional Constituinte que dizia representar a nação, não existia nenhum representante das classes populares. Havia uns cinco ou seis operários. Quer dizer, as forças produtivas principais



Para Amazonas o principal saldo das eleições foi a rápida elevação da consciência do povo



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

da sociedade brasileira não estavam ali devidamente representadas. A Constituinte tinha muitos banqueiros, latifundiários, a grande burguesia e pessoas de pequena burguesia que atuam no campo político ou no terreno jurídico. As forças democráticas e progressistas, em minoria, travaram dura batalha contra a maioria esmagadora das forças reacionárias. É evidente que o debate não se encerrava nas quatro paredes da Assembléia. Chegava também às ruas, às organizações de massa, ao povo em geral, e isto dava certo respaldo àquelas correntes que atuavam em favor dos interesses populares. O Partido Comunista do Brasil, com uma bancada combativa, participou de todas as atividades da Assembléia, debateu todas as questões, não se ausentou nem se excluiu de nenhuma votação importante, enfim, levou a sério o mandato recebido pelo povo, lutando para dar ao Brasil uma Constituição que tivesse pelo menos um conteúdo democrático.



Eleitorado procurou um caminho novo e à esquerda

Classe. Como o PCdoB encara o resultado da eleição municipal, em termos da conscientização do povo e do avanço da luta de classes no país?

Amazonas. O povo brasileiro julgou o comportamento das organizações políticas desde as últimas eleições, em 1986. E condenou os partidos conservadores, em particular o PMDB. Julgou também a Nova República e o governo entreguista, antipovo, de Sarney. Nos três, quatro primeiros meses da campanha se observava muita apatia, muito ceticismo entre boa parte do eleitorado, descrente dos políticos e dos partidos das classes dominantes. O curso da campanha eleitoral despertou interesse e acabou transformando-se num processo de elevação da consciência política das massas em curto prazo. Particularmente aqui em São Paulo, na maior cidade da América Latina, que tem 10,5 milhões de habitantes, uma cidade de concentração operária, pode-se dizer que até três semanas antes das eleições o pêndulo da balança não mostrava que fosse tão fácil a vitória das forças populares, de esquerda. Mas, no curso da campanha, as massas viram que as elites governantes conspiravam contra o povo. O eleitorado sentiu que os Maluf, os Leiva, os Serra, esta gente toda se preparava para assaltar com a força do poder econômico a administração da capital. O povo viu onde estavam seus inimigos principais e não teve dúvidas. Reuniu-se em torno da bandeira da coligação PT-PCdoB, principalmente, e conseguiu, com esta coligação, que abarcava dois

outros pequenos partidos, uma vitória espetacular. Isto significa mudança no comportamento do eleitorado. O povo votou nesta coligação com o objetivo de derrotar a elite governante, cada vez mais desmoralizada. É um salto na consciência política do eleitorado, que pode ter grande significação para o futuro. O povo fez sua experiência em 1986 com o PMDB, e se desenganou. Agora está fazendo também outra importante experiência. O resultado da eleição apresenta um salto altamente positivo porque, especialmente em São Paulo, o eleitorado não repetiu os equívocos de eleições passadas, procurou um novo caminho, um caminho diferenciado das elites governantes. Se vai dar certo ou não o futuro dirá. Não é por acaso que, com a vitória em São Paulo da coligação PT-PCdoB e outros, as classes dominantes entraram em pânico. É preciso dizer que a vitória foi precedida de uma violência das Forças Armadas contra as massas trabalhadoras em Volta Redonda. Os generais pensaram que matando operários, invadindo a Siderúrgica Nacional, atemorizariam a população. Mas os tiros saíram pela culatra. O povo sentiu, naquele momento, que era preciso protestar de uma forma muito concreta contra a brutalidade do Exército e da Política Militar. Votou na esquerda, foi a sua resposta.

Classe. A tendência com que a burguesia jogava era a de que, com o descontentamento contra o governo, a direita ou outro setor do centro faturasse eleitoralmente. Não ocorreu isto. Agora, qual a perspectiva que se coloca a curto prazo, tendo a campanha presidencial à vista — esse nível de consciência tende a persistir e se elevar ou tende a redundar em novas frustrações?

Amazonas. Não será fácil a tarefa de Luiza Erundina em São Paulo. A vitória nas urnas

não significa que se tenha já conquistado posições que permitam resolver problemas graves que a cidade e o país enfrentam. O Brasil está numa crise profunda. Temos esperança que Erundina seja capaz de orientar-se com justeza dentro de uma situação em que os problemas mais sentidos nem sempre serão plenamente resolvidos. Todavia, devem ser pelo menos equacionados corretamente. A administração não pode ser simples rotina burocrática, deve ajudar o processo de conscientização do povo, abrir novas perspectivas às massas populares, a fim de que elas entendam que este é um meio caminho, mas que, para chegar ao fim, faz-se necessário dar passos muito mais avançados, passos que se relacionam com o poder central. Estamos diante da sucessão presidencial. As coordenadas já começam a ser dadas por diferentes forças políticas. A direita e o centro não falam senão em se unir para derrotar a esquerda, o que significa derrotar o povo. É preciso que se busque a efetiva união das forças populares, das correntes democráticas e progressistas, porque a batalha será difícil e não se pode vencer simplesmente com a mobilização parcial das correntes que realmente podem jogar o papel decisivo no avanço do nosso país. Os comunistas pensam ser necessário envidar esforços, tendo por eixo as forças populares e não as classes dominantes, para criar um poderoso movimento de massas, democrático, patriótico e progressista, capaz não apenas de vencer nas urnas, mas de barrar as tentativas de retrocesso político. Seria um gigantesco passo na conscientização, na mobilização, na organização do povo para levar este país adiante, arrancá-lo das mãos dos conservadores, das forças atrasadas, dos políticos demagogos, dos partidos que mentem e corrompem. A campanha eleitoral do próximo ano vai se

realizar dentro de uma profunda crise política, econômica e social, nós não podemos perder de vista este fato, tem muita gente pensando que ainda se pode virar a mesa neste país, de maneira que o que o povo precisa fazer é participar desta campanha organizando-se solidamente para garantir novas vitórias tendo em vista alcançar a verdadeira emancipação nacional e social.

Classe. E qual foi o desempenho do partido neste resultado e sua conduta em relação às diversas coligações?



Trabalhamos pela unidade das forças progressistas

Amazonas. O nosso partido sempre foi partidário da unidade das forças democráticas e populares. Não há em nossas fileiras, nem na direção do nosso partido, tendências exclusivistas. Acreditamos que, dentro do atual quadro nacional, é preciso mais unidade para vencer os grandes obstáculos que temos diante de nós. Por isso, o partido procurou coligar-se em todo o Brasil com diferentes partidos. Muitas das coligações das quais participamos se tornaram vitoriosas, e onde não foram vitoriosas ocuparam lugar de destaque na disputa eleitoral. Por exemplo, em Fortaleza, a coligação era PDT-PCdoB, que por vários meses esteve em primeiro lugar nas pesquisas. Foi derrotada por pequena margem de votos. Teve grande desempenho e elevada votação. Aqui em São Paulo coligamos com o PT em Santos, também. Em muitos lugares o PT recusou-se a fazer coligações com o PCdoB. Se tivesse feito, creio que a vitória teria sido ainda maior no conjunto do país. Mas a experiência de São Paulo vai ter repercussão e pode ajudar a aplainar o caminho da união das forças populares. O PCdoB teve um desempenho muito bom, jogou

papel de destaque em toda a parte, fez uma campanha de firme oposição ao governo federal, e também a governos estaduais e municipais. Elegemos vereadores em 13 capitais, antes tínhamos apenas em cinco. Elegemos mais de 50 vereadores, antes eram somente 22. Em geral, nossas forças duplicaram ou triplicaram nesta campanha eleitoral. Chamamos a isto uma expressiva vitória política do nosso partido. Desfizeram-se as teses do anticomunismo, de que os comunistas tiram votos. O PCdoB é, hoje, um referencial do nosso povo, mesmo dos que não são comunistas, que confiam na seriedade do nosso partido e na lucidez com que aborda os problemas brasileiros.

Classe. Como você vê a ofensiva da burguesia contra o partido e, em particular, da grande imprensa, que procura distorcer o desempenho e a conduta do PCdoB não só nas eleições como na vida política do país em geral?



Sofremos o boicote da imprensa burguesa

Amazonas. A imprensa, os meios de comunicação no Brasil estão cada vez mais monopolizados. Veja você. O Partido Comunista do Brasil é um dos partidos com maior atividade política em todo o país. Não é um simples instrumento de ação parlamentar, exerce sua atividade também neste setor, é, porém, uma força que atua em todas as frentes. Mas a grande imprensa, a televisão ou o rádio, não registram a atividade dos comunistas, que são boicotados, discriminados. Esse desconhecimento da atividade do partido, da sua existência, não é ocasional, é planejado, organizado. Os meios de comunicação só falam dos comunistas para meter o pau. No entanto, o PCdoB é partido que tem idéias, tem programa, tem atividade permanente na sociedade, é um partido cada vez mais acatado e respeitado pelas massas.

Tais meios de comunicação fazem debates na televisão com n pessoas, de diferentes setores, nunca porém com os comunistas. Contudo, eles têm o que dizer, têm o que defender. Este boicote é bem o medo, medo das idéias do partido, de que suas idéias possam chegar à consciência das massas e se transformar em força material. Esse boicote faz parte da campanha anticomunista que ocorre em todo o mundo e também no nosso país. O fato de o partido haver conquistado a legalidade, ser hoje um partido legal, é uma conquista do povo, mas nem por isto a legalidade trouxe ao partido os meios de comunicação que gozam os outros partidos. Não há igualdade de condições nesta questão.



Foto: Aguilardo Zordenoni

O Partido Comunista do Brasil obteve expressiva vitória política em 15 de novembro.



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Os direitos do homem que a burguesia não respeita

Carlos Pompe

O dia 10 de dezembro marca o 40º aniversário da aprovação da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Seu texto foi votado na Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas no Palácio Chaillot, França (a ONU ainda não tinha sua sede em Nova Iorque). Representantes de 48 países o aprovaram — inclusive Austragésilo de Athayde, o atual presidente da Academia Brasileira de Letras, pelo Brasil —, e oito se abstiveram. Mas no momento mesmo em que era aprovada, a Declaração já estava sendo desrespeitada.

“Artigo 1º: Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e de consciência e devem agir uns em relação aos outros com espírito de fraternidade.”

No total, a Declaração contém 30 artigos. E sua aprovação foi uma batalha onde, de um lado, estavam os interesses do proletariado revolucionário, capitaneado pela União Soviética de Stálin — que saiu amplamente vitoriosa da II Guerra Mundial. De outro lado, os capitalistas, encabeçados pelos Estados Unidos e pela Inglaterra, que já desenvolviam a “guerra fria” e buscavam minar o poderio socialista.

O mundo no pós-guerra

O mundo capitalista foi profundamente abalado pela II Guerra Mundial. Alemanha, Japão e Itália — os países fascistas — ficaram com suas economias arruinadas. A Grã-Bretanha e a França, embora vitoriosas, também foram duramente golpeadas econômica e militarmente. O velho sistema colonial desmoronou.

“Diferentemente das demais potências imperialistas, os Estados Unidos da América saíram da guerra mais fortes. Não só não sofreram danos, mas também acumularam riquezas colossais e aumentaram desmesuradamente seu potencial econômico e militar, sua base técnico-científica. Este imperialismo, cevado com o sangue derramado pelos povos, se converteu na única liderança de todo o mundo capitalista” (Enver Hoxha, “O imperialismo e a revolução”).

O socialismo saiu da guerra com grandes vitórias. Na Europa e na Ásia surgiram novos Estados de democracia popular. Nos vários países capitalistas cresceu o prestígio dos par-

tidos comunistas, que desde o início se opuseram às teorias fascistas e à ameaça nazista.

Surge a ONU

No imediato pós-guerra, decorrência dos encontros entre os dirigentes dos países aliados (Stálin, pela URSS; Churchill, pela Grã-Bretanha; e Roosevelt e depois Truman, pelos EUA) e das novas condições criadas no Globo, 51 países fundam a Organização das Nações Unidas — ONU —, objetivando “a paz e a dignidade humana”, em 24 de outubro de 1945. A ONU surge como resultado das aspirações e dos esforços de todos os povos da coalizão antifascista.

Da parte da URSS e demais países socialistas, tratava-se da política de coexistência pacífica leninista — sem escamotear as contradições existentes entre socialismo e capitalismo, entre proletários e burgueses, buscar uma relação de respeito mútuo e de não ingerência nos assuntos internos de cada Estado.

Mas da parte dos EUA e de outros países imperialistas e capitalistas, os objetivos eram outros. De imediato surgiram obstáculos e intrigas políticas visando impedir a presença de representantes dos Estados de democracia popular e socialistas na ONU. A Albânia, por exemplo, que desde o início saudou a criação da ONU, só foi admitida na entidade em 1955.

Direitos do Homem

Em 1946, a ONU constituiu a sua Comissão dos Direitos Humanos, uma subdivisão do seu Conselho Econômico e Social. Dentre outras tarefas, essa comissão recebeu a incumbência de redigir uma espécie de “estatuto do Homem”, que consagrasse os direitos fundamentais de todo ser humano



Churchill, Roosevelt e Stálin em 1945: enfrentamentos no pós-guerra

na sociedade. Esse “estatuto” tinha um antecedente: a “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”, adotada pela Assembléia Nacional da França em 27 de agosto de 1789, no decorrer da Revolução Francesa.

E é no espírito dos ideais da revolução burguesa de 1789 que acaba sendo escrita a nova Declaração Universal dos Direitos do Homem, em 1948: “Considerando que é essencial que os direitos do homem sejam protegidos por um regime de direito para que o homem não seja constrangido, como recurso extremo, à revolta contra a tirania e a opressão”, afirma em seu preâmbulo, a Declaração proclama, entre outras coisas, como o ideal comum a todos os povos e nações atingir:

“...ensino e educação, desenvolver o respeito a esses direitos e liberdades e assim assegurar, por medidas progressivas de ordem nacional e internacional, o reconhecimento e aplicação universais e efetivas” de seus 30 artigos.

O documento fala em Homem e Humanidade, desconhecendo a existência de classes sociais. Como afirma João Amazonas em seu informe ao 7º Congresso do PCdoB, “A humanidade não é composta simplesmente de homens e mulheres, mas igualmente de pessoas que dominam os meios de produção e vivem à custa de outras pessoas que não dispõem senão da sua força de trabalho e, para sobreviver, convertem-se em escravos do capital. (...) no conjunto do gênero humano existem exploradores e explorados, ricos e pobres, parasitas e trabalhadores. Nessa unidade de contrários há luta de opostos irreconciliáveis”.

A Declaração passa por cima desses antagonismos. Fala inclusive em liberdade de pen-

samento de modo genérico, dando — logo após a derrota dos nazi-fascistas — espaço inclusive para a divulgação aberta de idéias racistas e belicistas. Se, por um lado, aventa a possibilidade de os povos recorrerem, “como recurso extremo, à revolta contra a tirania e a opressão”, ao mesmo tempo busca a manutenção do status quo, da ordem reinante no pós-guerra.

Os povos em luta

Ora, qual era a situação do Globo em 1948? No mesmo dia 10 de dezembro em que era aprovada a Declaração dos Direitos do Homem, a sra. Chang-Kai-Check encontrava-se com o presidente Truman, dos Estados Unidos, para pedir a intervenção militar ianque na China, visando esmagar a revolução naquele país. Na Alemanha, as tropas da França, Grã-Bretanha e EUA desenvolviam atos de provocação contra as tropas soviéticas e contra o povo alemão — inclusive dinamitando a Rádio Berlim Oriental porque suas antenas “atrapalhavam o pouso de aviões aliados” (declaração do governo francês). A Holanda invade a Indonésia, estourava a guerra antiimperialista.

Já na América Latina, multiplicavam-se os golpes de Estado no Peru, El Salvador, Costa Rica, Bolívia. No Brasil, um ano antes, e no Chile, em 1948, os direitos do Partido Comunista são cassados, e seus militantes perseguidos, aprisionados e até mortos pela reação.

Diante desse quadro, o representante da União Soviética na ONU, Andrei Gromiko — companheiro de Stálin — pede para ser adiada a votação da Declaração Universal dos Direitos do Homem por consi-

derar vários de seus artigos “demasiado vagos e abstratos”. O bloco socialista pretende que a declaração seja mais avançada, contemplando em especial os direitos dos oprimidos se levantarem contra os opressores. Mas os EUA, Inglaterra e França impõem a votação imediata do texto. Sendo minoria, os socialistas se abstêm de votar.

Direitos violados

Aprovada a Declaração, imediatamente o representante da Polônia — então uma democracia popular —, Julius Katz-Suchy, pede a palavra e denuncia a atuação da “Comissão de Atividades Anti-Norte-Americanas”, do Congresso dos EUA, como uma violação dos direitos do homem, conforme o que foi votado na ONU. Esta comissão perseguiu democratas e comunistas nos EUA. Cineastas como Charles Chaplin (Carlitos), dramaturgos como Bertolt Brecht, escritores como Lilian Hellmann e Dashiell Hammet são obrigados a sair dos Estados Unidos ou cerceados no exercício de seu trabalho. Atuam como alcagüetes nessa comissão gente como Richard Nixon, Ronald Reagan, Bob Hope e Elia Kazan.

Os comunistas, demonstrando sagacidade política, ao mesmo tempo em que percebem as graves limitações da Declaração Universal dos Direitos do Homem, não deixam de utilizar os seus pontos positivos para desmascarar o cerceamento à liberdade imposto pelos governos capitalistas. E os burgueses, no momento mesmo em que levam a opressão dos povos aos limites exca na ONU, não hesitam em marcar sua própria falência histórica: são incapazes de cumprir os direitos que eles mesmos proclamam como universais.

Cala a boca já morreu?

Afirma o artigo 5º, parágrafo IX da nova Constituição do Brasil: "é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença". E o artigo 220 determina: "A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição. (...) § 2º. É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística."

Para o Brasil, essas determinações constitucionais representaram um significativo avanço jurídico. Porém, na prática... Bem, pouco mais de 60 dias após sua promulgação, a Constituição já foi rasgada algumas vezes nesse item (também nesse item, melhor dizendo).

Citando um exemplo que se deu em inúmeras localidades do país, de forma gritante: a censura à propaganda eleitoral pelo rádio e TV. Os argumentos foram os mais variados. Candidatos que ofendiam a honra (?) do presidente da República. Candidatos que atacavam instituições sérias (?). Candidatos que atacavam outros candidatos. Enfim, argumentos não faltaram. Mas nunca embasados na lei, que é clara e simples: não existe censura no país.

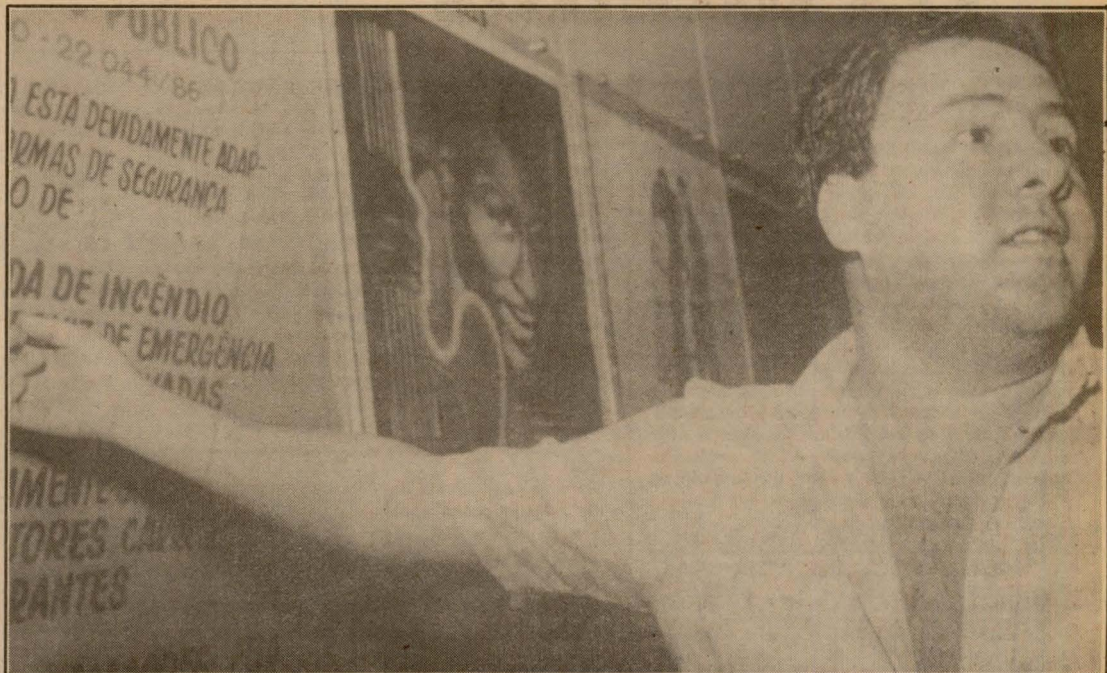
O todo-poderoso dono da Rede Globo de Televisão, sr. Roberto Marinho, foi outro a violentar a Constituição. Valeu-se, contudo, do poder soberano da propriedade privada. A TV é dele, e nela quem manda é ele. Assim como pode impedir o povo de ser noticiado sobre as atividades do

PCdoB no "Jornal Nacional", Roberto Marinho pode também determinar o que é e o que não é "moral" em suas novelas. O sr. Marinho baixou normas internas — divulgadas pelo seu jornal, "O Globo" — ordenando que os autores de novelas e especiais devem evitar temas por ele considerados polêmicos. Tais como a tradição, família, propriedade e religião.

Mas o dono da Rede Globo não é um sujeito inflexível. Na norma interna ele ressalva que, nos Estados Unidos, uma pesquisa mostrou que programas que defendiam em demasia a família, eram considerados "moralistas" pela opinião pública. Por isso, perdiam audiência. E quem perde audiência, perde os anunciantes. E quem perde anunciantes, perde capital. Em decorrência, o sr. Roberto Marinho aconselha os autores de suas novelas a ficarem sempre com um olho nos índices de audiência. Se o ataque à família der lucro, pode atacá-la...

Abuso do poder

Outro a pisotear a Constituição foi o prefeito de São Paulo, o ex-presidente Jânio



Um fiscal do Jânio, cumprindo ordens, fecha um cinema que ia exibir "A última tentação"

Quadros. Para não fugir à tradição de quem proibiu o uso de biquíni nas praias paulistas, quando governador do Estado, foi um tresloucado gesto. O prefeito simplesmente ordenou que fosse realizada uma fiscalização rigorosa nas salas de cinema que estivessem para exibir o filme "A última tentação", de Martin Scorsese. Contou com o sagrado apoio da Igreja Católica para essa ação.

No molde de quem faz as coisas à sorrelfa, Jânio fez publicar no "Diário Oficial" do município um de seus demagógicos bilhetes, determinando "rigorosa fiscalização" em oito salas de exibição da cidade. Coincidentemente, as mesmas que estavam programando "A última tentação" — uma fantasia sobre as alucinações que Cristo poderia ter sofrido na cruz.

Resultado: as salas foram interditadas. Por incrível que pareça, para serem liberadas não precisariam passar por re-

paros e cumprir normas de segurança — problemas no dispositivo de alarme e no sistema de combate a incêndios. Não. Bastava mudarem o filme em cartaz...

Violência burguesa

Foram pouco mais de 60 dias. Mas neste curto período a burguesia já violentou a norma constitucional que garante a liberdade de expressão. Impôs a censura através da violação pura e simples da Constituição, no caso da propaganda eleitoral. Valeu-se do poder econômico, no caso das normas internas do sr. Roberto Marinho para a Rede Globo. Violou a lei através de artifícios presumivelmente legais, como fez Jânio Quadros (com o aval da Igreja), para impedir o acesso do público ao filme de Scorsese.

Por que o temor da burguesia ante a liberdade de expressão? Por que, ao final do século XX, o medo da livre expressão de pensamento? Porque a

burguesia tem o que perder. O seu sistema de exploração e opressão baseia-se na força das armas. Se não reprime os opositores — e todo aquele que pensa é um opositor potencial —, desaba. "A lei da censura pune a liberdade como se fosse um abuso. Trata a liberdade como se fosse um criminoso", afirmou Karl Marx em 1849 a um tribunal que o processava por causa das idéias que defendia no jornal "Nova Gazeta Renana".

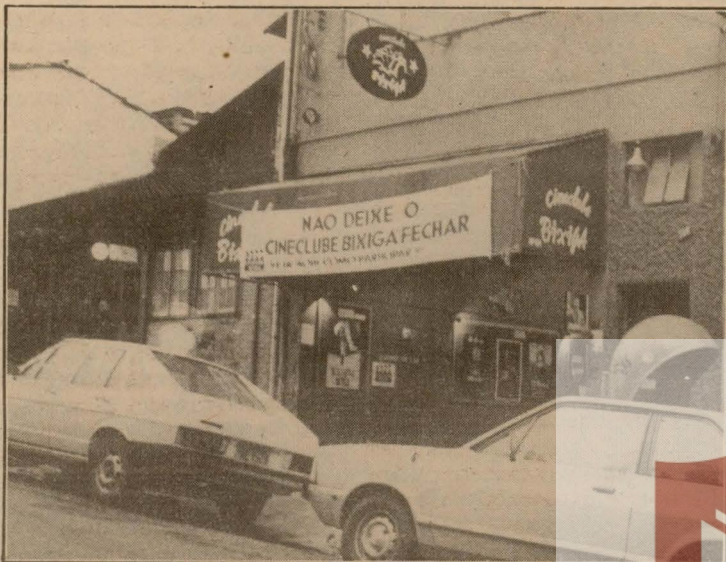
No Brasil, atualmente, não existe uma lei de censura. A nova Constituição consagra a liberdade de expressão. Mas acima da Constituição, paira o poder do capital. E o Estado burguês nada mais é que o representante, em última instância, do poder do capital. Por isso a censura existe de fato. Para o oprimido — mesmo a liberdade de dizer o que pensa, ou de assistir ao filme que deseja — é uma ameaça aterrorizante. É o começo do fim. (C.P.)

S.O.S. Cineclube Bixiga!

Cacá Mendes

Luz, câmera, ação de despejo! No coração de São Paulo, um espaço cultural pode encerrar suas atividades caso se concretize uma ação de despejo, impetrada pelo dono do imóvel. A vítima é o Cineclube Bixiga, instalado há 7 anos no bairro da Bela Vista.

O Cineclube Bixiga é um ponto de encontro dos cinéfilos e outros interessados na sétima arte. Além de manter duas salas de exibição, ele ainda investe na área de cinema com cursos ministrados pelos melhores profissionais da área. Promove pré-estréias, ciclos, exposições de clássicos e de filmes fora do circuito comercial.



Um ponto de encontro para quem gosta de cinema e de cultura

O Cineclube Bixiga busca despertar o censo crítico do espectador, fazer com que ele mergulhe na magia do

cinema, retirando do espetáculo as melhores experiências.

Diante das circunstân-

cias, o cineclube lançou uma campanha de sensibilização pública para aquisição do prédio. Dentro dessa perspectiva, vem promovendo vários eventos. Um deles é "A cena muda", slogan de mudança que marca presença no cineclube uma vez por semana, com a exibição de um grande clássico há muito fora de circuito.

Filmes como "Shane, os brutos também amam", de George Stevens (EUA, 1953), "Os pássaros", de Hitchcock (EUA-1963), entre outros voltam às telas. Normalmente, o ingresso para estes eventos é de R\$ 1.500,00. Neste mês de dezembro está sendo lançado

o "SOS Coração", evento organizado pelo grupo "Central de Idéias" — artistas plásticos que estão cedendo parte de suas obras para angariar fundos para o cineclube.

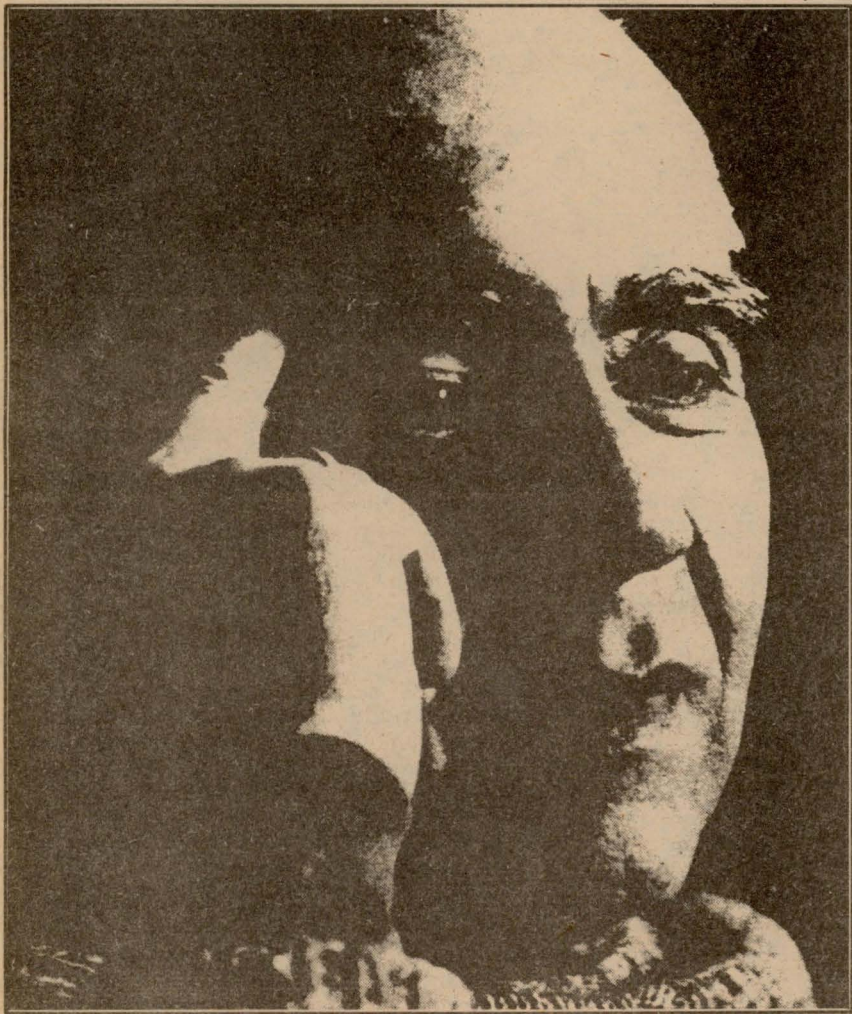
O "SOS Coração" será uma feira permanente na sala de exposição do Cineclube Bixiga que funcionará até janeiro, visando à aquisição do imóvel.

A grave crise econômica que assola o país repercute na área cultural. É uma questão de moradia e habitação da arte para distribuição do seu resultado. Um país sem cultura é um país sem futuro. Há que preservar os existentes, "sir" Estado!

Érico Veríssimo

Érico Veríssimo (1903-1975) completaria 85 anos neste 17 de dezembro. A "Classe" homenageia este grande escritor brasileiro, com um capítulo de sua obra-prima, apresentado pelo seu filho, Luís Fernando Veríssimo, um dos escritores de maior sucesso da atualidade.

Foto: Arquivo



Sobre "O tempo e o vento"

Luís Fernando Veríssimo
Especial para "A Classe Operária"

O primeiro volume de "O tempo e o vento" chamado "O Continente", do qual é tirado este trecho, foi publicado em 1949. Representou uma mudança até certo ponto surpreendente na obra do meu pai, que até então tinha publicado novelas curtas e era considerado um dos primeiros escritores brasileiros a tratar da vida urbana, quando o comum na época era a literatura regionalista. Os leitores esperavam do autor retratos de uma sociedade moderna, num Brasil que começava a se industrializar e no qual a literatura inglesa e americana começava a ter mais influência do que os escritores ibéricos e franceses, e a crítica, indecisa diante da popularidade do autor, não sabia ainda classificá-lo. E ele lança um romance em vez de uma novela contemporânea, um livro que pretendia contar a história do Rio Grande do Sul desde as suas raízes mais remotas. Em vez do livro curto, um romance — embora a idéia inicial fosse fazer um único volume, que só se transformou em trilogia porque o projeto ultrapassou as previsões do autor.

E a crítica reconheceu: nunca ninguém fizera nada parecido na literatura brasileira. Meu pai não teve que adaptar seu estilo para fazer seu romance. Continuou escrevendo da mesma maneira informal que o distinguia dos outros escritores brasileiros da época. O estilo era direto mas não era simples. Na sua concepção, na sua

técnica narrativa, o primeiro volume de "O tempo e o vento" era revolucionário.

O autor conta a história do Rio Grande do Sul contando a história de uma família fictícia, os Terra Cambará. Já me perguntaram se é a nossa família. No terceiro volume da trilogia, chamado "O arquipélago", há um personagem, Floriano, mais ou menos autobiográfico. Pelo menos é um personagem que pensa o que o autor pensava. Membros da família de Floriano Cambará são baseados em membros da família do autor, embora não sejam retratos exatos. A cidade de Santa Fé, na qual se passa a maior parte da história, é obviamente uma versão romanceada da cidade de Cruz Alta, onde o meu pai nasceu e cresceu. Mas não sei se existe um personagem sequer parecido com o Capitão Rodrigo na história da família Veríssimo. Ele é usado no livro como um arquétipo do gaúcho aventureiro, meio herói e meio bandido, que ajudou a definir as fronteiras do Estado e do Brasil.

Ana Terra representa a coragem e a fibra das mulheres que enfrentaram esta fronteira selvagem e não se deixaram abater, apesar da sua parte, a de esperar e manter a casa enquanto os homens guerreavam, era a parte mais difícil, como meu pai sempre dizia.

Se existiu uma Ana Terra de verdade no passado da nossa família, não sei. Gosto de pensar que sim.

ANA TERRA

Aquele verão foi seco e cruel. Quando o áspero vento norte soprava, Ana Terra ficava de tal maneira irritada, tão brusca de modos e palavras, que Dona Henriqueta murmurava: "O que essa menina precisa mesmo é casar duma vez..." Ana revoltava-se. Casar? O que ela precisava era mudar de vida, visitar de vez em quando o Rio Pardo, ir a festas, ter amigas, ver gente. Aquela solidão ia acabar deixando-a doida varrida... Mas na presença do pai não dizia nada. Recalcava a revolta, prendia-a no peito, apertava os lábios para que ela não se lhe escapasse pela boca em palavras amargas. Nas noites abafadas dormia mal, às vezes levantava-se, ia para a frente da casa, ficava olhando as coxilhas e o céu, tendo nos olhos um sono pesado e na cabeça, no peito, no corpo todo uma ânsia que a mantinha desperta e agitada. Não raro, altas horas da noite acordava com uma sede desesperada, metia a caneca na talha, bebia em longos goles uma água que a mornidão tornava grossa; e ia bebendo, caneca sobre caneca, para no fim ficar com o estômago pesado sem ter saciado a sede nem aliviado a ardência da garganta. Muitas vezes o sono só lhe vinha de madrugada alta, e, vendo pela cor do horizonte que o dia não tardava a raiar, concluía que não adiantava ir para a cama, pois dentro de pouco teria de acender o fogo para aquecer a água do chimarrão. O remédio, então, era molhar os olhos, lavar a cara, caminhar ao redor do rancho para espantar a sonolência.

Uma tarde, à hora da sesta, Ana Terra tornou a sentir aquela agonia de outras tardes e noites. Era uma sensação que não saberia descrever a ninguém. Seria fome?... Havia acabado de almoçar, estava de estômago cheio; logo não podia ser fome. Tinha a sensação de que lhe faltava alguma coisa no corpo, como se lhe houvessem cortado um pedaço do ser. Era ao mesmo tempo uma falta de ar, uma impaciência misturada com a impressão de que alguma coisa — que ela não sabia bem claramente o que era — ia acontecer, alguma coisa **tinha** de acontecer. Revolveu-se na cama, meteu a cara no travesseiro, procurou dormir... Inútil. Ficou de novo deitada de costas, ouvindo o espesso ressonar dos homens dentro da cabana. Viu uma mosca varejeira entrar por uma fresta da janela e ficar voando, zumbindo, batendo nas paredes, caindo e tornando a levantar-se para outra vez voejar e zumbir... Ana seguia com o olhar os movimentos da varejeira e acabou ficando tonta. Cigarras rechinavam lá fora. E mesmo sem ouvir o barulho do vento, Ana sabia que estava ventando, pois seus nervos adivinhavam... Era o vento quente do norte a levantar uma poeira seca. Ana sentia o suor escorrer-lhe pelo corpo todo. O vestido se lhe colava às costas. Puxou toda a saia para cima do peito e ficou de coxas nuas e afastadas uma da outra, desejando água, um banho à sombra das árvores. Imaginou-se descendo a coxilha, rumo da sanga. Por que não fazia isso? Sim, seria melhor ir para fora. Mas não foi, era como se o suor a grudasse aos lençóis escaldantes. Começou a mover a cabeça devagarinho dum lado para outro, sentindo o latejar do sangue nas têmporas, que começavam a doer-lhe. Agora sim ela ouvia o vento. Não era um sopro uniforme: de vez em quando

amainava, de repente vinha uma rajada mais forte, e Ana ouvia também o crepitar miúdo da poeira caindo no chão e na coberta da casa. As pálpebras pesavam-lhe, fechavam-se. Veio-lhe um torpor de febre, e de repente, num mundo confuso, Ana sentiu que um touro vermelho lhe lambia as pernas, enquanto ela se retorcia toda arrepiada de medo; nojo e desejo... A língua do touro era viscosa, babava-lhe nas coxas, e a respiração do animal tinha a mornidão úmida do vento norte. E de repente, trêmula e aflita, Ana se encontrou de novo, de olhos abertos, vendo o teto de palha da cabana, ouvindo o ressonar dos homens e o zumbido da varejeira que agora refulgia, verde-azul, presa momentaneamente numa réstia de sol.

Meio sem saber o que fazia, atirou as pernas para fora do catre e ergueu-se. Sentindo na sola dos pés a terra morna do chão, caminhou sem ruído para a porta, abriu-a devagarinho e saiu. Fora, o sol envolveu-a como um cobertor de fogo. Ana Terra começou a descer a encosta que levava à sanga. A luz ofuscava, e havia no ar um vapor trêmulo que subia do chão escaldante. As rosetas lhe picavam os pés nus, mas ela continuava a andar. Quando viu a corticeira, precipitou-se a correr. Deitou-se à beira da sanga, puxou a saia para cima dos joelhos, mergulhou as pernas na água, com um débil suspiro de alívio, e cerrou os olhos. Ouvia o farfalhar das folhas, sentia a quentura rija da terra contra as costas, as nádegas e as coxas e assim ficou num abandono ofegante, cansada da corrida e ao mesmo tempo surpreendida de ter vindo. Pensou vagamente em atirar-se no poço, mas não teve coragem de mover-se. Uma cigarra começou a rechinar, muito perto. Ana sentia um aperto nas têmporas, a cabeça dolorida, as idéias sombrias, como se o sol lhe houvesse chamuscado os miolos. Ficou num torpor dolorido e tonto, escutando o murmúrio da água, o canto da cigarra, o farfalhar das folhas e o pulsar surdo do próprio sangue.

Num dado momento sua madona foi arranhada por um estralar de ramos secos que se quebram. Teve um retesamento de músculos e abriu os olhos. Tigre ou cobra — pensou. Mas uma dormência invencível chumbava-a à terra. Voltou um pouco a cabeça na direção do ruído e vislumbrou confusamente um vulto de homem, quase invisível entre os troncos das árvores, bem como certos bichos que tomam a cor do lugar onde estão. Ana então sentiu, mais que viu, que era Pedro. Quis gritar mas não gritou. Pensou em erguer-se mas não se ergueu. O sangue pulsava-lhe com mais força na cabeça. O peito arfava-lhe com mais ímpeto, mas a paralisia dos membros continuava. Tornou a fechar os olhos. E ouviu Pedro caminhar, aproximar-se num ruído de ramos quebrados, passos na água, seixos que se chocam. Apertava os lábios já agora com medo de gritar. Pedro estava tão perto, que ela sentia sua presença na forma dum cheiro e dum bafo quente. Sentiu quando o corpo do índio desceu sobre o dela, soltou um gemido quando a mão dele lhe pousou num dos seios, e teve um arrepiamento quando essa mão lhe escorregou pelo ventre, entrou-lhe debaixo da saia e subiu-lhe pelas coxas como uma grande aranha-caranguejeira. Numa raiva Ana agarrou com fúria os cabelos de Pedro, como se os quisesse arrancar.